



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RENAN BRASIL CAVALCANTE CITÓ

**NÓS TEMOS O PODER DE CARISMATIZAR O ESTADO: AVALIAÇÃO DA
PARCERIA ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO EM UMA EXPERIÊNCIA DE
SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DE FORTALEZA**

FORTALEZA

2018

RENAN BRASIL CAVALCANTE CITÓ

NÓS TEMOS O PODER DE CARISMATIZAR O ESTADO: AVALIAÇÃO DA
PARCERIA ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO EM UMA EXPERIÊNCIA DE
SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Francisco Silva Cavalcante Junior, Ph.D.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C528n Citó, Renan Brasil Cavalcante.
NÓS TEMOS O PODER DE CARISMATIZAR O ESTADO : AVALIAÇÃO DA PARCERIA ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO EM UMA EXPERIÊNCIA DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DE FORTALEZA / Renan Brasil Cavalcante Citó. – 2019.
149 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Renan Brasil Cavalcante Citó.
Coorientação: Prof. Dr. Francisco Silva Cavalcante Junior.
1. Parceria Público-privada. 2. Organizações Não Governamentais (ONG's). 3. Avaliação de Políticas Públicas. 4. Avaliação dos Serviços. 5. Humanização dos Serviços. I. Título.

RENAN BRASIL CAVALCANTE CITÓ

NÓS TEMOS O PODER DE CARISMATIZAR O ESTADO: AVALIAÇÃO DA
PARCERIA ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO EM UMA EXPERIÊNCIA DE
SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Francisco Silva Cavalcante Junior, Ph.D (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Renata Rocha Barreto Giaxa
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

À Obra Lumen.

À Comunidade Gereba no Grande
Jangurussu.

AGRADECIMENTOS

À FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao Prof. Francisco Cavalcante Junior, pela rara dedicação como orientador deste trabalho e por todo o incentivo no sentido de uma ciência de novidades, que, embora leve, necessita do esforço redobrado de cientistas como ele.

Às professoras Andrea Pinheiro e Renata Rocha, pelas importantes contribuições que deram consistência a este trabalho.

À Neusa Goya, por colocar à disposição sua experiência como pesquisadora e seu afeto com toda a gratuidade própria de uma amizade. Especialmente por ter sido uma interlocutora constante deste trabalho, papel este sempre fundamental nas atividades criativas.

Aos meus pais, que, apesar dos caminhos estranhos que meus pensamento e minha vida tomem a seus olhos, é no que aprendi deles que encontro o fundamento do que sou, o que faz que eles estejam presentes no espírito de tudo que produzo no mundo, o que não é diferente em relação a este trabalho.

Aos meus irmãos, por todo o apoio e, no contexto desta produção, de forma especial a minha irmã Camille, que, durante o mesmo tempo em que me construía como mestre, passava por um processo de reconstrução de si e, mesmo assim, teve o cuidado de me apoiar sempre que possível. Sua fortaleza ante situações muito mais difíceis que as minhas no curso deste mestrado me fez mais forte.

A todas as pessoas que fazem o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim que abriram suas portas para a construção das questões desta pesquisa. De forma especial, agradeço o acolhimento dos moradores do Bom Jardim participantes dos grupos do Movimento, de forma especial às crianças do Projeto Sim à Vida, que, com seu carinho, me fizeram me sentir mais livre no campo de pesquisa. Agradeço ao sorriso do pequeno Isaías, que me fez lembrar, por várias vezes, que a avaliação, no fim das contas, é para manter sorrisos como este acesos.

A minha noiva, Marília, que, mais do que ninguém, acompanhou cada passo desse curso de mestrado. Uma luz no meu processo de produção de mim mesmo, do qual este trabalho também faz parte. Seu amor é notável de todas as formas, mesmo nos seus silêncios que, muito longe de indiferença, sei que são pura presença e amor.

“Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: conheço meu lugar!
Conheço o meu lugar!” (BELCHIOR, 1979)

RESUMO

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a sociedade civil tornou-se um ente político em constante ascensão e fundamental para a sociedade atual, com base na democracia e nos direitos humanos universais. Linhas teóricas modernas apresentam Estado e sociedade civil em uma dualidade, no entanto, cada vez mais estas entidades têm se aproximado, no plano formal, a partir da criação de parcerias entre Estado e as Organizações da Sociedade Civil na efetuação e controle de Políticas Públicas. Tal aproximação leva essa relação para além da dualidade moderna, uma vez que cria uma interdependência entre estas entidades. No Brasil, há muito tempo, o governo do país busca a regularização destas parcerias, desde os anos 1930 até o recente Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Este trabalho faz um resgate destes marcos regulatórios, colocando-os no âmbito da Política de Fomento e Colaboração, vista como o texto destes marcos, mas também como o contexto e os planos ideológicos. Dessa forma, destaca-se o momento de ajuste neoliberal do Brasil a partir dos anos 1990, fenômeno aqui inserido na *governamentalização* do Estado brasileiro, processo definido por Foucault como a complexificação do governo, indo desde a preocupação com a soberania do território e a disciplina à preocupação com a população e segurança. A governamentalização não deixa de envolver hegemonia e imensas incoerências sociais entre grupos de pessoas, o que passa pelo controle de grupos privilegiados sobre o processo de construção do saber oficial. Assim, este trabalho afasta a Avaliação de Políticas Públicas desse viés hegemônico, embasando-se no *sentiment* pós-construtivista de avaliação de Políticas Públicas e na filosofia pós-estruturalista, configurando seu produto final como uma *Ciência Poética*, no sentido de um conhecimento não hegemônico, produzido no plano comum com o campo pesquisado, onde campo, pesquisa e o próprio pesquisador se produzem no ato de pesquisar, em uma *poiesis* simultânea. Como método coerente e consistente dentro desse plano, usou-se a cartografia. Esta operou a inversão *hódos-meta* no método (*meta-hódos*), o que faz com que todo este trabalho seja resultado de pesquisa, desde as primeiras palavras. O plano comum foi construído junto ao Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, localizado no bairro do Bom Jardim, na periferia de Fortaleza. Construiu-se, assim, *uma avaliação entre dois muros*, entre o carisma de uma Organização da Sociedade Civil e o poder instituinte do Estado, entre a Política de Humanização do

Sistema Único de Saúde do Brasil e a Política de Fomento e Colaboração. Esta avaliação foca na potência da organização pesquisada e nas variações dessa potência de acordo com os momentos da parceria com o Estado. Indica que, ante o imenso universo incluso no termo Organizações da Sociedade Civil, governos recentes no Brasil têm desprivilegiado organizações comunitárias e carismáticas e estas, por sua vez, têm problemas em manter sua potência a partir da profissionalização obtida com a parceria, no entanto, ainda são potentes, se não no sentido de quebra Estado presente, ao desdobrá-lo, à semelhança da poética que desdobra o mundo.

Palavras-chave: Parceria público-privada. Organizações Não Governamentais (ONGs). Avaliação de Políticas Públicas. Avaliação Poética. Humanização dos serviços.

ABSTRACT

Since the end of World War II, civil society has become a constantly growing political entity, fundamental to today's society based on democracy and universal human rights. Modern conceptual framework presents the State and civil society in a duality, however, increasingly, these entities have been approaching, in the formal plane, from the creation of partnerships between State and the Organizations of the Civil Society in the effectuation and control of Public Policies. Such approach takes this relationship beyond a duality, since it creates an interdependence between these two entities. In Brazil the government tries to regularize these partnerships since long time ago, from the 1930s laws to the recent Regulatory Mark for Civil Society Organizations. This work makes a rescue of these regulatory marks, putting them within the scope of the Policy of Promotion and Collaboration, seen as the text of these marks and also as the context and ideological framework. In this way, stood out the moment of neoliberal adjustment of Brazil from the 1990s, a phenomenon inserted in the governmentalization of the Brazilian State, a process defined by Foucault as the complexification of the government, that includes from the concern with the sovereignty of the territory and the discipline to the concern with population and security. Governmentalization doesn't mean not to involve hegemony and immense social inconsistencies between groups of people, which is process through the control of privileged groups onto the process of building official knowledge. Thus, this work moves away the Public Policy Assessment from this hegemonic bias based on the post-constructivist sentiment of Public Policy evaluation and post-structuralist philosophy, configuring its final product as a Poetic Science, in the sense of a non-hegemonic knowledge, produced in the common plan with the researched field, where field, research and the researcher himself are produced in the act of researching, in a simultaneous poiesis. To keep a coherence and consistence within this plan, cartography was used as method that operated the hódos-meta inversion in the method (meta-hódos), which makes all this work, since the first word, a result from research. The common plan was built together with the Community Mental Health Movement of Bom Jardim, located in the neighborhood of Bom Jardim, a poor suburb of Fortaleza. Thus, an evaluation was established between two walls, between the charism of a Civil Society Organization and the State's institutional power, between the Humanization Policy of the Brazilian Unified Health System and the Policy of Promotion and Collaboration. This evaluation

focuses on the potency of the researched organization and on the variations of this potency according to the moments of the partnership with the State. The research indicates that, between the immense universe included in the term Civil Society Organizations, recent governments in Brazil have underprivileged community and charismatic organizations and these, in its turn, have been producing problems to maintaining their potency since the professionalization obtained with the partnership, however, is still powerful, if not in the sense of breaking the State but unfolding it, like the poetics unfolds the world.

Keywords: Public-private partnership. Non-Governmental Organizations (NGOs). Evaluation of Public Policies. Poetic Evaluation. Humanization of services.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Uma analogia geométrica	55
Figura 2	– Rizoma e Raiz Pivotante	58
Figura 3	– Avaliação Poética de Políticas Públicas	73
Figura 4	– Elementos fantásticos em um mapa medieval	77
Figura 5	– Vista da Palhoça	90
Figura 6	– Primeiro muro	97
Figura 7	– Ponto de encontro entre MSMCBJ e CAPS	110
Figura 8	– Pedra angular	114
Figura 9	– Convênio: composição a partir da vista aérea do Bom Jardim	118
Figura 10	– Parcerias comunitárias da Rede de Atenção Psicossocial de Fortaleza	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atores da sociedade civil em defesa dos direitos humanos	41
Gráfico 2 – Categorias das Organizações da Sociedade Civil	81
Gráfico 3 – Passos da pesquisa	87
Gráfico 4 – Repasses da SMS de Fortaleza para o MSMCBJ e Projeto Quatro Varas (MISMEC)	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Marcos legais da Política de Fomento e Colaboração	42
Tabela 2	– Visão geral das entrevistas	93

SUMÁRIO

1	ENTRE RACIONALIDADES DIVERSAS	15
1.1	Memórias	15
1.2	Primeiros traços poéticos de avaliação	21
1.3	Uma primeira pista: carisma, ação social e política	23
1.4	Corolário da relação entre Organizações da Sociedade Civil e Estado	37
1.5	A construção da Política de Fomento e Colaboração no Brasil	41
1.6	O contexto cearense de fomento e colaboração	48
2	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: ENTRE RIZOMAS E A GOVERNAMENTALIDADE	50
2.1	Política Pública governamentalizada	51
2.2	Estado e modelos de avaliação: rumo a um modelo pós-construtivista	53
2.3	Organizações da Sociedade Civil, govertrnametalização	58
3	A NOVIDADE DA CIÊNCIA E A NOVIDADE NO MÉTODO	61
3.1	Em busca de uma avaliação poética de políticas públicas	65
3.2	A <i>potência</i> como valia na a-vali-ação	70
3.3	O método da cartografia: farol para uma avaliação poética	74
3.4	Passos e traços da criação de um mapa	78
3.4.1	<i>Observar-Participar: a construção do campo e do pesquisador</i>	88
4	UMA AVALIAÇÃO EM DOIS MUROS	97
4.1	Primeiro muro: o poder atrativo das portas	97
4.1.1	<i>O carisma do líder</i>	99
4.1.2	<i>O carisma coletivo</i>	107
4.2	Segundo muro: a parceria OSC e Estado como unidade metonímica	110
4.2.1	<i>O caso da cogestão do Centro de Atenção Psicossocial Comunitário do Bom Jardim</i>	118
5	RETICÊNCIAS DE UM PROCESSO CARTOGRÁFICO	132
	REFERÊNCIAS	141

1 ENTRE RACIONALIDADES DIVERSAS

1.1 Memórias

O ano era 2000, virada de milênio. O que um adolescente poderia querer nessa época? Talvez nada muito além do que poderia ser satisfeito a curto/médio prazo. Posso resumir que não queria nada, apenas cumprir o que cobravam de mim e curtir a vida ao máximo, isso se não fosse gordo e sem nenhuma habilidade especial. Fazia tudo mais ou menos: tirava notas boas, mais ou menos; jogava futebol, mais ou menos; com arte não tinha habilidade nenhuma; a vida sexual, indicador de uma boa vida para um adolescente, com esse perfil, achava bem mais ou menos.

Acho que tinha algum tipo de sensibilidade espiritual ou para as dores do mundo – se é que são coisas diferentes –, o que não era lá uma habilidade bem cotada. A primeira vez que lembro de algo do tipo foi aos onze anos. Queria muito um *videogame*, grande sonho de consumo da época. Minha família nunca foi pobre, mas percebia que isso era algo caro para os nossos padrões, afinal, eu tinha onze anos e meus pais nunca haviam morado em uma casa própria, nem eu, nem meus outros três irmãos mais velhos. Conseguíamos um padrão acima das nossas condições com a ajuda da riqueza de gerações anteriores e de familiares, não é qualquer família que tem uma casa sobrando ou grande o suficiente para acolher mais seis pessoas como fizeram com a gente. Meu pai aproveitava essa situação e investia na educação dos filhos, se não estudamos todos nas melhores escolas da cidade, pelo menos foi nas mais caras.

Fui educado católico, mas, nessa época, havia muito que não fazia uma oração, até a véspera do dia das crianças daquele ano, quando decidi pedir um videogame a Deus. Foi uma experiência confusa, com questões que até hoje não tenho resposta, questões pessoais, mas de cunho filosófico. A intensidade da experiência foi tanta que chorei, e o choro traz a realidade do pensamento. Por um lado, queria saber porque eu não merecia um videogame enquanto a maioria dos meus colegas do colégio já tinham um há bastante tempo, por outro, lembrava dos níveis de pobreza das aulas de geografia, ou ainda mesmo das crianças bem mais pobres que via e tocava facilmente, andando por ruas brasileiras: os pobres dos sinais; nas portas das igrejas que frequentava com minha mãe; a família da cozinheira da minha avó, que desde os quatorze anos morava com ela, constituindo família ali

naquela mesma casa onde eu morava; os pobres da seca dos Inhamuns, terra do meu pai, para onde sempre ia em todas as férias e feriados, com a mala cheia de coisas para doar e no banco da frente minha mãe a puxar o terço por eles e preparar catequeses.

Não, não me parecia justo pedir um videogame a Deus. Ele precisava fazer algo melhor; porque não fazia algo melhor? Não demorou muito e comecei a chorar também pensando porque eu não fazia algo melhor. Poderia chegar a conclusão ali mesmo naquela oração que Deus não existia, mas que eu existia eu tinha certeza, da minha parte poderia pelo menos pedir algo melhor à onipotência.

No dia seguinte, fui acordado pela minha mãe e conduzido para a sala. Ainda faltava um dia ou dois para o dia das crianças, mas havia ali um presente. A caixa correspondia perfeitamente ao que eu imaginava. Rasguei uma pequena parte do papel para ter certeza do que havia dentro. O namorado da minha irmã tinha ido ao Paraguai e minha mãe aproveitou a “muamba” para fazer a surpresa. Senti uma vergonha enorme, fingi satisfação para não parecer ingrato ante o esforço da minha família e corri até o meu quarto para chorar novamente. Minha cabeça estava confusa com a possibilidade real da existência de Deus ou por algo tão grande dar conta de mim, em minhas pequenas orações. Li na Bíblia sobre a vergonha de Pedro, quando se deu conta de que Deus estava ali diante dele, falando pessoalmente a ele, como ele rasgou as roupas e se jogou ao mar, isso descreve bem o meu lançar-me nos lençóis para chorar.

Não digo que virei alguém religioso dali, essa foi uma primeira marca. Passei por esse momento sem ter muito em conta tudo que pensei e experimentei naquele dia, somente aos quinze anos voltaria a refletir seriamente sobre essas coisas. Os estudos de geografia dos povos e de história eram os meus favoritos, lembravam-me daquelas questões. Quando fui convidado para a crisma no colégio não me sentia empolgado, mas preferi me inscrever para evitar qualquer constrangimento com a minha mãe, não imaginava que seria ali que as questões passariam a ser experiências. A crisma deixou novas marcas, três, sendo mais preciso.

A primeira, em uma palestra do Aírton Barreto¹, onde ele contou sua história e experiência de largar tudo para ir morar no Pirambu, favela da periferia de Fortaleza, segundo ele contava na época, a segunda maior favela do Brasil, hoje a sétima do país². Ele sempre foi identificado com a Teologia da Libertação³, mas escutava ele falando da vida, não de uma ciência chamada Teologia, pelo menos não da forma distante e racional de qualquer ciência. Ele contava o que o fez sair da casa dos pais e da vida confortável desenhada para ele, em contraposição, falava das dificuldades e das imensas alegrias que sentia na favela, podendo amar da forma que achava mais coerente.

Aquilo fez muito sentido para mim, bem mais do que a proposta que tentava me engajar até ali: de viver para ganhar o máximo de dinheiro, para ter o máximo de conforto para mim, minha família e ensinar uma nova geração a fazer o mesmo, pois se deve ensinar à carne da sua carne o que é bom. E os outros? Aqueles das ruas que eu podia tocar? Que por empatia sentia sua carne na minha carne? O que fica de mim para eles? Se aprendia que Deus é pai de todos, porque também eles não são minha carne? Sentia que a realidade do mundo precisava mudar, mas, sobretudo, que eu precisava mudar para lidar com minhas incoerências.

Pouco tempo depois houve uma visita a um lar de idosos, a segunda marca. Não era um desses *home clubs* de idosos que se tem hoje, muitos dos que encontrei ali eram abandonados ou maltratados por suas famílias. Estava ali pela primeira vez, era tímido, mas decidi me abrir, me arriscar a entrar mais na vida deles. Dancei, falei, li para eles, esqueci a vergonha que perseguia minha adolescência, naquele momento já não me preocupava com o que vinha de fora, mas com o que saía de mim. A certa altura, entrei no quarto de duas senhoras e me propus a fazer qualquer coisa que elas indicassem, algo que as deixassem mais felizes, ainda que por um instante. As duas eram acamadas e recebiam poucas visitas, uma delas parecia já não ter muita consciência e era cega, fiquei ali muito tempo, até que escutei as vozes do lado de

¹ Advogado, que junto com outros amigos, nos anos 1980, decidiu morar no Pirambu para viver o mais coerentemente o que compreendia do evangelho cristão. Mais adiante, já sem aqueles amigos, mas apoiado por pessoas da comunidade, passa a trabalhar em prol dos direitos de um grupo de trabalhadores recentemente demitidos de uma fábrica do local. Esta inserção foi a base do Projeto Quatro Varas, pioneiro em saúde mental comunitária no Brasil, especialmente pela criação e prática da Terapia Comunitária, desenvolvida pelo psiquiatra e seu irmão, Adalberto Barreto, dentro deste Projeto.

² PIRAMBU, em Fortaleza, é o 7º maior aglomerado do país, diz IBGE. **G1 Ceará**, 21 dezembro 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/12/pirambu-em-fortaleza-e-7-maior-aglomerado-do-pais-diz-ibge.html>>. Acesso em: 18 set. 2017.

³ Corrente teológica latino-americana que será mais explicitada no tópico seguinte.

fora chamando os visitantes para irem embora. Ao dar a mão para uma delas, a fim de me despedir, com a sensação de dever cumprido, ela me disse: “Você vai voltar?”. Lembrei das instruções de não prometer nada, mas prometi: “Vou”. Por que não? Eis todas as questões novamente.

Não voltei tão cedo. No tempo entre essa visita e o retiro da crisma emagreci, comecei a beber, frequentar algumas festas. Pela primeira vez começava a vislumbrar a possibilidade de realizar os ideais da minha geração de adolescentes. Mal lembrava dessas experiências espirituais e fui passando pela crisma até que ele passasse. Foi quando chegou o retiro que finalizaria a preparação para a crisma. Não esperava que fosse ter ali uma terceira experiência, e fui passando pelo retiro também.

Houve um momento, porém, já no final do retiro, onde um colega da crisma, que inclusive era parente do Airton e do Adalberto Barreto, foi falar de alguma experiência de missão indicada por estes e cantou uma música. Quando ele terminou, comecei qualquer coisa que pudesse se chamar de retiro. Antes de ir embora, tive o impulso de ir para uma capela, montada de improviso em uma das salas do local. Uma hóstia consagrada estava exposta. Fiquei olhando e logo senti uma grande paz, depois uma nova mistura de sentimentos, como no dia do videogame, mas eram sentimentos diferentes.

Uma visão de uma vida diferente, uma desconfiança com relação à minha capacidade de ir contra o projeto comum, traçado para todos os jovens da minha idade, uma angústia, ao mesmo tempo, uma forte sensação de acolhimento. Saí me sentindo diferente, como no dia dos idosos: não sentia vergonha alguma, falava e tocava a todos, meninos, meninas e adultos sem receio e com uma autoridade simples. Tinha a sensação de que poderia tocar o mundo sem medo.

Chegando em casa, sentia-me decidido a fazer algo diferente, mas em uma semana, as preocupações e a vergonha voltaram. Vi que fazer algo diferente requereria trabalho, exercício e especialmente apoio. A resposta, então, surgiu quando me convidaram para ir a um grupo católico, duas semanas depois do retiro, ali vi um solo para cultivar o eu que queria fazer crescer.

Coincidentemente, naquele mesmo período, dentro daquele grupo de jovens, havia alguns que tinham passado por uma experiência semelhante à minha, na crisma do ano anterior, eram cinco, e estavam procurando pessoas para se dedicar em um ministério de ação social, para estar com os pobres como São Francisco esteve.

Foi por aí que cumpri minha promessa de voltar àquele quarto, reencontrar aquelas duas senhoras e, depois delas, muitas outras pessoas apareceram. Visitávamos orfanatos, várias favelas ou simplesmente íamos para o centro da cidade para estar com pessoas que moravam ou pediam pelas ruas, sentar nas calçadas, tocar violão, conversar e ajudar no que fosse possível. Não havia nenhum objetivo social inicialmente, bastava simplesmente estar ali e procurar amar.

Passamos a conhecer essas pessoas pelo nome, encontrar e reencontrar com constância. A partir daí os afetos diziam que era preciso mais, que poderíamos contribuir para amenizar o sofrimento daquelas pessoas com estruturas sociais que promovessem sua dignidade. Era até um apelo de coerência do amor: passamos a sonhar com um albergue, onde as pessoas de rua pudessem ficar; locais em favelas com vários projetos sociais; com uma vida desapegada das preocupações consigo e mais dedicada ao cuidado do outro.

Demorou muito tempo até que essa vivência se tornasse uma Organização Não Governamental. Daquela crisma do ano 2000 até hoje, já se vão dezoito anos. Hoje, o que eram algumas atividades de um grupo de uns doze jovens, tornou-se dois centros sociais em duas favelas de Fortaleza; há a tal casa para o pessoal de rua; vários outros projetos, em Fortaleza e em muitas outras cidades do Brasil. O crescimento dessas atividades tem aberto a possibilidade para as primeiras parcerias com o poder público.

De uma forma geral, acho que essas experiências ataçaram mais minha mente do que a apaziguaram: a existência de Deus e sua relação com os humanos, especialmente com os males da sociedade humana, são questões que só se complexificam. A conclusão que chego, até agora, é a de que espírito e mundo não são coisas separadas: o caminho espiritual passa pela mente, por uma formação intelectual, mas não se restringe a isso, também passa pela ação social e no mundo, implica a necessidade de uma prática, de uma relação entre as dimensões de um campo teórico-filosófico com o outro de ordem prático.

O afeto é esse momento instantâneo entre espírito e mundo, ele cria uma ética e, esta, cria um mundo. Assim, embora haja entre mundo e espírito lógicas diferentes, isso não implica em antagonismo ou em uma perspectiva dialética, mas em um mecanismo de coexistência e relacionamento. Essas realidades, por muitas vezes, parecem tão diversas que ter fé para mim tem sido pô-la a cada dia à prova, colocar toda uma ontologia em risco em cada contato com e no mundo. Sei o quanto

isso parecerá polêmico, mas é nesse risco do devir da experiência que a fé tem sua potência. Cada ação social que faço nas comunidades é uma prova, prova no sentido de estar presente, sempre em uma construção de si e do mundo.

Pensando logicamente, é tudo tão difícil, os recursos são tão poucos para os objetivos, os problemas são tão complexos para traçar planos, que só a fé ou algo qualquer fora da lógica social conhecida justifica o investimento nesse campo, especialmente como voluntário, como tem sido a minha condição nesses dezoito anos, semelhante à maioria das muitas pessoas que participam desses projetos comigo. Tenho a sensação de que mesmo ganhando algum dinheiro ainda seria necessário um ato de fé, ganhando bastante dinheiro, como dizem que acontece nas grandes fundações beneficentes, não sei, na minha realidade nunca foi algo que eu pudesse imaginar.

Conhecendo bem essa ONG da qual faço parte e que ajudei a construir, sei que a espiritualidade banha todas as suas ações, uma outra lógica diversa à do Estado, mesmo que este tenha requerido que abrissemos um estatuto social, onde tudo o que fosse espiritual e religioso ficasse de fora, isso só representa uma questão técnica que cumprimos exatamente para alcançar objetivos ético-espirituais. Um tipo de racionalidade misteriosa como essa é o que sinto em muitas outras organizações sociais brasileiras imersas em diversas realidades da pobreza do país, tirando sua potência exatamente daquilo que fica mais oculto ao Estado. Se isso é certo ou errado, não sei. Com esse trabalho de pesquisa, pretendo entrar mais fundo nessa questão, adentrando na potência dessas organizações e sua relação com o Estado.

Da mesma forma que a espiritualidade sempre pareceu para mim algo potente, mas que só se experimenta pondo-o à prova, a ação social em uma organização com bases espirituais não tem uma realidade diferente. Tentar encontrar uma razão clara de causa e efeito nesse tipo de ação me causa uma confusão mental tão intensa quanto aquelas questões espirituais e filosóficas daquele dia do videogame.

Por várias vezes pensei em abandonar os projetos que desenvolvo por não saber se eles realmente mudam a realidade ou se são somente um paliativo, por achar tudo só uma anestesia do sistema que promove os males que pretendia amenizar. Outras vezes, pensei em abandonar esses projetos e tentar uma vida mais comum, escutando o coletivo individualista dessa sociedade e não um eu ampliado e conectado com os demais, por me achar privado dos prazeres do consumo e, sendo

clara a incoerência desses prazeres com esses projetos, entender como é uma perda de tempo viver dividido, como alguns familiares que me repetem vez ou outra, apontando que foi essa experiência espiritual que estragou minha vida, a vida de um adolescente nota dez na escola, mas que não se tornou médico e não ganha muito dinheiro. Estas são feridas abertas que espero que um dia se fechem, ou simplesmente que eu as aceite e com elas conviva bem. O que incomoda, na verdade, é a minha voz ao me criticar.

1.2 Primeiros traços poéticos de avaliação

Com base na participação pessoal dentro de uma OSC, posso dizer que a avaliação sempre esteve presente como algo próprio da experiência, sempre questionando se o engajamento em uma organização desse tipo vale a pena. Embora não de forma oficial, me sinto tensionado a avaliar o que faço socialmente com frequência. Mentalmente, essa função avaliativa sempre parece confusa, criando, muitas vezes, uma paralisação. No entanto, quando procuro avaliar integralmente, me considerando como um todo, mente, afetos, emoções, o que me parece sempre mobilizador, ainda que indique mudanças de direção. A partir desta segunda perspectiva posso dizer que me arrependo mais por não dar tudo de mim, do que pelo pouco que faço.

Com o tempo, fui assumindo uma postura de que as respostas se dariam na prática, num exercício concomitante de fazer e avaliar, ou num avaliar que é fazer e um fazer que é avaliar, uma perspectiva de quem “julga uma árvore pelos frutos”⁴, e qual outra forma se avalia bem um fruto senão comendo, experimentando seu sabor e mesmo engolindo, deixando que o fruto entre em contato e aja no seu organismo também?

Não falo aqui de uma postura avaliativa ideal, mas a que pude assumir com alguma coerência. Não foram poucas as vezes que me vi perdido dentro dessa postura, dado que havia momentos em que a atividade em campo me pedia posições mais radicais, onde não era possível tempo para racionalização, mas simplesmente uma avaliação rápida e uma escolha, muitas delas radicais, onde a sustentação das ações não seria possível sem um mergulho experiencial, sob pena de sair de qualquer

⁴ Texto bíblico do Evangelho de Mateus, capítulo 7, versículo 16.

postura em que se possa falar da experiência com coerência: “mas como és morno, nem frio, nem quente, vou vomitar-te”⁵.

É nestes termos da experiência, coerência e consistência que pretendo arriscar um desenho avaliativo desse tipo de organização dentro da realidade brasileira, não dessas grandes organizações filantrópicas que funcionam exclusivamente como empresas, imbricadas com grandes organizações financeiras, mas estas comunitárias, não só Organizações Não Governamentais, também organizações não empresariais.

Nesses dezoito anos andando pelos recantos pobres do país, vi muitas dessas organizações não empresariais. Sempre me chamaram a atenção sua potência capaz de movimentar as barreiras da realidade social. Estive diante de histórias parecidas com essas memórias que contei, que vão além de práticas eficazes, envolvem histórias de vida, espiritualidade, um carisma, não somente no sentido religioso, mas no sentido de algo que as move em uma racionalidade própria.

Essas organizações foram responsáveis por movimentos de grande impacto na história do Brasil, como, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastoral da Criança e outras diversas pastorais, movimentos comunitários e de classe, íntimos destes primeiros, e várias outras organizações que se instalaram nas favelas e comunidades do Brasil.

Atualmente, tem se colocado todas essas organizações sob uma grande guarda-chuva com o nome de Organizações da Sociedade Civil (OSC). Um termo que envolve tudo o que não tem fins lucrativos, o que inclui desde fundações de grandes empresas a pequenas associações de moradores e instituições religiosas. As parcerias entre o poder público e essas OSC têm se disseminado no país, sendo consideradas, cada vez mais, como parte fundamental não só para as mudanças sociais, como para a manutenção de uma governança democrática.

Desde os anos 90 do século passado tem-se buscado uma maior inserção dessas organizações dentro do aparelho do Estado com a criação de uma regulamentação para o campo com fins não só de controle, mas de incentivo das parcerias entre o poder público e as OSC, que tem sido definida como “Política de Fomento e Colaboração” (BRASIL, 2016, p. 63). Mas como tem se dado essa política? Como ela abarca organizações tão diversas em uma mesma estrutura? Como essa

⁵ Texto bíblico de Apocalipse, capítulo 3, versículo 16.

política atinge as organizações comunitárias, primeiro motor da importância desse setor no Brasil? Como tem se dado o encontro de racionalidades tão diversas? E, afinal, como avaliar esse encontro?

Nesta dissertação, avalio a *Política de Fomento e Colaboração*, a partir da experiência do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim⁶, uma organização comunitária, nascida e inserida em uma das maiores favelas de Fortaleza, reconhecida por sua marca na articulação da política de saúde mental neste território.

Uma avaliação desse tipo, então, precisou ultrapassar o ambiente formal do Estado e a própria lógica gerencialista de eficiência e eficácia. Não que esteja desmerecendo tal lógica, mas porque pretendo alcançar a potência e o carisma aí presentes, tendo sido preciso, para isso, seguir um fluxo a partir de questões mais abertas, deixando que estas questões fossem sentidas em campo e guiassem a pesquisa, desbravando um território novo de pesquisa.

Dessa maneira, este trabalho objetivou avaliar a experiência de uma Organização da Sociedade Civil, de caráter comunitário, com projetos de atuação em parceria com o poder público.

Dentro deste também se objetivou:

- a) problematizar a formação teórico-prática das Organizações da Sociedade Civil no Brasil, destacando um tipo comunitário entre o rol dessas organizações;
- b) elaborar um desenho avaliativo que contemple racionalidades diversas, composto na relação entre o *sentiment* pós-constructivista de avaliação e a filosofia pós-estruturalista;
- c) mapear a experiência atual do Movimento de Saúde Mental do Bom Jardim, analisando-a sob a perspectiva da Política de Fomento e Colaboração.

1.3 Uma primeira pista: carisma, ação social e política

Não foi fácil embarcar em um novo *ethos* de pesquisa científica como me propus aqui através da cartografia⁷, essa tentativa me fez juntar a minha voz com a

⁶ OSC fundada em 1996, localizada em uma das maiores favelas de Fortaleza.

⁷ Os aspectos teóricos deste *ethos* serão melhor explicitados no capítulo dedicado à metodologia.

de Roberto Dimenstein e Rubem Alves e dizer que, ainda no ensino superior, “fomos maus alunos”⁸. É difícil confiar em si mesmo, no seu mundo e fluxo de aprendizagem depois de tantos anos acostumado com cabrestos e rédeas. Antes de embarcar no campo, e mesmo antes de escrever estas palavras, estudei cartografia, mas outro estudo é viver uma cartografia, envolvendo uma forma teórica que impele para a vida. Tive que entender no corpo o que já vinha lendo e entendendo na mente: para essa pesquisa precisava dar vazão a um corpo sensível, confiar no toque, na intuição, nas palavras e nos espaços onde encontro um desejo forte. Seguir pistas do desejo, como relatou Aírton Barreto em uma das entrevistas realizadas com os líderes e fundadores de movimentos comunitários para este estudo: ao falar do dia em que decidiu morar em uma casa de taipa perto dos operários desempregados de uma fábrica, disse: “Eu vi aquela casa e senti uma vontade lá dentro, forte, me deu vontade de morar ali como quem dá vontade de cagar! [em voz alta e de punhos cerrados]. Na mesma hora peguei minhas coisas e comprei aquela casa!”. Assim, também de forma intuitiva, fisiológica como este desejo de morar na favela, que essa força atrativa, carismática surgiu como primeiro guia de composição desse trabalho.

Em um panorama de crise em que se vive – e que muitas vezes se viveu – no Brasil, a esperança, ou qualquer pequeno sinal de mudança social, recai sobre a sociedade civil. A esperança certamente não está em uma *sociedade civil soma de indivíduos*, a tendência destes tempos pós-modernos, mas uma sociedade civil organizada, articulada ou, pode-se dizer, “comunitarizada”.

Avritzer (2012) lembra que o termo sociedade civil surgiu originalmente no século XIX como um conceito dualista para designar a separação entre o Estado e a economia familiar, no corolário da crescente especialização do Estado moderno, mais especificamente, o termo ganha sentido quando se rejeita a economia escravocrata, fundamentada na economia familiar. No século XX, o conceito funda um novo setor da sociedade, com a diferenciação entre sociedade civil, Estado e mercado. Transforma-se, assim, em um ente autônomo e central na economia e na vida mundial.

No Brasil, com o desenvolvimento tardio, embora acelerado, da nação como Estado moderno, o conceito chega ainda mais complexo, embaralhado entre a dualidade e a tripartição da sociedade. Mesmo nas definições modernas, há

⁸ Referência ao Livro: DIMENSTEIN, Roberto; ALVES, Rubem. **Fomos maus alunos**. Campinas: Papyrus, 2003.

conceituações diversas de sociedade civil que conviveram no Brasil: entre uma linha gramsciana, de espaço de conflito e luta por hegemonia do Estado (FONTANA, 2011 *apud* AVRITZER, 2012); ou de correntes neotocqueviliana e neodurkheiminiana, de espaço autônomo de ação voluntária e de produção de uma solidariedade social (SHILLS, 1990 *apud* AVRITZER, 2012; FEINBERG, WAISMAN e ZAMOSC, 2006 *apud* AVRITZER, 2012).

De todo modo, um termo geral dessa discussão parece ser o associativismo da sociedade civil, e esse é o tema aqui em questão. Há muito os seres humanos se associam em grupos para alcançar seus objetivos, tanto individuais comuns, com objetivos próprios do coletivo associado, em especial tendem a se organizar seres oprimidos, ainda que sejam pela natureza e condições ambientais ao seu redor, mas especialmente humanos oprimidos por outros humanos, a resistência e a resiliência parecem estar na raiz da associação, mesmo opressores se associam para a violência a partir da ameaça de um diferente que pode subjugar seu ser manifesto em um estilo de vida.

São essas associações que garantiram, a base da luta comum a muitos seres humanos, o status de pessoas. Assim foram os índios e suas tribos, os negros e seus quilombos, os nordestinos e seus cangaços, Canudos e muitos outros grupos que cumpriram suas jornadas heroicas até se afirmarem. No entanto, uma coisa é a meta, outra é o caminho: a meta é histórica, transcendente, sem garantia de fim, o caminho é presente, imanente, tem algo de indefinido e infinito, é, por exemplo, o momento entre o instituinte e o instituído, entre a diferença e a unidade. Estes dois aspectos estão envolvidos no *momentum* da associação de pessoas que constroem uma OSC, às vezes tão local e pequeno no mundo, mas que envolve construir uma sociedade e construir a si mesmo, produção objetiva e subjetiva. No jogo político atual, onde todos precisam ser (sujeito, indivíduo, pessoa...) para que haja justiça, essa construção é o que torna um Estado legítimo. Assim, buscou-se aqui um toque nesse *momentum* das OSC, não apenas no seu aspecto formal, mas também social e psicológico, sem o qual o próprio fio da história se romperia.

É certo que, para fins de estudo, não se pode fugir da definição formal. Mesmo nesse sentido, há várias formas de narrativas históricas. O ponto teórico comum entre elas passa pelo reconhecimento das associações no seio do Estado e sua relação com este, fazendo assim a história parte do próprio Estado. Avritzer

(*ibidem*) destaca três fases de organização da sociedade civil brasileira⁹: Um primeiro momento (1930-1977), caracterizado pela inserção da sociedade civil organizada como elemento-chave do governo, mas com alto controle e dependência do Estado; um segundo momento (1977-1985) que tem como foco principal a autonomia da sociedade civil e suas organizações diante de um Estado ditatorial; e um terceiro momento (1985- até hoje) marcado pelo “aprofundamento democrático”¹⁰, com foco na expansão e multiplicidade das OSC e nos diferentes tipos de relação dessas com o Estado.

A este panorama histórico poderia se somar ainda outros momentos anteriores e posteriores demarcados por outros autores. Anteriormente é interessante fazer uma ligação da sociedade civil e suas organizações com os movimentos sociais, constituintes dessas organizações, embora estes não tenham um aspecto formal, assim poderia se marcar a partir de Aquino *et al.* (2015): os movimentos e organizações informais indígenas e negras do período colonial; os diversos movimentos e organizações em torno da independência, que marcam o advento dos intelectuais e da classe especializada que se desenvolveu a partir daí até os dias atuais; e os movimentos e suas revoltas por melhoria na qualidade de vida de setores específicos da vida civil à medida que o Estado brasileiro ia se modernizando.

Wampler e Touchtown (2015) indicam três processos políticos que moldaram o panorama da sociedade civil brasileira. Dois deles coincidem com a delimitação de Avritzer (2012): o retorno da democracia representativa em meados dos anos 1980 e a expansão das instituições participativas a partir de 1988. Um terceiro processo que poderia ser adicionado posteriormente na linha histórica apresentada acima seria a política neodesenvolvimentista com alto investimento em políticas de bem-estar social entre os anos 2000 e 2009.

Outra complexidade do tema consiste na diversidade de organizações que se encontram sob o conceito OSC. Wampler e Touchtown (*ibidem*) classificam as OSC brasileiras em dois tipos segundo a atividade que realizam: OSC de base comunitária, geralmente ligadas a comunidades pobres e com líderes com nível socioeconômico relativamente mais baixo; e OSC do terceiro setor, ligadas a regiões mais ricas do

⁹ Embora o autor pontue esquematicamente duas fases, coloca-se aqui três, uma vez que este deixa claro, ao longo de sua conceituação, um momento anterior a 1977, iniciando quando se refere à Era Vargas.

¹⁰ Processo de maior inserção e controle da sociedade civil, tanto na formulação como na efetuação das políticas públicas (AVRITZER, 2012).

país, com líderes com nível socioeconômico mais elevado e que trabalham de forma mais técnica nas políticas públicas através de contratos com o governo, envolvendo-se menos em protestos e com relações mais formais com pessoas do setor público.

Avritzer (2012) chama a atenção para o equívoco em alguns estudos ao não considerar a multiplicidade inerente neste campo. O mesmo autor, ainda que sem a pretensão de generalização e esgotamento da classificação, define dois tipos mais amplos de OSC baseado no seu estudo do associativismo em algumas capitais brasileiras: associações que lidam com políticas públicas e associações de cunho religioso. De forma semelhante ao estudo de Wampler e Touchtown (2015), este autor indica um recorte de classe nesses dois tipos:

A sociedade civil brasileira tem um forte grupo de associações religiosas que participam de atividades de autoajuda e na organização dos pobres urbanos para reivindicar bens públicos. Este grupo tem uma forte presença na cidade de São Paulo, particularmente na zona leste, e é também forte em outras cidades como Recife e Belo Horizonte [...] também é formada por um grupo de associações fortemente ligadas ao Estado na implementação de políticas públicas. Este grupo tem ligações profundas com uma nova tradição de esquerda que surgiu durante a redemocratização. Seus laços mais fortes são com o Partido dos Trabalhadores e com as políticas participativas por ele implementadas no nível local, e sua participação varia em função da presença ou não do PT no poder [...] O grupo religioso é mais estável, seus membros são mais ligados aos hábitos da população pobre e geograficamente está localizado fora do centro da cidade de São Paulo, e na maioria das periferias de grandes concentrações urbanas no país. O grupo de políticas públicas parece ser o que está mais fortemente comprometido com a democratização da ação do Estado. No entanto, ele está, predominantemente, localizado nas regiões centrais das grandes cidades [...] É impossível compreender a sociedade civil brasileira sem analisar os dois grupos ao mesmo tempo (pp. 394-395).

Avritzer (2012), destaca duas características das OSC de base religiosa: primeiro, a resiliência e autonomia do que chamou de OSC de base religiosa, enquanto as OSC ligadas a políticas públicas oscilam de acordo com o cenário político, crescendo com partidos com alguma orientação de esquerda e diminuindo quando outros partidos assumem o governo.

Outra característica é sua maior proximidade com os pobres (ou oprimidos, em outro termo bem brasileiro), que se entende aqui como o principal motor ético das OSC brasileiras, mesmo aquelas ligadas a políticas públicas ou de terceiro setor, ainda que possam manter foco no serviço técnico que prestam mais que no beneficiário, sem o apelo da justiça social, sua atividade não tem sentido. Também se entende aqui, como apresentado acima, que a resistência daqueles que são oprimidos

pelo sistema social foi a linha de força do associativismo brasileiro desde o período colonial até os dias atuais. Chama ainda atenção o relato histórico de Frei Betto (2006), que liga o próprio PT e movimentos ligados a ele também ao movimento religioso no Brasil. Assim, se não o caráter religioso apresenta o primeiro contorno da primeira pista seguida aqui, pelo menos algo de espiritual, carismático, ganha uma força central para a composição desse trabalho.

Embora tais classificações pareçam coerentes com base nos estudos que as deram origem, são ainda um esboço tênue da realidade das OSC brasileiras. Durante a inserção exploratória no campo de pesquisa para esse estudo, tais termos pareceram se embaralhar. O local dessa fase exploratória, o Movimento Comunitário de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, por exemplo, apresentava líderes com alto nível socioeconômico nos padrões dos estudos citados acima, mas se localiza em uma região pobre; está ligado a políticas públicas e tem contratos com o governo, mas também tem um viés comunitário; não está ligado a uma igreja, apesar de seu maior líder ser um padre; e há uma presença espiritual forte afirmada abertamente, presente mesmo nos documentos da organização. Enfim, algo bem mais complexo, digno de um estudo mais próximo, mais detalhado.

Timidamente intencionava adentrar nessa questão. Foi a partir de uma intervenção durante o exame de qualificação que percebi que havia aí algo central para essa pesquisa, especialmente quando, junto com uma das professoras que compunha a banca, fui fazendo uma lista de organizações de grande referência para a garantia de direitos e políticas públicas em várias comunidades pobres de Fortaleza que têm em sua história um aspecto religioso. Rapidamente foi citado o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim; Projeto Emaús e Movimento de Saúde Mental Comunitária do Pirambu (Projeto 4 Varas); Fundação Marcos de Bruin no Lagamar; a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, fundamental para o Banco Palmas, o primeiro banco comunitário do Brasil; Centro Madonnina del Grappa em Caucaia; e muitos outros, não só localizados em Fortaleza, como no Brasil e em toda a América Latina.

A pista foi ganhando contorno ao perceber a relação dessas organizações comunitárias e de muitas espalhadas Brasil afora, com a teologia praticada aqui fortemente entre os anos 1970 e 1980 que, de uma forma geral, é conhecida como Teologia da Libertação (TdL), exatamente um ponto de florescimento do associativismo no Brasil. A TdL, apesar de forte responsável pela esquerda no Brasil,

aproxima-se de uma revolução socialista, no que toca à análise social, mas se distancia no método da revolução (BETTO, 2006). Não parece se importar com as ligações epistemológicas e científicas, é uma teologia do fruto e não da árvore, ou talvez seja melhor dizer uma teologia do plantar, mais próximo do termo “teologia da práxis”, concebido por João Batista Libanio (2013), que salienta: “o essencial deste paradigma teológico não é a teologia, mas a libertação, a experiência encarnada de fé de comunidades eclesiais, inseridas no seio da sociedade, em perspectiva profética” (MÜLLER; GUTIÉRREZ, 2014, p. 15).

Tal prática teológica teve papel fundamental na construção da cidadania e na defesa dos direitos humanos e nos rumos da política do Brasil, tendo assim também papel fundamental na construção de políticas públicas. São vários os relatos da luta em várias arenas políticas: por terra e dos moradores do campo (FONSECA e FIÚZA, 2015; FOSCHIERA; BATISTA; THOMAZ JUNIOR, 2009; LACERDA, 2013; MAUÉS, 2010; MENEZES NETO, 2007); por direitos de grupos étnicos, especialmente indígenas e quilombolas (MAUÉS, 2010); pela igualdade sexual e defesa dos direitos das mulheres (LACERDA, 2013) (LACERDA, 2013); pela população de rua; pelos direitos das comunidades pobres que se formavam com o crescimento desordenado das metrópoles (FERREIRA, 2015); pelos direitos à saúde e reforma sanitária brasileira (ARAÚJO; NASCIMENTO, 2014; MACHADO, 2015); pela institucionalização das lutas com a criação de partidos e grandes eventos em defesa destas questões, como o Fórum Social Mundial (BETTO, 2006; LEVY, 2009; MARTELLI, 2003); entre outros.

Apesar da certeza da grande influência, seria interessante registrar o grau dessa influência na democratização do país nos anos 1980 e a estruturação das políticas públicas. No entanto, não faltam relatos do caráter decisivo dessa teologia para a criação dos partidos de esquerda no Brasil e muitas organizações de classe, assim como seu desenvolvimento e crescimento, para a criação de movimentos populares que não apenas deram sustentação a esses partidos, como animaram a sociedade civil, entre eles a CUT, MST e as diversas pastorais de grande influência política (BETTO, 2006; BOFF, 2011).

Esse rol de organizações fundamentais teve caráter decisivo dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil para a situação das políticas públicas sociais, para a própria história do país. Entretanto, mais do que a existência de organizações, há de se considerar uma alma, uma *anima* da sociedade

civil que se manifesta nelas, este aspecto que pode ser relevante para que ocorram as atuais reformas ou retrocessos – como o leitor preferir – diante de uma sociedade civil desanimada em relação àquela dos anos 1970 e 1980.

Há de se considerar também a influência do forte movimento socialista mundial na época, como outra possibilidade de Estado e mercado, além da sociedade civil. As políticas sociais também têm nisso uma grande base, a responsabilidade de cuidado do Estado sobre as pessoas, especialmente no que diz respeito a promover justiça social e, se não igualdade, ao menos equidade, conceitos que ganharam espaço no léxico capitalista a partir da concorrência ideológica nos anos pós-guerras mundiais.

Se a luta comunista era armada no ideal europeu, na América Latina, brotava de forma original um comunismo de um cunho espiritual, com uma base religiosa, desarmado e de baixo para cima. Se por um lado havia a revolução armada que propunha um tipo de altruísmo disposto a morrer num dia de batalha, por outro havia um comunismo teológico latino americano que, embora tenha se relacionado com a luta armada inicialmente, passou a focar em um altruísmo não de morte, mas de vida: morrer a cada momento por uma vida que se vive consumindo-se pouco a pouco. Foi assim que muitos optaram por encarar os desafios de viver nas favelas e outros tipos de comunidades de oprimidos. Esse tipo de atuação se diferenciou porque tocou os mais interessados em mudar o sistema, os oprimidos, e criou neles uma consciência que os fez se organizarem e lutarem por si. Como cita Betto (2006, p. 50-52):

Enquanto a luta armada retrocedia – no Araguaia a caça aos guerrilheiros rurais havia sido implacável, dizimando dezenas –, o movimento popular ascendia. (É isso a dialética da história?) Ao deixar a prisão me surpreendi com um movimento popular que não havia sido organizado por nós da esquerda carimbada, ornados de teorias professadas num lapidar rigor acadêmico que as transsubstanciava em dogmas religiosos. Como fora possível? Como o povo se organizara sem nós, a “vanguarda”, os dirigentes, estávamos na cadeia? Como criara movimentos de moradia, de luta contra a carestia, de mulheres, de negros, de indígenas, de direitos humanos... se nós, intelectuais, nós que conhecíamos bem o marxismo, a tática e a estratégia, nós que havíamos lido Engels e Gramsci, Trotsky e Mao, Lênin e Althusser, nós, os timoneiros, não figurávamos à frente de seus movimentos? (Quanta pretensão!)

Qual fênix o movimento popular renasceu do lento, silencioso e capilar trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, dos sindicalistas que não abraçaram a luta armada, da esquerda que preferiu hibernar entre as classes populares. Renasceu do método Paulo Freire, a ensinar-lhe que ninguém é mais culto que outro [...] O método Paulo Freire, adotado e enriquecido nas Comunidades Eclesiais de Base, combinava-se com a leitura e escuta do

Evangelho, o “causo” da Bíblia, a comparação com os casos da vida [...] Nós, agentes de pastoral, tínhamos a nosso favor a linguagem religiosa. Não o hermético vocabulário da esquerda, o dialeto estranho aos ouvidos dos pobres, a “correlação de forças”, o “antagonismo de classe”, a “contradição histórica”. Era a linguagem popular, essa matéria-prima que tece, em categorias religiosas, a ideologia mais elementar, e nem por isso menos crítica e revolucionária. A comunidade despertava ao descobrir que Deus é Pai e somos todos irmãos e irmãs, não se justifica tanta desigualdade.

É a luta do povo. No entanto, não há como desmerecer o papel dos intelectuais e dos líderes. O próprio Frei Betto, nesse mesmo texto, cita os muitos movimentos sociais que ajudou a criar, as comunidades de base que organizou, estas que chegaram a ser em torno de cem mil, chamando a atenção de políticos que o procuravam para formar o partido dessa multidão, mas ele não se considerava representante deles, nem ele nem nenhum outro intelectual, era um membro da comunidade como qualquer outro. A diferença, então, deste tipo de intelectual, está na partilha e no fazer-se pobre em seu saber, ver que a sua intelectualidade é só uma diferença no meio de uma comunidade de diferenças onde cada uma tem um curso particular a seguir, embora parte de um mesmo movimento de vida, como as diferentes águas na Terra: há fontes, rios e mares, nuvens e águas subterrâneas, chuvas e riachos, mas todos fazem parte de um mesmo ciclo vital em diferentes contextos e funções.

Para Libanio (2013), a Teologia da Libertação passou por quatro momentos. A gestação (1962-1968), tendo destaque o Concílio Vaticano II convocado pelo papa João XXIII, onde se buscava uma reformulação da ação da Igreja Católica de forma mais coerente com o mundo moderno, o que, para a América Latina, trouxe à tona a condição de pobreza da maioria da população do continente. Boff (2011) ainda acrescenta o caráter histórico nessa gestação da TdL, havendo outros componentes fora o eclesial:

Entretanto, só entenderemos adequadamente a Teologia de Libertação se a situarmos para além do espaço eclesial e dentro do movimento histórico maior que varreu as sociedades ocidentais no final dos anos 60 do século passado. Um clamor por liberdade e libertação tomou conta dos jovens europeus, depois norte-americanos e por fim dos latino-americanos. Em todos os âmbitos, na cultura, na política, nos hábitos na vida cotidiana derrubaram-se esquemas tidos por opressivos. Como as igrejas estão dentro do mundo, membros numerosos delas foram tomados por este Weltgeist. Trouxeram para dentro das Igrejas tais anseios por libertação. Começaram a se perguntar: que contribuição nós cristãos e cristãs podemos dar a partir do capital específico da fé cristã, da mensagem de Jesus que se mostrou, segundo os evangelhos, libertador? Esta questão era colocada por cristãos e

cristãs que já militavam politicamente nos meios populares e nos partidos que queriam a transformação da sociedade (p. 1).

Boff (*ibidem*) ainda destaca que, junto com a reflexão teológica, a prática teológica já estava em curso antes mesmo da Teologia da Libertação nascer. Nesse contexto mundial, onde as pessoas estavam mais sensíveis às desigualdades e às injustiças do sistema político mundial, somado com uma abertura da estrutura da Igreja, a maior organização do mundo, e de grande inserção popular na América Latina, a população começava a se organizar em novas formas de ação. Assim, a TdL foi uma ciência que do seu tempo, do seu povo, das CEBs, das pastorais sociais, do engajamento direto de grupos cristãos em movimentos políticos de libertação, da chamada “Ação Católica”, com grupos de jovens que buscavam uma ação pastoral libertadora a partir da reflexão científica e do mundo em que viviam, em grupos como a JOC, JEC e JUC, já se sistematizava o método ver-julgar-agir incorporado aos direcionamentos sociais da Igreja Católica mundial; e de várias outras iniciativas que brotaram no meio religioso da época (BOFF, 2011; LIBANIO, 2013).

Tudo isso fazia parte de um mesmo contexto, não como um fruto da TdL. Exatamente por isso que, de forma perspicaz, Souza (2008) chamou esse movimento prático de “comunitarismo cristão”, com influência teórica e metodológica da TdL, assim como esta recebia a influência da ação social desses diversos grupos, não havendo uma linha de fidelidade que garanta uma concordância inata entre a prática e ciência teológica, até porque se trata de um tipo de uma teologia imanente.

No segundo momento, acontece a sistematização da nova teologia (1969-1971) com o aumento dos diálogos abertos no Concílio Vaticano II através da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, onde, segundo Sayer (2014), se deu o início da TdL, aparecendo pela primeira vez o termo a partir de uma conferência do bispo peruano, Gustavo Gutiérrez. No entanto, o marco do nascimento desta teologia passaria a ser a publicação do livro *Teologia da Libertação: Perspectivas*, deste mesmo bispo, no ano de 1971 (LIBANIO, 2013; BOFF, 2011).

Então, chegou momento em que houve as discordâncias com a Santa Sé em Roma (1984-1986), que desencadeou na excomunhão de vários padres adeptos da TdL. Esse período é indicado por muitos como um ponto crucial para a perda de força dessa nova teologia e de sua prática social e pastoral. Entre as principais advertências e orientações da Santa Sé e de demais cristãos que se opunham a TdL

estavam a filiação ao marxismo, oposto em muitos aspectos a dogmas e crenças da Igreja Católica, em especial a revolução pela violência, o pragmatismo histórico, a defesa do ateísmo de seus idealizadores; a recusa da transcendência, e uma incongruência com dogmas referentes a divindade e humanidade de Cristo e a relação entre Deus e os homens na história.

De uma forma geral, pode-se afirmar que a TdL e o movimento comunitário cristão está longe de morrer, segundo Libanio (2013), atualmente a Teologia da Libertação está em fase de “revisão crítica e novas perspectivas”, no entanto, essa teologia está longe de morrer, mas que precisa avaliar suas críticas e se atualizar. Entretanto, visitando diversos lugares de Fortaleza, percebe-se a queda desse movimento: o Instituto Madonnina del Grappa em Caucaia, como seus muitos metros quadrados dentro da comunidade, com seu teatro, ginásio, escola, marcenaria, oficina de tornearia mecânica, enfim, toda essa imensa estrutura, não realiza mais nenhum projeto com a comunidade, onde antes havia uma multidão de pessoas fazendo diversos cursos e se reunindo em comunidade. Resta a lembrança viva de quem viu tudo aquilo em pleno vapor, o túmulo do Pe. Alfredo Nesi, seu fundador, a rua com o seu nome, seu túmulo na capela e o local, instalado lá diante de milhares de pessoas que por lá passaram nos três dias de velório. Resta a pequena varanda com a placa “bruxão”, onde “nem que fosse por bruxaria a pessoa teria que sair dali com uma solução para o seu problema”¹¹.

Os padres Martinho e Eduardo, ambos com mais de oitenta anos, permanecem em sua missão, morando e animando as CEBS no Luxou e em toda a região Praia do Futuro, mas sem nenhum outro redentorista ou qualquer pessoa seguindo seus passos para os substituir. Por outro lado, ainda resistem outras comunidades, com uma fundação mais tardia e que ainda contam com seus fundadores em plena atividade e vigor físico, perguntam-se e pensam em soluções para manter as organizações, mas principalmente o movimento comunitário vivo.

Para João Batista Libanio (2013),

Dois fatos influenciaram no declínio da TdL no sentido de atualidade na publicidade. Em 1989, assistimos à queda do muro de Berlim e a derrocada do sistema socialista do Leste europeu. E a Igreja católica viveu entre 1978 e 2005 o longo pontificado de João Paulo II que, com presença marcante e com preocupação doutrinal, restringiu o espaço de liberdade e criatividade

¹¹ Citação de uma moradora local ao explicar o significado da placa.

teológica, especialmente da TdL com condenação de alguns dos corifeus. Seguiu-se, então, certo recesso da teologia da libertação (p. 1333).

Mesmo com os elementos acima citados, o motivo dessa queda ainda parece obscuro, porém é certo que algo do ideário desta teologia foi incorporado dentro da Igreja Católica atual, principalmente pela “opção preferencial pelos pobres”, que se tornou um lema da Igreja. Já quando as desavenças com a Santa Sé iam se amenizando, João Paulo II chegou a afirmar em uma mensagem aos bispos brasileiros: “Estamos convencidos, nós e os Senhores, de que a teologia da libertação é não só oportuna, mas útil e necessária” (JOÃO PAULO II, 1986, n. 5, p.12). E não foi só na Igreja Católica que houve essa inserção, mas na própria estrutura do Estado, a partir da Constituição de 1988 e no próprio legado que ficou de mobilização da sociedade civil e as várias organizações fundadas nessa época que mantêm uma atuação viva até hoje.

A análise que se faz aqui é que, independente da manutenção ou não das instituições, o ponto de onde o movimento comunitário cristão tirou mais potência foi da relação entre transcendência e imanência dentro de uma perspectiva de uma grande comunidade senão universal, brasileira e latino-americana. Como afirma Boff (2011):

A Teologia da Libertação nos fez descobrir Deus como o Deus da vida, o Pai e Padrinho dos pobres e humildes. A partir de sua essência, como vida, se sente atraído pelos que menos vida têm. Deixa sua transcendência e se curva para dizer: “ouvi a opressão de meu povo...descei para libertá-lo”(Ex 3,7). A opção pelos pobres encontra seu fundamento na própria natureza de Deus-vida (p. 1).

Ou como afirma Libanio (2013):

No fundo, julgo que ainda está em questão o grave problema que agitou as últimas décadas do século passado referente à relação entre “natural” e “sobrenatural” [...] Os quatro advérbios que o Concílio de Calcedônia usou para interpretar a relação entre humanidade e divindade de Jesus – inconfuse (sem confusão), immutabiliter (sem mudança), indivise (sem divisão) e inseparabiliter (sem separação), (DENZINGER, 2007, n. 302, p. 113) permitem entender a tensão entre horizontal e vertical, imanência e transcendência, história humana e presença de Deus, libertação histórica e libertação divina. Na prática, o problema dependerá do acento maior ou menor que determinada teologia der a um dos polos com o risco de negar o oposto (pp. 1332-1333).

O que se propõe, neste tipo de teologia, é a transcendência de si mesmo através da fé, mas na fé em um Deus que se faz na práxis. Deus eterno e imutável em sua essência e em sua sabedoria, mas que para os seres humanos se faz temporal e só se pode dar a conhecer a partir da relação sensível da pessoa com o seu mundo, ou seja, de forma imanente. Sem querer, aquele movimento concordava com algo que Deleuze e Guattari (1997) comentariam, algum tempo depois, ao falarem da potência do nomadismo e das máquinas de guerra, conceitos que ganham cada vez mais força dentro das Ciências Sociais e da Filosofia atualmente e que têm inspirado diversas minorias e grupos de resistência:

Contudo, uma simples oposição de pontos de vista, religião-nomadismo, não é exaustiva. Com efeito, no mais profundo de sua tendência em projetar sobre todo ecúmeno um Estado universal ou espiritual, a religião monoteísta não é sem ambivalência nem franjas, e transborda os limites, mesmo ideais, de um Estado, até imperial, para entrar numa zona mais imprecisa, um fora dos Estados, onde tem a possibilidade de uma mutação, de uma adaptação muito particular. É a religião como elemento de uma máquina de guerra, e a ideia da guerra santa como motor dessa máquina. Contra o personagem estatal do rei e o personagem religioso do sacerdote, o profeta traça o movimento pelo qual uma religião torna-se máquina de guerra ou passa para o lado de uma tal máquina [...] Apesar disso tudo, quando a religião se constitui em máquina de guerra, mobiliza e libera uma formidável carga de nomadismo ou de desterritorialização absoluta, duplica o migrante com um nômade que o acompanha, ou com um nômade potencial que ele está em vias de tornar-se; enfim, volta contra a forma-Estado seu sonho de um Estado absoluto (pp. 46-47).

Esse ponto aparece de forma tímida na obra de Deleuze, o que é de se esperar de um europeu. Realiza-se, assim, aquela estrofe de Milton Nascimento: “eu sou da América do Sul, eu sei vocês não vão saber, mas agora eu sou cowboy, eu sou do ouro eu sou vocês, eu sou do mundo, eu sou Minas Gerais”. É de se esperar que europeus cientistas e filósofos marxistas e pós-estruturalistas europeus não tenham percebido bem o que se passava na América do Sul, nem mesmo os cientistas brasileiros deram atenção devida a isso, mesmo aqueles de esquerda, “os dirigentes”, como se dizia anteriormente. De uma forma inovadora, aliada às estruturas não só do Estado, mas da estrutura milenar do catolicismo, criou-se algo novo e que conseguiu mobilizar isso que se chama Brasil, eis aí a pista.

Foi exatamente aí que esse movimento teve seu principal obstáculo, quando o poder estatal reparou a potência, deu seu jeito de reagir. Talvez não de forma maquiavélica, mas a partir da força de estabilização da vida, própria do Estado, como colocam Deleuze e Guattari (1997), de forma que penso que não foi só a reação

das instituições que ocasionou o enfraquecimento desse comunitarismo cristão, mas a própria inserção desse movimento como Estado. Eis aí então uma questão: como relacionar Estado e potência de vida na política, seja nas próprias OSC ou nas instituições estatais?

Alguns aspectos atuais parecem minar essa potência. Primeiro, como dito anteriormente, a própria institucionalização parece gerar uma dependência e tolher a liberdade de ação; em segundo lugar, a falta da comunidade na setorização em pautas importantes, porém, mais particulares, pautas de minorias, da diferença, ficando em segundo plano (ou fora de plano) a grande pauta da pobreza e a crítica do sistema capitalista, chegando até a um conformismo com esse sistema, dado que ele consegue acoplar em si facilmente essas causas, como é o caso das questões de liberdades sexuais; por fim, há um abalo no lado da transcendência, fazendo com que não haja mais aquela disposição de morrer para esse mundo capitalista e opressor.

Boff (2011) cita três estratégias para tirar os pobres-oprimidos da sua situação: o assistencialismo, em muitos casos necessário, mas não suficiente; a inserção dos pobres no sistema produtivo, mas que pode ocorrer sem uma crítica social; e aquela que os vê como uma força histórica capaz de mudar o sistema de dominação. De uma maneira geral, as políticas sociais e muitas OSC têm focando bastante na segunda estratégia, uma vez que esta terceira é muito impopular diante dos financiadores, entre eles o próprio Estado, além de parecer fora de moda, agora que não há uma grande oposição ao Capitalismo.

No entanto, ainda persiste a terceira estratégia, talvez hibernando novamente, fazendo novamente suas bases no meio do povo. Como disse olhando nos meus olhos, em um tom profético, padre Martinho¹², em uma das entrevistas enquanto conversávamos sobre a decadência e a falta de novos jovens dispostos a se consumir pelo novo: “Sinto que uma nova virada está por vir, o povo vai se manifestar de novo”. Assim, me parece mais interessante se inspirar no que foi criado aqui nesse solo e ainda se pode ver e tocar e na própria capacidade que a sociedade civil brasileira tem de criar estruturas libertadoras originais e não ficar só em uma crítica importada dentro de uma agenda externa de criação de contra-hegemonia, que pode ser só mais um tipo de hegemonia externa, pelo menos aos pobres.

¹² Entrevista concedida em sua própria casa na favela do Luxou no dia 26 de janeiro de 2018.

1.3 Corolário da relação entre Organizações da Sociedade Civil e Estado

Embora a institucionalização das OSC seja um movimento relativamente recente no Brasil, de certa forma, a atuação política de entidades não estatais já estava presente desde a colonização. A ação catequética das missões no período colonial já atuava com estes ares. Além de espaço de culto, funcionava como escola, local de aprendizado da arte europeia e de introdução de alguns elementos culturais indígenas à cultura nacional que se criava, obviamente, não sem uma avaliação da adequação à cultura europeia.

Essa atuação se dava com o propósito de adaptação à realidade brasileira, ou melhor, daquele território selvagem, aos padrões de civilidade existentes, aspecto que permeia a atuação de muitas OSC até hoje. No tocante à ação catequética, esta nem sempre se deu em concordância com os padrões do Estado. Em dado momento, algumas missões chegaram a se configurar como um movimento social de oposição à coroa portuguesa, incluindo a organização para a luta armada entre suas atividades para resistir às investidas dos bandeirantes contratados pelo poder colonial (AQUINO *et al.*, 2015).

Neste período, destacava-se um Estado fundamentado no direito natural com forte influência do cristianismo. Este tipo de Estado contava com organizações não estatais que o fortaleciam, como as próprias missões inicialmente. No entanto, estas eram pouco variadas e monocromáticas. Por outro lado, surgiram organizações sociais de oposição. Não tendo um espaço reconhecido pelo Estado, constituíam-se, em geral, como movimentos de rebelião, que sempre existiram, apesar de só serem considerados como uma estrutura legítima muito tempo depois.

Com o Iluminismo, o perfil do Estado e de suas relações com as organizações não estatais mudaria significativamente, abandonando-se um Estado de direito natural e inserindo-se uma racionalidade própria do Estado. O Brasil, ainda mal descoberto pelos europeus, daria seus primeiros passos na turbulência dessas transformações.

Tal racionalidade chegou a um ponto crítico no século XX, marcado pelo horror das guerras mundiais. O racionalismo do Estado provou-se tão incapaz de manter uma paz entre as nações quanto os Estados de direito naturais. Essas guerras levaram ao cume a disputa com base no território, provocando uma crise nesse tipo

de governo. Fortalecia-se, mais uma vez, a luta por soberania nacional, mas já explorando fortemente o controle ideológico e disciplinar da população.

Se na primeira metade do século passado a guerra era um fato, na segunda era uma preocupação constante com a Guerra Fria e a disputa entre capitalismo e socialismo pela hegemonia mundial. A busca pela paz iniciada no pós-guerra era uma preocupação primordial. Junto a isso questionava-se a desigualdade entre os homens e nações e emergia a cidadania e os direitos universais, e com eles o crescimento do papel do indivíduo na política, intensificados pelo discurso democrático que crescia, especialmente no lado capitalista, embora estes não sejam termos essencialmente atrelados com a propaganda da época poderia sugerir. O estabelecimento de modelos de governo não só democráticos, mas focados na governabilidade era a principal estratégia do lado capitalista da história, e certamente, decisivo para sua vitória. Como destaca Foucault (2010), de um modo complexo, manteve-se a questão da soberania nacional e da disciplina, inserindo novos objetivos através da governança e seguridade social como táticas de controle da população.

Era preciso construir novas referências que pudessem se colocar acima dos nacionalismos que tanto assustavam para que se mantivesse um estado mínimo de paz e estabilidade mundial. Os direitos humanos passaram a ser esse grande referencial, sendo estes marcados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 (SANTOS, 1997; SACAVINO, 2009).

É certo que a luta por direitos não é inaugurada nos anos 40 do século passado. Segundo Marshall (1967), esta luta acompanha a construção da cidadania que emergiu a partir do momento que a população passa a ser a grande questão de governo. Para este autor, a cidadania é constituída de três elementos: um civil, um político e um social:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual [...]. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (pp. 63-64).

Cidadania para ele “é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (p. 76), e como *status* ele está arraigado a uma condição de classe e desigualdade, sem a qual não há uma sociedade civilizada. Os

três elementos desse *status* eram originalmente unidos. O que aconteceu ao longo da história foi a separação desses elementos no processo de universalização da cidadania através do capitalismo. O que antes se dava por um *status* inerente a partir do momento que se pertencia à uma comunidade¹³, passa para um “*status* por contrato” (MARSHALL, 1967, p. 79). O problema para Marshall (1967) é que se prometia um contrato que pressupõe uma igualdade que não é real, mas convencional. Um processo tanto a nível nacional como internacional, através das convenções internacionais, tendo os direitos humanos como sua convenção primordial.

Neste sentido, estas convenções são como um contrato que dá a um ser humano o *status* de cidadão do mundo, mas em uma estranha lógica contratual universal, onde os estados assinam o contrato, passando estes a valerem para os indivíduos através do contrato nacional de representação, porém sem que a grande maioria dos indivíduos tenha consciência do que isso representa e do quanto isso atinge a sua vida. Assim, cidadania e direitos humanos se configuram como um campo complexo, repleto de antagonismos e incongruências. Nasceram e são difundidos primordialmente através da adesão dos governos a eles, por outro lado, pretendem controlar e serem universais acima do próprio governo nacional que os assinou através de estruturas de poder onde os indivíduos podem interferir para além da soberania do governante nacional. Cria-se, assim, um território para lidar com o que é exterior da esfera do Estado. Se o comércio expandiu o mundo para além dos muros da cidade medieval para territorializar a selvageria da natureza e transformá-la em espaço civil, os direitos humanos vão além da fronteira dos Estados para tentar territorializar a selvageria da guerra.

A questão, então, passa a ser como inserir um mecanismo de fomento e controle dos direitos humanos ao redor do mundo, mantendo-se em uma pretensão não totalitária e democrática. Só as instituições estatais não seriam suficientes, já que em muitos casos são exatamente o risco, por outro lado, as organizações internacionais como a ONU não podem garantir isso sem levar em conta a soberania fundamental dos Estados, sem o qual se tornaria um supraestado. Um instrumento fundamental encontrado foi o controle na esfera da sociedade civil, colocando-a a

¹³ Entende-se aqui que essas comunidades tinham como base o governo de território de acordo com a definição de Foucault (2010), justificando, de certo modo, a falta de condição da lógica contratual da cidadania.

nível global, não mais totalmente abaixo do poder da soberania estatal, mas considerada como um dispositivo exterior a este.

Os direitos humanos dão, assim, um novo papel político à sociedade civil. Da mesma forma que a cidadania dá um *status* a um indivíduo, os direitos humanos dão um *status* à sociedade civil como um todo, pretendendo colocá-la cara a cara com o Estado. O local privilegiado onde se realiza esse processo são as organizações da sociedade civil.

Foi através da ONU que o termo Organizações Não Governamentais (ONGs) ganhou destaque mundialmente. Com ele, definia-se aquelas organizações que lutavam pela garantia de direitos dentro dos territórios nacionais e internacionalmente. Desde sua criação, em 1945, a ONU já iniciava a afiliação de ONGs, sendo uma parte importante de seu funcionamento. Atualmente

As ONGs podem se associar ao Departamento de Informação Pública (DPI) do Secretariado da ONU ou junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Além disso, muitas agências das Nações Unidas possuem programas próprios de associação com ONGs que sejam relevantes para sua área de atuação (ONU, 2017).

As filiações ao DPI datam desde 1947, já ao Conselho Econômico e Social desde 1946, filiações estas que se intensificariam, especialmente nos anos 1990 (ONU, 2017).

Mais recentemente, uma nova terminologia, “atores da sociedade civil”, vem sendo adotada por esta instituição, um termo que engloba qualquer grupo ou pessoa que aja em prol dos direitos humanos, o que inclui um rol que vai desde grupos comunitários e grupos religiosos, até sindicatos, associações de profissionais e órgãos públicos (ONU, [201-]). Para a ONU, estes atores se articulam juntamente com outros atores da seguinte forma:

Gráfico 1 – Atores da sociedade civil em defesa dos direitos humanos



Fonte: ONU, [201-]

Tal imagem demonstra uma articulação que envolve todo o contexto social, sendo assim necessário uma adesão de toda uma sociedade em um mesmo fim político, tendo a ONU como a agenciadora dessas forças.

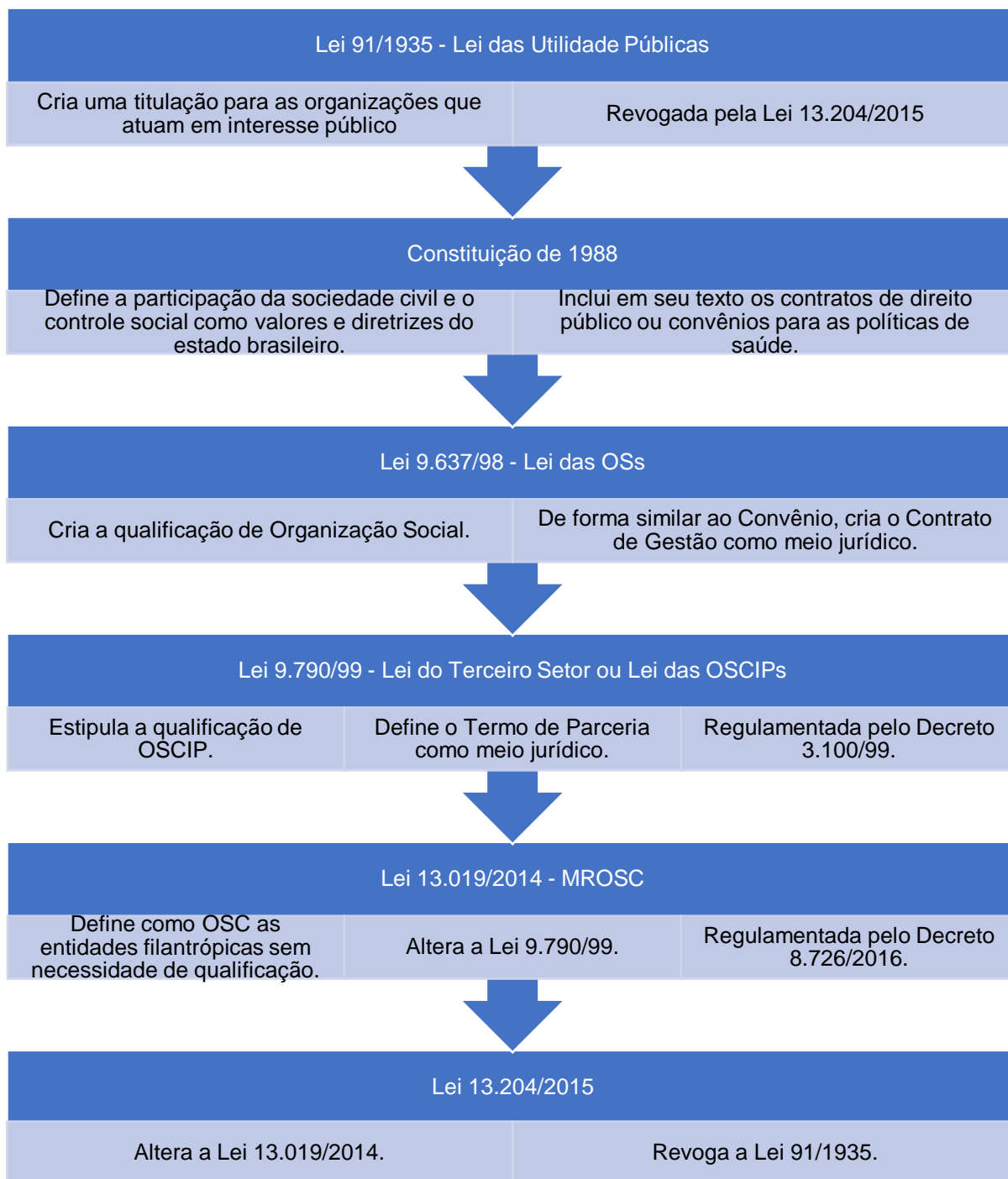
Se a proposta é que os direitos humanos sejam o guia universal das nações, da mesma forma a estrutura para sua garantia tem que se disseminar. Assim, destaca-se

a importância crucial do envolvimento da sociedade civil, a todos os níveis, nos processos de governação e na promoção da boa governação, nomeadamente através da transparência e da responsabilidade, a todos os níveis, indispensáveis para construir sociedades pacíficas, prósperas e democráticas (ONU, 2014 *apud* ONU, [201-]).

1.4 A construção da Política de Fomento e Colaboração no Brasil

Colocando em um quadro esquemático, pode-se indicar os seguintes marcos legais da construção da Política de Fomento e Colaboração no Brasil:

Tabela 1 – Marcos legais da Política de Fomento e Colaboração



Fonte: Elaborado pelo autor

A lei de 1935, apesar de antiga e muito simples, não passando de uma página, só foi revogada recentemente, em 2015. Seu texto buscava simplesmente criar uma institucionalização para o crescente número de organizações que atuavam em campos de interesse coletivo de forma filantrópica no país, não mencionando

nenhum modelo de parceria com o Estado, apenas criava a chancela Utilidade Pública (UP). A função do Estado por esta lei era simplesmente controladora, diante de um governo que se presumia orientador-mor da população, queria-se comunicar, então, quais as organizações que atuavam em concordância com os valores nacionais. Com o tempo, passou-se a garantir benesses para as organizações que a possuíam, como a possibilidade de receber doações com deduções no imposto de renda; permissão para distribuir prêmios mediante vale-brindes, concursos, sorteios etc.; receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (REIS; LIMA, 2016).

Um ponto desta lei que seria controverso mais adiante é o veto do título de UP para aquelas organizações as quais seus diretores obtivessem uma remuneração, ponto que seria controverso com a mudança de valores relacionados à OSC. Nas décadas de 1930 e 1940, pautavam-se os valores altruísticos para estas instituições, situação que viria a mudar algumas décadas depois, especialmente na década de 1990, quando a pauta era a profissionalização destas organizações que passavam a se tornar um elemento fundamental nas estratégias de governo.

Nas décadas de 1970 e 1980, há o florescimento da sociedade civil no Brasil em um movimento reativo à opressão dos governos ditatoriais, e com ele o crescimento do vetor do interesse da sociedade civil. Proliferaram as ONGs e a luta pelos direitos humanos e cidadania, motivadas tanto por este contexto de repressão local, como pelo contexto mundial de disseminação dos direitos humanos. Dessa maneira, a atuação das OSCs acentuava-se não só como a favor dos valores de governo, mas também contrária a eles. Tal movimento culminou na redemocratização e na constituição de 1988, um marco político para as OSCs, uma vez que, além de definir valores de controle social e participação social, prevê parcerias com as OSCs através de convênios, mesmo tipo de relação jurídica que se estabelecia entre entes governamentais.

O movimento de redemocratização no Brasil viria a se confundir em muitos aspectos com o movimento de ajuste neoliberal do país que se intensificaria a partir da década de 1990. É nesse contexto que surge a Lei das Organizações Sociais (OS), que criava uma titulação como UP, mas, pela primeira vez, definia um meio jurídico próprio para a parceria do governo estatal com as OSCs, o Contrato de Gestão.

Esse ajuste do Estado se justificava como uma estratégia de modernização do país à nova realidade mundial e à nova realidade da sociedade civil, dentro dos

padrões mundiais de governança (PAULANI, 2012). Para as OSCs, o ajuste passava pela maior institucionalização, a fim de ampliar as formas de parceria com o Estado e o controle social de suas ações.

Logo se inicia a busca por um novo marco regulatório destas parcerias com a lei 9.970/99, Lei das OSCIPS ou Lei do Terceiro Setor. Este último termo, que batizou a lei, define bem o espírito do período dando novos sentidos ao que antes eram conhecidas simplesmente como Organizações Não Governamentais, passando a ser considerado como um setor da nova estrutura social junto com o mercado e o Estado:

Parte dessas Organizações da Sociedade Civil, que resistem às mudanças no marco legal, não estão realmente interessadas na busca de um novo modelo de financiamento para o Terceiro Setor porquanto, na verdade, não estão vislumbrando o seu papel estratégico no novo tipo de sociedade que está surgindo, no qual Estado, Mercado e Sociedade Civil compõem três esferas relativamente autônomas da realidade social, cujas relações devem ser regidas por novas normas (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 2002, p. 4).

Percebe-se, no trecho acima, uma crítica aos opositores dessa nova ordem social, exatamente OSC, que não concordavam com a política que era criada para si, sendo assim definidas como estatistas e retrógradas, deixando clara a postura liberal do governo daquele momento.

De toda forma, ocorreu a ampliação e maior institucionalização das OSC. No entanto, não se superou totalmente as leis anteriores, a submissão aos termos da nova normativa ficou optativa para muitas políticas, apesar de válidas para novos campos em que se inseririam e criando atrativos para o aumento dessa inserção. Dessa maneira, a Lei do Terceiro Setor ou Lei das OSCIPS (Lei 9.790/99) foi um grande marco para a institucionalização e inserção das OSCs dentro das políticas públicas, de forma que o atual Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) se configura como uma continuidade de um processo aberto por esta lei.

A lei de 1999 trouxe a ampliação dos campos públicos onde as OSC poderiam atuar em parceria com o Estado; o estabelecimento de um novo regime jurídico para esta relação, o *termo de parceria*; e a permissão para remuneração dos gestores das organizações classificadas como de interesse público. Estes fatores mostram o objetivo da reforma do Estado como redefinição do campo de atuação estatal, delegando algumas funções públicas à sociedade civil, tarefa que, para

Bresser Pereira (2001), não era orientada para um Estado mínimo, mas para a adequação pragmática à realidade, uma espécie de pragmatismo construtivista.

O ambiente político da elaboração da Lei das OSCIPS demonstrava-se turbulento, de tal forma que sua concepção deixou uma série de limitações dentro da proposta de um marco legal. O documento indica uma negociação difícil com setores contrários aos seus valores políticos, como afirmava o texto explanatório do Programa Comunidade Solidária¹⁴, órgão que conduziu os debates para a elaboração dessa lei: “A Lei 9.790 ainda não ‘pegou’ e vai demorar a ‘pegar por uma série de motivos” (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 2002, p. 6). Entre os motivos citava um preconceito de funcionários estatais com a ação pública das OSCIPS; a insegurança das organizações diante da inovação proposta pela lei que abria espaço para elas, mas que previa sanções oriundas do monitoramento e avaliação; e o “cipoal contraditório de normas que não pode ser resolvido de uma vez” (p. 7). Ainda a enfraqueceu o caráter facultativo da submissão das parcerias a seus termos, não alterando significativamente as legislações e normas anteriores, como, por exemplo, a Lei das Utilidades Públicas, do início da década de 1930, que continuou em vigor. Estes fatores só viriam a ser transformados mais profundamente a partir do Marco Regulatório de 2014.

Segundo Gonçalves (2013), com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Brasil se insere definitivamente sob parâmetros liberais e os governos Lula e Dilma fazem parte do mesmo processo de ajuste do país à condição da política externa. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) parecem ter realizado o ideal do ajuste e modernização do Estado de seus predecessores se colocando no centro desses três setores fundamentais da nova ordem social, conforme define Bresser Pereira (2001), que criticava as posições ideológicas, tanto conservadoras direitistas como as socialistas esquerdistas. A reforma não teria um caráter ideológico, mas pragmático, pautado pela governança e governabilidade sem o qual o país não se desenvolveria:

Algumas dessas reformas podem, de fato, ser neoliberais quando radicais e orientadas para eliminar direitos sociais, mas quando são simplesmente reformas orientadas para o mercado que tornam a economia mais competitiva e dotam o Estado de maior capacidade de ação — ou seja, de maior governança e governabilidade — elas podem até ser chamadas liberais, mas não são conservadoras ou neoliberais (pp. 22-23).

¹⁴ Programa do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso que objetivava o combate à fome e à miséria posteriormente substituído pelo Programa Fome Zero do governo Lula.

Os motivos que guiaram a Lei das OSCIPS foram os mesmos para a elaboração do MROSC, no entanto, destaca-se neste último a ampliação da participação das próprias OSCs em sua construção, a maior institucionalização e a possibilidade de maior participação das OSCs nas políticas sociais. Todavia, estes aspectos não contradizem as pautas da reforma do estado proposta por Bresser Pereira (2001).

A grande diferença com os governos do PT parece ter sido a maior capacidade de influenciar e trabalhar como agenciador, tanto junto ao mercado como às organizações da sociedade civil. Tal governabilidade permitiu maior crescimento da Política de Fomento e Colaboração no sentido dos valores da reforma do Estado e, por outro lado, dos valores de participação, transparência e controle social previstos na constituição de 88, aspectos que se salientam ao comparar o MROSC com a Lei das OSCIPS.

Após os desenvolvimentos dos anos 1990, o movimento em torno de uma maior regulamentação das OSC ganhou nova força no início dos anos 2000, quando começaram a surgir escândalos de corrupção envolvendo estas organizações e suas parcerias com o poder público, o que culminou com o estabelecimento da CPI das ONGs em 2007, que se estendeu por três anos. Em resposta a esse contexto, o MROSC (Lei 13.019/2014) surge com o objetivo de criar uma lei única num esforço de colocar todas as parcerias sob um mesmo teto, não havendo resignação com outras formas de contrato e afirmando o papel de influência do Estado na direção política das OSC. Segundo o texto introdutório da lei, ele busca estabelecer “o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação” (BRASIL, 2014, p. 67).

Logo de início, o texto desta lei cria um amplo glossário com fins de unificar os vários termos envolvidos na relação de parceria entre sociedade civil e Estado. Dentre estes termos, define OSC de forma abrangente, criando apenas barreiras no envolvimento nas políticas públicas de organizações que, apesar de prestarem um serviço de interesse público, o fazem visando ao lucro, o que as inseriria no setor Mercado e não no setor Sociedade Civil. Dessa forma, são OSCs as organizações sem fins lucrativos de uma forma geral, incluindo sociedades cooperativas (estabelecidas pela Lei 9.867/99) e organizações religiosas, criando assim uma abrangência institucional à semelhança da ONU.

No entorno do macro-objetivo de criar um marco jurídico unificado também se delineiam princípios e diretrizes muito similares à Lei das OSCIPS. Mas o MROSC inova bastante, ao ponto de deixar sua marca no caminho da definição de uma política mais delimitada, buscando direções com base no questionamento: qual o papel da sociedade civil na estrutura do Estado? Ou, qual deve ser a relação entre sociedade civil e Estado em uma sociedade? Assim, o texto instrutivo da Presidência da República diz:

Essa legislação é um passo importante em direção a uma Política de Fomento e de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil, com vistas ao interesse público e à qualidade das ações e serviços ofertados aos cidadãos (BRASIL, 2016a, p. 63).

O MROSC se estrutura em três eixos: contratualização, sustentabilidade, conhecimento e gestão de informações, estes inseridos também no Plano Plurianual 2016 – 2019, Lei 13.249/2016, dentro do Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, no Objetivo 1154:

Fortalecer a participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos sociais (BRASIL, 2016b).

Também amplia as chances de participação das OSCs nas políticas públicas ao não requerer certificações como OSCIP ou Utilidade Pública (titulação extinta por esta lei) para que as organizações possam estabelecer parcerias com o Estado. A elegibilidade para uma parceria passa a ser a comprovação de regularidade jurídica e fiscal sob os termos definidos na lei, a comprovação de experiência e competência técnica na área e um tempo de existência mínimo: três anos para parceria com a união, dois para os estados e distrito federal e um ano para os municípios.

A democratização das OSCs também é ampliada estipulando o “Procedimento de Manifestação de Interesse Social”. Através deste, qualquer cidadão, movimento social ou OSC pode propor uma parceria com o governo, devendo indicar o subscritor da proposta, o interesse do público envolvido e o diagnóstico social da realidade a ser mudada. O governo, ao receber a proposta, deve então publicá-la em seu sítio eletrônico e consultar a população, caso tenha interesse na proposta. No

entanto, este procedimento não dispensa a realização de chamamento público (BRASIL, 2016a, 2016b).

Outra delimitação importante do MROSC está na classificação dos tipos de parceria. Ainda mantêm o conceito de parceria no lugar do convênio como meio jurídico, afirmando a Lei 9.970/1999, mas é estabelecido o *termo de parceria* como novo regime jurídico em três tipos: o *termo de fomento*, o *termo de colaboração* e o *acordo de cooperação*.

Os termos de fomento e colaboração são usados quando há transferência de valores do governo entre governo e as OSCs: colaboração quando se tratar de uma política com parâmetros já estabelecidos na qual a OSC irá se inserir, fomento quando se tratar de uma iniciativa de interesse público de uma OSC que o governo queira apoiar. O acordo de colaboração é usado quando não há transferências de recursos financeiros e não tem obrigatoriedade de chamamento público.

O MROSC avança consideravelmente com relação às exigências do poder público nestas parcerias: cria a obrigatoriedade do chamamento público para as parcerias com transferências de recursos financeiros; determina o planejamento dessas parcerias, incluindo a previsão de gasto anual dos órgãos públicos com as parcerias; define termos mínimos para os editais de chamamento e para o monitoramento e avaliação; estipula que haja uma *Comissão de Seleção* e uma *Comissão de Monitoramento e Avaliação*; exige do poder público capacidade técnica para celebrar e acompanhar as parcerias; prevê a capacitação pelo governo federal dos agentes públicos para lidar com os novos termos da lei; define o acompanhamento ao longo do processo pelos órgãos de controle; e abre espaço para a criação do *Conselho Nacional de Fomento e Colaboração* (criado pelo Decreto 8.726/2016 que regulamenta esta lei) e seus similares estaduais, distritais e municipais.

1.5 O contexto cearense de fomento e colaboração

A criação da utilidade pública federal foi seguida pela criação de seus respectivos estaduais distritais e municipais. No Ceará, a última edição deste título foi atribuída pela Lei 12.554/95, substituindo duas outras leis, de 1976 e 1981¹⁵. Esta também impedia a remuneração às diretorias, mas já mencionava os auxílios e

¹⁵ Não disponíveis no sítio eletrônico do Estado do Ceará para maiores avaliações.

subvenções. Ainda no ano de 2013, o estado do Ceará requereu este tipo de certificação para suas parcerias¹⁶.

O Ceará tem grande destaque quando se fala em OSs e Contratos de Gestão, graças a Lei Estadual 12.781/97, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, dispõe sobre a qualificação dessas entidades e dá outras providências. Assim como a lei federal das OS, esta lei garante automaticamente o título de OS e UP estadual, porém, apesar de usar os termos das leis mais antigas, esta já discorre mais especificamente sobre o fomento e os contratos de gestão, fazendo o Ceará se antecipar em questões que são abarcadas pela lei federal das OSCIPS que vieram em seguida, como o estabelecimento de um conselho para monitorar os contratos, mesmo que estes tenham uma configuração bem diferente do desenho do atual Conselho de Fomento e Colaboração. Estas legislações ainda continuam em vigor, de forma que a Lei estadual 14.158/2008 veio a ampliar o leque de setores de atuação dessas organizações e os contratos de gestão têm crescido no contexto da administração pública do estado do Ceará (VIANA, 2010).

Fica a questão de como será a relação destes com o MROSC. É claro que este tenta se estabelecer como um marco unificado, mas percebe-se como as leis e os seus respectivos termos, UP, OS, OSCIP, OSC, vão se sobrepondo na prática. O MROSC vai reduzir ou será mais um ingrediente nessa “salada legal” da Política de Fomento e Colaboração.

Até o momento, três estados fizeram suas regulamentações do MROSC e criaram Conselhos Estaduais de Fomento e Colaboração: Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, assim como alguns municípios, especialmente nas regiões sul e sudeste. O Ceará e o município de Fortaleza ainda não estabeleceram suas regulamentações do MROSC, mas os debates já foram iniciados, especialmente estimulados pelo Ministério Público, Defensoria Estadual e Controladoria do Município de Fortaleza (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, 2016; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, 2017).

¹⁶ Como comprova um edital de seleção pública publicado em diário oficial: CEARÁ. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Edital de seleção pública e credenciamento de entidades de natureza privada sem fins lucrativos para fins de concessão de subvenções sociais, contribuições correntes e auxílio, para o ano de 2013. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, 23 out. 2012. Série 3, ano IV, Nº 202, p. 127.

2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ENTRE RIZOMAS E A GOVERNAMENTALIDADE

As relações entre OSC e Estado são complexas, especialmente quando se trata de políticas públicas e quando se consideram visões mais reducionistas, numa separação hermética onde público diz respeito puramente ao Estado, e privado somente ao indivíduo e mercado, excluindo a arbitrariedade dessa separação. O próprio contexto de surgimento das políticas públicas já traz consigo ambiguidades próprias das tensões entre Nacionalismo e Liberalismo, Capitalismo e Socialismo, de onde surgem as dúvidas se as parcerias entre Estado e OSC é uma política “pública”, mas tais ambiguidades aparecem em todas as políticas públicas, não sendo isso que a define como pública ou não. Neste trabalho, considera-se a Política de Fomento e Colaboração exatamente como a mistura desses termos próprios, levando em conta a marcante mestiçagem brasileira que tem seus reflexos na experiência política do país.

Para Chrispino (2016), o termo “política pública” é um campo polissêmico que engloba várias visões e definições, trata-se de um meta-conceito, definido por este autor como uma “intencionalidade de ação do governo”, compreendendo o estudo tanto da “criação da política” como da “ação governamental” (p. 22). Sob este meta-conceito são adicionados valores, ideologias e identidades de governo. Com relação às OSCs, trata-se de uma ação desse tipo – ainda que possa ser uma ação de delegar uma ação –, mas não apenas envolvendo a intencionalidade estatal como intencionalidades singulares das OSCs, que têm, por vezes, componentes antagônicos ao Estado.

Os termos Sociedade Civil e Estado guardam entre si um significado de separação e mesmo de oposição, especialmente quando falamos de uma história que passa por um Estado absolutista, um Estado totalitário e, posteriormente, um Estado democrático, este ainda guardando fortes traços dos tipos anteriores. Tais sobreposições e resquícios nas características dos estados democráticos podem alterar em maior ou menor grau de uma realidade para outra. Ainda que em dois países tenha sido feita uma transição de um estado totalitário para um democrático, o processo de transformação e a forma dessa democracia podem ser muito diferentes, como são os casos de democracias europeias e latino-americanas.

A modernidade assistiu a uma série de transformações desse tipo, já que a implementação da democracia é uma grande característica desse período de mudanças. Um denominador comum dessas transições é a transferência de poder para a sociedade civil, o que pode ocorrer de várias maneiras, inclusive com pseudotransferências, com reconfigurações na estrutura de poder mais que uma transferência. Entre esses tipos pode-se citar a representatividade política, a participação direta, o controle social e a participação social da sociedade organizada.

2.1 Política pública governamentalizada

Para Foucault (2010), a principal transição da modernidade foi do Estado de soberania para o Estado governamentalizado, processo implementado a partir do momento em que vai se abandonando racionalidades exteriores ao Estado na política e passa a se assumir uma racionalidade própria do Estado com o movimento iluminista. Tal racionalidade implicaria o crescimento nos estudos da *arte de governar*, a partir da qual cresceu a necessidade de um governante de justificar aos indivíduos o seu poder como Estado.

A principal referência dessa arte de governar foi *O Príncipe*, de Maquiavel, onde o problema fundamental do governante era a soberania sobre um território, este último sendo o elemento que definia o status de poder. Para isso, entre o território e o príncipe deveria haver uma descontinuidade, uma transcendência, dada por uma lei de um ser supremo, do qual o príncipe era seu representante na Terra, legitimando a sua soberania.

Com a revolução mercantilista, ensaiou-se a superação dessa lógica, porém, foi apenas em torno do século XVIII, com a revolução burguesa e industrial, que o problema do território vai ceder lugar aos problemas da população: conflitos urbanos, calamidades públicas, reivindicações civis etc. Assim, se antes havia a *arte de governar* e o problema do território, passa a se instaurar a *ciência política* e a questão da *população*.

Como qualquer transição na esfera social, esta não se deu como um corte cirúrgico e completo; o advento da população como elemento primordial de preocupação do governo não anulou a força da *soberania*. Do mesmo modo, a seguridade como forma de controle não anulou o poder disciplinar. Na verdade,

Foucault (2010) destaca mesmo uma intensificação do poder disciplinar no início desse processo.

Com o foco na população, o indivíduo foi gradativamente assumindo o papel de legitimador do poder do governante. Isso trazia à tona a questão da diferença entre as pessoas, uma vez que o indivíduo passa a avaliar o governo de acordo com a coerência entre a sua subjetividade e sua condição de vida. Não havendo mais uma razão transcendental política, havia de se criar uma linguagem para explicar, justificar ou manter estruturas de igualdade e desigualdade, tema que ganharia cada vez mais destaque na Ciência Política de Rousseau (1989) a Marshall (1967) mais adiante.

O liberalismo emergente não se preocupava essencialmente com a igualdade, mas primordialmente o questionamento do poder do Estado e de seu espaço de atuação; a questão da igualdade só entraria em jogo de forma estratégica. Dessa forma, as ideias liberais vão buscar uma ação política a partir do governo dos indivíduos, de suas relações e de tudo aquilo que diz respeito a eles, o que Foucault (2010) define como economia política.

O século XX compreende então um complexo emaranhado de ideologias com relação ao poder do Estado. Ao mesmo tempo em que se clama o poder individual de base liberal, também se clama por direitos e políticas sociais que implicam, grande parte das vezes, do controle do Estado sobre a vida. Os movimentos e organizações sociais são a base desses questionamentos, não sendo estranho dentro de um mesmo movimento os dois tipos de pauta, ainda que contraditórios.

Sob uma espécie de lei de ação e reação, a violência com que Estados totalitários exerceram o poder durante a modernidade intensificou a luta destes movimentos e organizações contra o poder de soberania e disciplinar do Estado, promovendo a popularização da democracia e da globalização, principais elementos políticos contemporâneos, ambos pautados pelo liberalismo que já banhava os ideais iluministas. Com isso, institui-se o governo da população como função primordial, contudo, em um trinômio com a soberania e a disciplina. Onde antes havia um Estado transcendente, onde se impunha a lei natural como mecanismo da soberania, passa a haver um Estado racional, atuando por uma lei construída em uma racionalidade própria, mas tendo a sua atuação imposta pela estratégia e pela tática.

A essa transformação na forma de funcionar da política, Foucault (2010) se refere como governamentalização do Estado ou *governamentalidade*. Resumindo, o que é *governamentalidade*, Castro (2016) sintetiza em duas ideias:

Em primeiro lugar, um domínio definido por: 1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2. A tendência, a linha de força, que por um lado, no Ocidente, conduziu à preeminência desse tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina, e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes. 3. O processo, ou melhor, o resultado do processo, pelo qual o Estado de justiça da Idade Média converteu-se, durante os séculos XV e XVI, no Estado administrativo e finalmente no estado *governamentalizado* [...] Em segundo lugar, 'ao encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si' (pp. 190-191).

No caso do Brasil, logo que o País se constituiu como Estado, já se viu envolvido no governo da população. Com a proclamação da República, supunha-se uma intensificação desse processo rumo a uma governamentalização com foco na seguridade social, como se dava com os países europeus e os Estados Unidos à época. Porém, ocorreu a volta da soberania e da disciplina a partir da Revolução de 30 e dos anos ditatoriais subsequentes.

Com a repressão do governo, a sociedade civil floresceu nessa mesma lógica de ação e reação, tornando cada vez mais insustentável o exacerbado funcionamento disciplinar do Estado. Só no fim do último século, com a redemocratização no fim dos anos 80 e a reforma de modernização do Estado nos anos 90, o Brasil intensifica o processo de governamentalização, enfraquecendo a soberania e a disciplina, o que foi, em suma, a pauta principal do movimento de redemocratização. Embora as correntes socialistas dos movimentos sociais tivessem uma tendência a ainda levantar a questão da soberania a partir de um novo grupo diretor, prevaleceu na redemocratização um ideário liberal.

Todo esse processo passa por uma lógica de poder focada no indivíduo. De forma que a evolução da cidadania e dos direitos humanos vão estar intimamente ligadas com a governamentalização e os meios por onde os indivíduos agem neste processo: a sociedade civil organizada, elemento fundamental neste modelo de Estado.

2.2 Estado e modelos de avaliação: rumo a um modelo pós-construtivista

Não foi à toa que o campo da avaliação cresceu exatamente com a governamentalização do Estado na modernidade. O modelo de Estado racional e

individual trouxe consigo a necessidade política da avaliação tanto do setor público, quanto do privado. Se a racionalidade do Estado não diz respeito a uma ordem natural, mas a uma construção, a avaliação também o será. A complexidade vem à tona quando se percebe que há na história diversas propostas, modelos de Estados idealizados e seus respectivos modelos de avaliação.

Muitos estudos categorizam os modelos de avaliação. Sobrinho (2004) categoriza como modelos *objetivistas* e *subjetivistas*. Guba e Lincoln (2011) vão dividir as avaliações em quatro gerações de acordo com suas funções primordiais, são elas: *mensuração*; *descrição*; *juízo de valor*, e *construtivista*. Já Lejano (2012) vai definir numa linha de corte epistemológicos e pragmáticos, que neste sentido há: avaliações positivistas; pós-positivistas, que inclui as avaliações *críticas* e *construtivistas*; e as avaliações *pós-construtivistas*.

Embora a sequência apresentada acima diga respeito a um aspecto temporal, isso não supõe a superação de um tipo mais recente por um mais antigo. Apesar dos antagonismos históricos entre os tipos de avaliação, todos os estudos citados indicam que atualmente não há só um modelo aceitável, mas defendem a simultaneidade dos vários tipos de avaliação. A avaliação assim se coloca mais em um caráter político-responsivo que político-ideológico, de agenciamento mais que de uma verdade única.

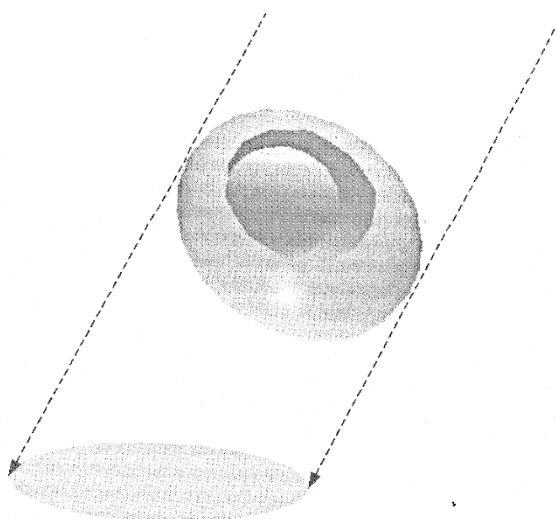
Outro ponto comum entre estes estudos é a crítica à hegemonia das avaliações positivistas. Como visto anteriormente, o contexto atual tem como fundamento a participação e o constante diálogo com a sociedade civil, por mais que estes objetivos possam ser uma definição a nível de contexto, o conceito democrático atual, já bem marcado em seus textos, a participação e o diálogo com a sociedade civil como valores.

Em um tipo exclusivamente positivista de avaliação, circunscreve-se um modelo ideal sob o qual se define quando a experiência de uma política está adequada ou não. Dessa maneira, exclui-se a importância dos elementos fora desta circunscrição, ficando as relações, as táticas e estratégias próprias da governamentalização fora do plano da avaliação, bem como o potencial inovador e intuitivo destes elementos paratextuais.

Tomando como base a analogia geométrica proposta por Lejano (2012), na figura abaixo, este tipo de modelo será sempre uma planificação do real, um decalque, não levando a avaliação para a multidimensionalidade própria daquilo que se avalia.

No entanto, não se trata de afirmar que esse tipo de avaliação não tenha o seu valor, a questão principal é o seu uso de forma hegemônica, na pretensão de dizer tudo sobre a realidade com base na verdade universal sobre a realidade, quando se trata de uma verdade conceitual e composta em um plano específico.

Figura 1 – Uma analogia geométrica



Fonte: Lejano (2012, p. 207).

Outro tipo de decalque é como a xilogravura de Francisco de Almeida¹⁷. Além das figuras talhadas em madeira, o artista usa qualquer objeto banhado em tinta e o projeta na tela, além de colar os próprios objetos diretamente em sua obra, numa mistura de desenhos, pinturas, decalques xilogravados de objetos em si ou do talhe em madeira. Não há aí hegemonia alguma, o artista não tem pretensão de fechar um objeto, definir a sua ontologia, dizer sobre sua originalidade no sentido de encontrar sua essência pronta, a função única que ele foi feito para ser, antes ele vê originalidade no sentido de sua potência, em suas possibilidades, seu devir, devir este que se torna também devir do artista. A tinta que banha o objeto, o leva para um mundo compartilhado dos afectos, entram em um mundo comum, se *in-mundam*, de forma que a projeção do objeto é bem mais que o objeto em si diz sobre o objeto e seu sentido ordinário, mas amplia sua noção ao mesmo tempo, mais ainda, permite a

¹⁷ Sugere-se uma visita na internet às obras de Francisco de Almeida. A referência aqui se faz à exposição Quatro Elementos, visitada pelo autor em 2010 no Espaço Cultural UNIFOR, com xilogravuras extensas, entre elas, a então maior xilogravura do mundo.

visão totalmente fora de suas referências. Nesta perspectiva, o problema não é o decalque, mas a redução da complexidade ao decalque, a hegemonia, o controle, o *ethos* da relação.

Não há contexto de políticas públicas atuais que não sejam complexos neste sentido, logo, a Política de Fomento e Colaboração é de igual modo complexa e multifatorial. Neste sentido, adota-se, neste trabalho, uma postura pós-construtivista de avaliação.

Lejano (2012) define o pós-construtivismo não como um paradigma, mas como um *sentimento*¹⁸ *pós-construtivista*. Tal definição não é tanto devido à falta de contorno científico, mas a esse *ethos* de avaliação que não se reduz à política e à cientificidade, ou a uma ideologia de Estado. Assim, pretende-se uma abertura no plano científico, mas não sem intenção avaliativa, a partir da qual ele define não parâmetros, mas – em uma palavra mais próxima – valores pós-construtivistas: *multidimensionalidade; foco na experiência e coerência*.

O *foco na experiência* é a capacidade de se fazer uma avaliação mais próxima da realidade possível, não se limitando à circunferência de um modelo avaliativo que planifica a experiência. Trata-se de captar a *multidimensionalidade* própria da experiência política, que envolve sempre mais do que um avaliador possa definir previamente, fatores estes que podem ser decisivos para o presente e o futuro daquele movimento experiencial. Dessa forma, o que dá movimento à experiência coletiva de uma política é “a *coerência* das ações na teia de relações. O que importa não é a estrutura ou a racionalidade individual, mas o trabalho e retrabalho ativo dos relacionamentos” (LEJANO, 2012, p. 269).

Poderia se dizer que a avaliação tradicionalmente é um projeto para construir uma máquina, como um carro. A lógica positivista seria produzir um carro azul em uma fábrica onde o dono lucra mais para poder realizar mais no mundo de acordo com o seu entendimento. A crítico-marxista é produzir um carro vermelho, há até muito parecido com o anterior em suas estruturas, só que o lucro seria igualmente distribuído entre todos, não priorizando a perspectiva de mundo do

¹⁸ Vale salientar que a palavra “sentimento” é uma tradução da palavra “sentiment” do original em inglês, esta que tem um sentido mais amplo que uma questão somente emocional: “**sentiment** [...] 1. A particular **sentiment** that people have is an attitude that they have which is based on a mixture of thoughts and feelings [...] 2. Someone’s **sentiment** is an idea or feeling that they express in words [...] 3. **Sentiment** is an emotion such as tenderness, romance, or sadness, which influences a person’s behavior and is sometimes considered to be exaggerated to a foolish extent”: COLLINS, Cobuild. English language dictionary. London: HarperCollins Publishers, 1987, p. 1317.

dono da fábrica, mas caberia a um grupo diretor representante dos operários dirigir a tomada da fábrica até que a organização pudesse ser igualitária onde se excluiriam os gerentes. Os construtivistas questionam os dois modelos anteriores, veem ambos como totalizadores e defendem que, independente da classe dentro da empresa, com suas eventuais diferenças individuais, o projeto e o modelo de execução seja pactuado num grande consenso entre o maior número possível de envolvidos com a fabricação do carro. Já a perspectiva pós-construtivista não quer construir um carro, mas antes participar, observar e descrever como a experiência ocorre, seja o modelo que for, observando o movimento das pessoas e dos processos além do projeto do carro, incluindo outros objetivos diversos presentes na experiência em uma postura intuitiva que possa alcançar mesmo coisas aparentemente não ligadas entre si, que possa alcançar a potência da experiência.

Neste sentido, Lejano (2012), ao invés de uma tipologia, define uma topologia de avaliação:

Por topológico queremos dizer, simplesmente, conjuntos ilimitados que podem abranger várias dimensões e sobrepor-se uns aos outros em uma série complexa [...]. Este é o significado que queremos dar à topologia: um todo múltiplo e integrado que existe como um resultado incorporado de dimensões múltiplas e diversas de agir e de ser (p. 262; 266).

No que diz respeito à avaliação, ele destaca duas topologias: de racionalidade e das instituições. Essas topologias se integram, o autor considera que não há uma só racionalidade avaliadora, mas diversas, que, embora suas especificidades, se conectam em um mesmo contexto da experiência a ser avaliada, não privilegiando um tipo de racionalidade de avaliação, fugindo das hegemonias. Assim, ele defende o entendimento das relações entre as diversidades dentro da experiência da política.

Com relação às instituições, o ponto de vista topológico fugiria das visões tradicionais que alocam as instituições como estruturas hierárquicas ou de coalisão. O modelo hierárquico se assemelha às estruturas tradicionais de soberania, já a coalisão diz respeito às estruturas governamentalizadas e construcionistas, onde se considera vários atores, desde que decididos ao consenso de uma construção comum numa perspectiva mais de agenciamento que de estrutura hierárquica.

Em uma topologia, as instituições se configuram como *estruturas de cuidado*. Neste tipo de estrutura, o foco está mais na relação, na coerência das ações,

ainda que considerando a hierarquia e os agenciamentos em prol de uma construção. Como afirma Lejano (2012):

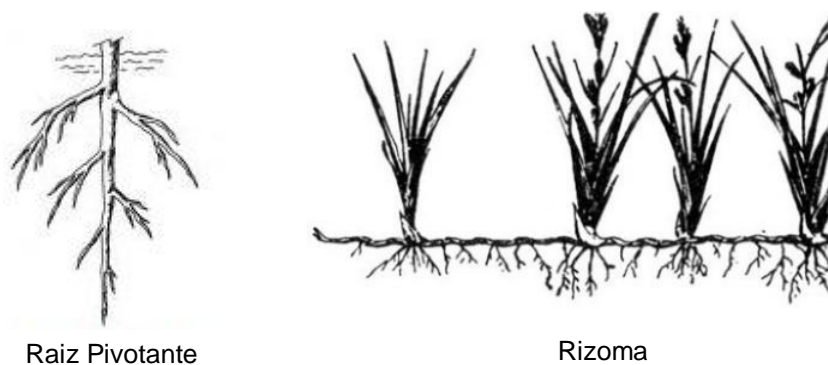
Nesse modelo, estrutura e agência emergem como epifenômenos da construção de relações [...] o modelo de estrutura de cuidado caracteriza melhor os sistemas de governança que dependem menos de estruturas burocráticas formais de autoridade, ou de associações voluntárias de atores atomistas, e mais de sistemas transacionais que existem em contextos onde atores políticos estão intrincadamente amarrados em relações ricas de cultura, história, afinidade e outros (p. 269).

Para este mesmo autor, o plano de avaliação dentro de uma estrutura como essa se daria por mapeamento, que seria uma forma de contextualizar a topologia. A metodologia para tal não é definida, a única referência metodológica que ele apresenta é sobre a descrição densa como uma forma de abarcar a experiência e a multidimensionalidade.

Para este trabalho, então, escolheu-se o método da cartografia como caminho para esse tipo de avaliação, que acreditamos ser coerente com este sentimento pós-constructivista. Esta ligação será melhor abordada no capítulo 3, que discorre sobre a metodologia desta pesquisa. Porém antecipa-se que o ponto em comum é a questão da diferença, na realidade um tipo de unidade na diferença e diferença na unidade. Dando coesão a esta ligação é que tomamos também a conceituação dessa experiência política das OSCs como produção de *rizoma*.

2.4 Organizações da Sociedade Civil, governamentalização e rizomas

Figura 2 – Rizoma e Raiz Pivotante



Fonte: <aulete.com.br>.

Em uma mesma linha conceitual à de governamentalidade em Foucault (2010), o de topologia em Lejano (2012), Deleuze e Guattari (1995) definem rizoma. Remetendo-se à botânica para criar esse conceito, os autores afirmam que as formas de conhecimento científicos tradicionais concebem a realidade com pivôs, em raízes pivotantes, concebendo, assim, uma visão rizomática da realidade.

Esta perspectiva adota uma noção de realidade mais complexa, com vários tipos de conexões entre elementos de uma experiência que ultrapassam a própria metáfora com a botânica. Um rizoma pode incluir em si estruturas arbóreas, tubérculos e as próprias raízes pivotantes. O fundamental é manter a noção de uma estrutura ampliada, complexa e multidimensional. A adoção dessa visão não se dá por oposição, mas pelo próprio contexto da experiência de mundo que, a partir da governamentalização, mudou:

O mundo perdeu seu pivô, o sujeito não pode nem mesmo mais fazer dicotomia, mas acede a uma mais alta unidade, de ambivalência ou de sobredeterminação, numa dimensão sempre suplementar àquela de seu objeto (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 13).

Trata-se da “unidade na diversidade e diversidade na unidade” citada anteriormente. A forma de concepção de um objeto nessa sistemática se daria em uma fórmula “ $n-1$ ”, diferentemente da fórmula “ $n+1$ ” das correntes tradicionais de ciência. Assim, não se concebe um tronco no qual vão se ramificando outras estruturas, mas se concebe um todo sem o qual o elemento não pode ser concebido.

Como Lejano (2012) e sua topologia, Deleuze e Guattari (1995) não circunscrevem o que seja rizoma, o conceituam como um espectro. Mas, para que este espectro seja reconhecido, delineiam alguns princípios. Os dois primeiros são os de *conexão e heterogeneidade*, que diz respeito, assim como uma topologia, a uma realidade multidimensional, onde se conectam elementos variados em gênero, espécie e grau.

O segundo é o princípio da *multiplicidade*. Neste aspecto, destaca-se que multiplicidade envolve elementos de naturezas diferentes, assim, difere-se o rizoma das pseudomultiplicidades das raízes fasciculadas, que dão uma sensação de multiplicidade a partir de uma ramificação intensa e da ausência de um pivô, mas que não se diferenciam da natureza de um pivô por não escaparem da estrutura arbórea da qual faz parte e sem a qual não sobrevive.

O quarto princípio é o de *ruptura a-significante*, pelo qual se considera que faz parte da estrutura dos rizomas linhas de fuga, ou seja, o fora também diz respeito ao rizoma. Por este princípio é que se considera que o *plano de consistência*, semelhante à coerência topológica de Lejano (2012), é o que une um rizoma, ao invés de um *plano de referência* pivotante.

O quinto e o sexto princípios são os de *cartografia e decalcomania*. Uma estrutura pivotante é compreendida por decalque, uma projeção da imagem do pivô sobre uma realidade. Mais uma vez aproximando-se de Lejano (2012), Deleuze e Guattari (1995), defendem a apreensão da realidade por mapeamento:

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real [...] O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente [...]. Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida “competência” (p. 21).

Dessa forma, o plano conceitual tomado para a pesquisa avaliativa aqui proposta é o conjunto de paralelos formado por *Política Pública* como estratégia de *governamentalidade*; *avaliação* como *topologia* e as *OSC* como *rizomas*. Dessa forma, não se tenta criar novas dualidades, mas um caminho de conexões, de acordo com a proposta de Deleuze e Guattari (1995, p. 23): “Por isto é tão importante tentar a outra operação, inversa, mas não simétrica. Religar os decalques ao mapa, relacionar as raízes ou as árvores a um rizoma”.

3 A NOVIDADE DA/NA CIÊNCIA E A NOVIDADE NO MÉTODO

“A novidade veio dar à praia
na qualidade rara de sereia,
metade o busto de uma deusa maia,
metade um grande rabo de baleira.

A novidade era o máximo
do paradoxo estendido na areia,
alguns a desejar seus beijos de deusa,
outros a desejar seu rabo pra ceia [...].”¹⁹

Abarcar o contexto experiencial de uma política pública, à exemplo do realizado neste estudo, constitui uma avaliação contra-hegemônica, seguindo as trilhas demarcadas por Lejano (2012). Não em um sentido dicotômico, de fazer oposição aos métodos usados hegemonicamente, mas pelo uso de algo que se põe em diferença. Assim como a realidade é múltipla, há múltiplas formas de avaliá-la, ou melhor, múltiplas formas de construir a realidade científica, entendendo, com Aguiar e Rocha (2007, p. 71), que a “[...] mudança de parâmetros de investigação no que tange à neutralidade e à objetividade do pesquisador, acentuando-se o vínculo entre gênese teórica e social, assim como a produção concomitante do sujeito e do objeto”.

Para tal fim, este trabalho se soma a todo um escopo científico de busca de uma nova ciência e de novos métodos. Uma ciência da novidade, onde

As coisas mais surpreendentes conduzem a grandes descobertas! Quem pensa que só é possível alcançar grandes conquistas percorrendo um caminho definido com precisão está errado. [...] Não reprima sua imaginação, porque uma ideia muito extravagante pode levar a um resultado muito sólido (FEYERABEND, 2016, p. 157-158).

Uma metodologia da novidade e não da reprodução, uma perspectiva de ‘vanguarda’ dentro das ciências humanas atuais, um tipo de ciência que busca criar sem a hegemonia da reprodução, mas com consistência.

Para Deleuze e Guattari (1997), não há uma progressão dos saberes primitivos para os civilizados, eles convivem e sempre conviveram. Há, então, uma relação entre a impertinência daquilo que é *fora* e dito selvagem com as forças de

¹⁹ GIL, Gilberto. A Novidade. Intérprete: Gilberto Gil. In: GIL, Gilberto. **Gilberto Gil (ao vivo)**. Rio de Janeiro: WEA, 1998. 2 CDs. CD 1. Faixa 13.

conservação daquilo que é dentro do Estado e dito civilizado e racional. Logo, o Estado é por si conservador e, de igual modo, a ciência oficial do Estado também o é.

É próprio do Estado manter as coisas como estão, por outro lado, se há mudanças estruturais na história do Estado, em grande parte estas se devem exatamente pela relação com aquilo que é *fora*. É a partir da racionalidade do Estado, que surge a definição do que é dentro e do que é fora. É no Estado que há o interesse de classificação, de teorização, de controle, de equilíbrio.

No entanto, a grande inovação do Estado foi a de reconhecer a força de mudança daquilo que está fora. Esse aspecto tem sido cada vez mais reconhecido pela lógica do Estado governamentalizado, anunciando a síntese antes mesmo que a antítese ganhe potência.

Assim, passou a ser função do Estado governamentalizado a busca por um equilíbrio nos abalos não só estruturais, mas sobretudo nas relações interinstitucionais e intersubjetivas, mantendo uma permanência do Estado num estrato de oscilação. Um *estado* já não totalmente definido, mas com uma função nomeadora e institucionalizadora atuante de forma cada vez mais ágil na apreensão das diferenças, processo que se dá em grande parte pela Ciência de Estado.

Como dito, esta relação sempre esteve presente, como os arranha-céus, onde seu segredo estrutural e imperceptível a olho nu é o de oscilar de forma calculada, em uma espera precisa da oscilação para não rachar. Cada vez mais se produz estruturas que oscilam calculadamente, capazes de resistir aos terremotos mais severos conhecidos pelo homem.

Porém, nem tudo são abalos externos. As guerras estão cada vez mais dentro, abalam o pilar central do prédio, a universalidade, as portas abertas, mas nem todos têm cabido mais dentro. Assim, aqueles que continuam construindo nos mais altos andares, cada vez mais para cima, continuam a controlar as portas e os projetos de construção e reforma, exercem relações de dominação através de um saber posto como superior, embora seja superior simplesmente numa razão imanente, de poder.

À revelia destas forças hegemônicas, o que se propõe é aquilo que seja contra-hegemônico, constituindo movimentos de resistência. Sair de uma postura científica, que julga e busca estabilizar, e entrar em uma ciência que experiencia e amplia, abre possibilidades de desconstruções e novas construções para todos os lados.

Vale ressaltar que hegemonia e contra-hegemonia podem se configurar como uma dualidade, mas que, de todo modo, se referem a um tipo de ciência *de dentro*, de pura referência, de classificação, de controle. Não é tomado, como primícia, uma crítica ao Estado, contra-hegemonia, aqui entendida, é a consideração de que o Estado não é a única sociabilidade válida e dizível, considerar que “[...] o Estado ele mesmo sempre esteve em relação com um fora, e não é pensável independentemente dessa relação” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 18).

É dessa maneira que Deleuze e Guattari (*Ibidem*) vão definir dois tipos de ciência: a *ciência régia*, aquela em prol do Estado e de sua estabilidade; e a *ciência nômade*, variada e singular, tendo como ponto de unidade simplesmente ser exterior ao referencial do Estado.

Neste sentido, é que estes autores consideram como *guerra* a força dessas ciências nômades, contra os interesses do Estado hegemônico, cujos dispositivos são definidos por eles como *máquinas de guerra*. A guerra é estabelecida não porque as ciências nômades anseiem pelo poder do Estado, isto seria uma ciência crítica, que ainda funciona nos parâmetros do Estado. A guerra se dá porque o Estado, tal qual o conhecemos até então, resiste à impertinência da ciência nômade, cabendo a esta resistir, por vezes, com luta, em outras, simplesmente existindo.

Tal relação não é somente de exclusão, afinal, como dito anteriormente, há a coexistência das duas ciências, há o Estado e seu *fora*. Essa coexistência, nesta perspectiva, pode se dar tanto em pequenos grupos locais, como bandos e minorias, como por “grandes máquinas mundiais” (*Ibidem*, p. 18), como igrejas e corporações mundiais.

Estes tantos podem ser percebidos em conflito com o Estado, influenciando-o, ou ainda como sendo apropriados por ele. Tal concepção parece pertinente para entender o panorama político governamentalizado atual. Afinal, é por estratégias diversas, não conhecidas ou reconhecidas pelo Estado, que essas entidades exteriores têm ficado cada vez mais atuantes, tensionando a própria delimitação do Estado.

O que é evidente é que os bandos, não menos que as organizações mundiais, implicam uma forma irreduzível ao Estado, e que essa forma de exterioridade se apresenta necessariamente como a de uma máquina de guerra, polimorfa e difusa. E um nomos, muito diferente da “lei”. A forma-Estado, como forma de interioridade, tem uma tendência a reproduzir-se, idêntica a si através de suas variações, facilmente reconhecível nos limites de seus polos, buscando sempre o reconhecimento público (o Estado não se oculta). Mas a forma de

exterioridade da máquina de guerra faz com que esta só exista nas suas próprias metamorfoses; ela existe tanto numa inovação industrial como numa invenção tecnológica, num circuito comercial, numa criação religiosa, em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelos Estados senão secundariamente. Não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, num campo perpétuo de interação, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos, as megamáquinas e os impérios. Um mesmo campo circunscreve sua interioridade em Estados, mas escreve sua exterioridade naquilo que escapa aos Estados ou se erige contra os Estados (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 18).

Dentre as muitas ciências, há várias que se originaram, que têm uma vertente ou um certo percurso como ciência nômade, por exemplo, a matemática e a geometria, conforme afirmam Deleuze e Guattari (*Ibidem*). No caso da Avaliação de Políticas Públicas, Seibel e Gelinski (2012) destacam sua origem a partir da década de 1980, para cumprir funções estatais específicas, logo, como uma prática inerente ao Estado e em um contexto de ciência régia. Por um lado, a avaliação de políticas públicas buscava – e ainda busca – responder à crise fiscal dos Estados, por outro lado, tentava – e cada vez menos tenta – lidar com universalização dos direitos do *Welfare State*.

Assim, não parece haver nesse ramo uma linha tradicional nômade, mas se nota o advento na história recente de linhas de fuga, dentro de uma perspectiva pós-positivista (FISCHER, 2016) e, mais especificamente, em um *sentiment* pós-construtivista (LEJANO, 2012). Essas correntes vão ao encontro de Dupas (1998 *apud* SEIBEL; GELINSKI, 2012), ao afirmar que “[...] somente um novo e original acordo entre os governos e as sociedades civis poderá avançar” (p. 131). E tal acordo implica em reconceituar o que seja Estado e sociedade civil.

Embora ainda não seja possível avaliar se as perspectivas pós-construtivistas já estejam construindo esse novo acordo, é certo que um novo só vem em contato com o que realmente é desconhecido, com o que é estranho e estrangeiro à forma-Estado atual, isso elas têm buscado. E esta foi também a aposta da presente pesquisa de avaliação, de forma que a pertinente questão se a Avaliação de Políticas Públicas pode se abrir a linhas de fuga é uma das investigações realizadas neste trabalho. Este tipo de avaliação, então, apresenta-se de forma ímpar por não se ancorar à uma perspectiva de julgamento de valor próprias das formas-Estado tradicionais e de seus respectivos modelos de avaliação.

A avaliação, além de uma função própria do Estado, é atualmente uma qualidade que o configura como Estado Avaliador, segundo Sobrinho (2004). Ou seja, tradicionalmente funcionou exatamente para territorializar as experiências nômades, ou, não sendo possível, declará-las inadequadas, não replicáveis, ou não praticáveis, passíveis de repreensão.

Aqui, defende-se a abertura da avaliação para a exterioridade, por meio de uma mestiçagem, uma ciência de fronteira. Se possível, não de uma fronteira interna, como uma polícia de fronteira, que entra em contato com o que é exterior, com a selvageria de fora, somente para defender o Estado. Mas como um espectro de fronteira, um campo de borda com uma multiplicidade de coisas, onde o próprio Estado é selvagem, saindo mesmo da ideia dialética de um outro Estado, disputando poder com o de dentro. Trata-se de um fora como um movimento livre e autônomo que chega à fronteira, sem medo do risco e da guerra que parece se intensificar quanto mais da fronteira se aproxima, seja pelo lado de dentro, seja pelo lado de fora.

Por isso, o mais importante talvez sejam os fenômenos fronteiriços onde a ciência nômade exerce uma pressão sobre a ciência de Estado, e onde, inversamente, a ciência de Estado se apropria e transforma os dados da ciência nômade (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 21).

3.1 Em busca de uma avaliação poética de políticas públicas

“Estão comendo mundo pelas beiradas
 Roendo tudo, quase não sobra nada
 Respirei fundo achando que ainda começava
 Um grito no escuro, um encontro sem hora marcada
 Ontem eu tive esse sonho
 Nele eu encontrava com você
 Não sei se sonhava meu sonho
 Ou se o sonho que eu sonhava era seu
 Um sonho dentro de um sonho
 Eu nem sei se acordei
 Desse sonho que era imagem e som
 Pra saber o que foi que aconteceu.”²⁰

É fácil notar que tal tipo de fronteira, entre ciência régia e ciência nômade, é um campo de guerra e um campo de construção e desconstrução. Não se trata de um campo estático, onde as coisas ali estão para serem descritas, outrora, é um campo fluido, liso, impermanente. Não há muitas referências aí, a não ser que se

²⁰ PEIXE, Jorge du; DENGUE; MAIA; Lucio; PUPILLO. Sonho. Intérprete: Nação Zumbi. In: NAÇÃO ZUMBI. **Nação Zumbi**. Rio de Janeiro: Som Livre, 2014. 1 CD. Faixa 6.

ponha na fronteira pelo lado de dentro. A possibilidade de alternativa é estar neste lugar fazendo ciência por consistência, produzir ciência, criação, um *fazer-saber*, nas palavras de Passos e Barros (2014).

Esta perspectiva se aproxima da Ciência Poética, como proposta por Cavalcante Junior (2017, 2018). Como no pensamento científico de Deleuze e Guattari (1995, 1997), uma ciência poética parte do princípio de que realizar uma pesquisa científica é realizar uma criação. É certo que a Ciência, a Filosofia e a Arte têm elementos diferentes de construção, planos diferentes de criação e expressão, mas, sobretudo, são criações. No entanto, destas, a Ciência é a que mais se distancia com a insistência de objetividade, da qual a arte é a que mais se põe ao longe.

Entre a afirmação de que “a arte imita a vida”, de Aristóteles, ou de que “a vida imita a arte”, de Oscar Wilde, segue-se o caminho alternativo de Blanchot (*apud* LEVY, 2011) de que a arte *desdobra* a vida, o mundo, a realidade em sua estrutura singular. Não se pretende aqui afirmar que ciência é arte, mas abrir o campo da ciência, criar novas frases envolvendo ciência e vida e não insistir somente na frase “a ciência representa a vida”. Representa? A questão parece tão pertinente quanto se os representantes políticos do Estado nos representam, afinal, a tradição da ciência é representar o mesmo, pelo menos dentro da lógica própria do Estado atual e da política vigente.

Gallo (2015) destaca como “[...] a poética foi uma das primeiras formas de organização do pensamento, antes mesmo do *logos*” (p. 350). Giorgio Colli (1988 *apud* GALLO, 2015) destaca que a própria Filosofia, raiz dos conhecimentos técnicos-científicos, se constitui a partir de Platão como um gênero literário que ganhou popularidade, embora o mesmo Platão tenha suas desconfianças com relação à obra escrita.

Ainda que a escrita tenha sido instrumento tanto para a poética como para o científico, a escrita técnica tomou a qualidade de produção de verdade para si, deixando a poética – mesmo a escrita – em um campo alternativo, passando assim estas duas formas literárias e racionalidades a se desenvolver separadamente.

Obviamente, tal qualidade de alternativo e oficial se dá dentro de um esquema de fora e dentro do Estado, uma vez que a poética nunca perdeu seu poder político, a não ser no campo normativo do Estado. No campo da experimentação, ela sempre foi fundamental e tem sido cada vez mais reconhecida, mesmo para a elite.

Atualmente, temos assistido a uma crise dentro das Ciências Sociais, entre outros motivos, devido ao novo polo informático-midiático do espírito humano, colocando-se junto com os polos da oralidade e da escrita. Se por um lado este polo vem complexificar essa relação, por outro abre possibilidades atestando a falácia da escrita técnica, da Ciência positivista como superior às outras formas de saber (*Ibidem*).

Tomando Deleuze como inspiração, Gallo (2015) define a poética como “[...] um *pathos*, uma afecção: pensar e sentir não estão alijados; o pensamento é um incorporal, mas resultante de *afecções do corpo*” (p. 357). Para ele, seria necessário, dentro do mundo contemporâneo, resgatar a poética do/no pensamento e a estratégia. Para isso, seria uma *logopatía*, uma forma de saber que “[...] não prescinde do entendimento, mas introduz a dimensão da afecção, do sentimento, que estava presente na poética e que foi alijada da lógica” (p. 359).

Uma racionalidade de pensar pelas imagens, como tradicionalmente faz a Ciência, mas sem permanecer nestas, abrindo-se ao devir, deixando que as imagens científicas também possam ser nômades, ou um oásis, fundamental para os caminhantes nômades em seu rumo de vida. Por outro lado, pode ser nocivo ao nomadismo quando se propõe como freio no movimento, parada obrigatória, toda vida possível, prisão, verdade absoluta sem novas experiências.

Nem Deleuze e Guattari (1992), nem Cavalcante Junior (2017) discordam que arte e ciência têm estruturas próprias, mas afirmam as variadas economias e políticas de relação entre ciência e arte. Eles defendem um fazer ciência que seja o fazer de uma obra, um trabalho que busca criar uma consistência, uma textura para a ciência atual dentro desse mundo líquido, onde o paradigma positivista tradicional, cada vez mais, vai se mostrando incapaz de se relacionar com a vida.

Neste sentido, Cavalcante Junior (*Ibidem*) propõe uma ciência poética como uma ciência de feitura, de produção de obras:

Quando conseguimos este difícil intento, somos despejados na fruição da experiência ou da feitura e, somente assim, “paramos de manipular as coisas e tornamo-nos imersos nelas”. Não existem direções ocultas ou segundas intenções neste modo de fazer uma ciência poética, uma *ciência de feitura*: uma produção de conhecimento que afeta enquanto afetada no sujeito agente da pesquisa, ou poderíamos denomina-lo *pesquisador-poeta* (p. 131).

Se desde sempre houve uma relação íntima entre ciência e filosofia, entre os *prospectos* da ciência e os *conceitos* da filosofia, trata-se agora de enamorar, dar intimidade a estes com os *perceptos* e *afectos* da arte (DELEUZE; GUATTARI, 1992). É uma questão de dar vazão à intuição dentro do campo científico:

No pensamento intuitivo ou intuição intelectual, o cientista pensa o seu corpo integrando-se a ele. Pensamento e corpo não são mediados por uma preposição que coloca o cientista pensando *sobre* o seu corpo deslocado, pensador e corpo formam uma única unidade que passa a ser afetada somaesteticamente (CAVALCANTE JUNIOR, p. 36).

É em um rumo intuitivo como este que Giaxa (2006), dando destaque exatamente à influência do então seu orientador, Cavalcante Junior, insere-se, no campo da pesquisa em Psicologia, por um caminho estético, num trabalho não só de refletir sobre o campo de pesquisa, mas deixando que o campo e ela mesma se produzam no ato de pesquisar. Tudo iniciado por um sentimento de querer mais de si do que a produção acadêmica.

Assim, o que ela denominou *cientista-artista*, tornou-se tanto meio como produto da pesquisa e, a partir desse corpo, arrisca a possibilidade de um psicólogo-artista dentro de uma *Psicologia Estética*, a partir da autoridade não da pesquisadora individual, mas de um eu-mundo que nasceu da pesquisa.

De igual modo, nesta pesquisa, foi tomado esse mesmo tipo de corpo, ousando em abrir o campo da avaliação para a poética, afinal, se, segundo Sobrinho (2004), a avaliação é uma qualidade estruturante do Estado, tensionar mudanças neste campo é tensionar alternativas para a atual forma de Estado, com uma poética criadora.

Para Cavalcante Junior (2017), pesquisar é dar fluência à “[...] ciência poética que cresce em nós” (p.85). “Poética”, como *poiesis*, um sentido próprio da ciência: a ação de criar algo, dar vazão ao devir. “Em nós”, em um sentido de comunhão – não necessariamente consenso –, dada pela experiência de presença do pesquisador no mundo em que pesquisa, onde “[...] nós, pessoa e mundo físico tornamo-nos um só corpo” (p. 87). É uma ciência que busca falar “[...] daquele corpo que está exposto na população do mundo, de um corpo que se faz coletivo, liberto dos padrões da intimidade (da individualidade) de um corpo próprio” (NANCY, 2000, pp. 11-13 *apud* CAVALCANTE JUNIOR, 2017, p. 25). Dessa forma, o produto da

pesquisa científica é uma “[...] *excrição* do nosso corpo’, um deixar-se ser tocado pelo corpo para com ele escrever-se”.

Desse modo, este trabalho não buscou superar ou, muito menos, negar os outros tipos de ciência. Antes, buscou abraçar um tipo de racionalidade que caminhasse com as diferenças dentro da experiência, colocando o sujeito-pesquisador no mesmo nível de tudo o que estava disponível nela, buscando não a ver como objetos, distantes e separados, mas como elementos disponíveis para uma criação comum.

Assim, foi-se ao encontro de Chinellato (2007) com a defesa de um tipo de racionalidade estética. Seguindo o Pensamento de Edgar Morin, esse autor relembra as duas formas que os seres humanos usaram para significar o mundo: a *linguagem prosaica* e a *linguagem poética*. No entanto, no decorrer da história, houve o privilégio e a sobreposição da *linguagem prosaica* sobre a *poética*, sendo a primeira colocada como única produtora de verdade e a segunda como ilusão ou loucura. A primeira está ligada a uma lógica *dedutiva-identitária*, segundo a conceituação de Morin, a partir da qual se busca superar as incertezas da vida refletindo sobre ela e a definindo.

Em paralelo, o autor coloca as ideias de Schiller sobre as duas forças de realização da humanidade: o *impulso sensível* e o *impulso formal*. O primeiro busca tornar o ser humano matéria, enquanto o segundo busca a personalidade, busca “[...] harmonizar a diversidade de suas aparências e afirmar sua pessoa contra toda variação de seu estado” (SCHILLER, 1996 *apud* CHINELLATO, 2007, p. 120). Ambos, quando tomados isoladamente, também representam perigos a qualquer racionalidade: o sensível, por si, levaria à subjugação do ser humano a tudo que lhe acontece sem um eu autônomo e o prosaico a uma liberdade “des-animada”, uma negação constante da vida.

Há, então, de reintegrar o poético à nossa forma de produzir conhecimento, o que passa pela *experiência estética*. Uma volta ao corpo, primeiro toque e primeira forma de conhecer do ser humano. Esse tipo de experiência diz respeito ao terceiro impulso proposto por Schiller, o *impulso lúdico*, “[...] no qual os dois primeiros se conjugam e que ‘aspira a superar o tempo e combinar ao ser absoluto o devir, a modificação da identidade’” (*Ibidem*, p. 122).

Tal reflexão foi útil neste trabalho, reforçando o campo da avaliação de fronteira, de notar a relação da diversidade em constituição de superfícies de mutiplicidades, destacando a importância das duas linguagens na racionalidade

estética aqui proposta. Lidar, por um lado, com o estado prosaico e o problema da existência, dos aspectos identitários pelos quais nos movimentamos no mundo e próprios do Estado; por outro, com o poético, lidando com o mistério do mundo, até perceptível pela lógica, mas só tocável pelo sensível; movimentos que, embora opostos, jamais deixam de se reportar um ao outro:

Esta característica de mediadora entre o impulso formal e o impulso sensível que a beleza exerce, garante que, através da experiência do belo, tanto o homem sensível seja conduzido à forma e ao pensamento quanto o homem intelectual recupere o mundo sensível. Desta forma, “a beleza... liga estados que são opostos e nunca podem unir-se”, ou seja, a experiência estética não une o sensível e o inteligível no sentido de fundi-los, mas estabelece, sim, um elo entre eles (CHINELLATO, 2007, pp. 122-123).

Seguindo essa lógica, que vê a produção, a criação de si e da obra no mundo como o belo, esta pesquisa buscou a composição de uma avaliação, tendo a *potência*, a força criativa do ser humano, como valor.

Para isso, este trabalho se localizou entre planos *pós*: um plano *pós-estruturalista* de Deleuze e Guattari e um plano *pós-positivista* no campo da avaliação, no sentido de

[...] uma tentativa de compreender e reconstruir o que já estamos fazendo quando nos envolvemos em pesquisa científica. Reconhecendo ser a realidade uma construção social, o foco necessariamente muda para a natureza do contexto situacional e para os processos discursivos que moldam tal construção (FISCHER, 2016, pp. 169-170).

E outro plano *pós-construtivista* como perspectiva de avaliação (LEJANO, 2012), no sentido de se manter o mais fiel possível à experiência em toda sua multidimensionalidade, multiplicidade de racionalidades e formas de vida. *Poética*, como forma de racionalidade capaz de dar conta de todas estas posteridades e novidades que delas decorrem e que tem o foco na experiência como ponto comum. Para operacionalizar estes planos, tomou-se, então, a cartografia como metodologia de pesquisa capaz de gerar coerência e consistências entre esses planos.

3.1.1 A *potência* como valia na a-valiação

O ponto que se quer chegar neste tipo de pesquisa é à *potência* das coisas, termo este caro para o referencial teórico aqui apresentado. Deleuze (2009) o

conceitua a partir de uma análise política de Spinoza, da mesma forma que a *governamentalidade* tem sua gênese a partir do questionamento do Estado de Direito Natural (FOUCAULT, 2010), envolvendo uma reconfiguração do que seria direitos, deveres e mesmo do que é natural.

Afirma Deleuze (2009) que, originalmente, o direito natural era concebido a partir da essência: cada coisa tem sua ontologia dada, um sentido misterioso, primeiro e último daquilo que ela foi criada para ser. Assim, não cabe à humanidade criar, mas desvelar estes sentidos.

A principal implicação política disso era a de trazer a primazia do dever sobre o direito e o destaque do papel do sábio como aquele que tem acesso à essência, tendo este o dever de dar a direção de cada coisa no mundo. Dado que alguém siga as ordens sábias, ele terá direitos a partir daí. Tal configuração pode até estar limitada de acordo com a espiritualidade envolvida originalmente na figura do sábio, mas, avaliações espirituais à parte, politicamente, a questão é a de que esse mesmo tipo de autoridade foi investido pelos racionalistas, apesar de uma visão política alheia a qualquer coisa que seja misteriosa.

É com Hobbes (*apud* DELEUZE, 2009) que a inversão no direito natural se procede. No lugar do mistério, a essência passa a ser a potência: é natural de um sujeito tudo aquilo que ele pode fazer no momento presente. Caberia, então, à sociedade, em defesa dos direitos individuais dos demais, pactuar deveres em um comum acordo dos indivíduos.

Opunha-se, então, à concepção de que o homem originalmente é apto à uma vivência comum, mas é a vivência social que o corrompe. A imagem construída passa a ser do ser humano essencialmente inapto ao social, selvagem, tendo que a sociedade o adequar, formá-lo na racionalidade (DELEUZE, 2009). Assim, passa-se do sábio misterioso ao cientista, os estudiosos como os guias.

Dessa maneira, racionalidade e potência são termos intimamente ligados, no entanto, há no modelo racionalista moderno uma alienação da potência a um tipo de racionalidade específica, inaugurada em Hobbes (*ibidem*), onde se concebe a potência como um risco social. Por outro lado, a desconstrução dessa ordem política em Spinoza e em Deleuze (2009) começa contrariando o fato do próprio contexto social ser um devir, uma vez que diz respeito a uma economia de potências. Entretanto, a economia que impera é a tentativa de pôr freios à potência em prol da coletividade, o que se complexifica quando se inclui a diferença social entre os

sujeitos. Ainda que inseridos todos dentro de um *status* civil, há aqueles que são privilegiados em suas potências e uma maioria é despotencializada.

Para Spinoza, a relação entre Ser e essência é a mesma coisa: só há um Ser, só ele possui essência, como se concebia desde a época do império do direito natural. A grande reconfiguração de Spinoza está na fórmula: “essência = potência”. Supera-se, assim, a lógica castradora de Hobbes (*ibidem*) de que a potência é um risco a ser tolhido.

Deste modo, uma avaliação sobre o Ser de algo está na avaliação de sua potência e como ela se coloca na experiência. Neste trabalho, procurou-se acessar esse tipo de avaliação da potência através de uma *avaliação poética*, no acesso a uma *experiência estética* (CHINELLATO, 2007) que se *ex-creve* em uma *poiesis* (uma poética) (CAVALCANTE JUNIOR, 2017).

De uma maneira geral, a constelação formada da tríade de “Ps”, poética, política e pública, em constante movimento e interrelação, compõe-se como pista científica a ser seguida no campo: o *poético* como elemento de abertura ao fora, à *poiesis*, à *feitura* e a criação; o *político* como elemento de produção e validação dentro, a partir dos efeitos e da consistência da criação; e o *público*, considerando a pesquisa cartográfica como a consistência de uma obra, intervenção e produção de efeitos em um campo *somaestético* de um corpo coletivo.

Propõe-se, então, uma imagem desse dispositivo de pesquisa, traçado sob a perspectiva de um desenho para avaliação de políticas públicas.

Figura 3 – Avaliação Poética de Políticas Públicas



Fonte: Elaborada pelo autor.

3.1.2 O método da cartografia: farol para uma avaliação poética

Embora Martines, Machado e Colvero (2013) afirmem ser a cartografia um método relativamente novo no contexto da pesquisa qualitativa no Brasil, Passos, Kastrup e Escóssia (2014a) destacam a relevância que esse método vem ganhando, especialmente dentro do campo da saúde, no sentido de “[...] acompanhar o movimento da reforma sanitária brasileira e as lutas macro e micropolíticas para a produção de políticas públicas no Brasil” (p. 12).

A inspiração para a criação da cartografia como um método de pesquisa surge exatamente a partir da conceituação que Deleuze e Guattari (1995) pensam sobre *rizoma*, quando definem a cartografia como o quinto princípio deste, uma forma de acesso a ele, uma forma de conhecimento rizomático. A partir daí, vários cientistas, insatisfeitos com as restrições dos decalques da ciência positivista tradicional em lidar com o mundo contemporâneo, passaram à experimentação da cartografia como método.

Passos, Kastrup e Escóssia (*ibidem*) destacam vários centros de estudos brasileiros que têm se aprofundado no uso e construção da cartografia como método, entre eles, o próprio grupo destes autores no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Tânia Galli na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sérgio Carvalho com um grupo no Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de Campinas, entre outros pesquisadores pelo Brasil, que vão dando consistência à cartografia como método científico.

Uma vez que a cartografia está relacionada com outro tipo de ciência, uma outra política cognitiva, Passos, Kastrup e Escóssia (*ibidem*) salientam a complexidade de entender a cartografia como método. Seguindo o desafio proposto por Deleuze e Guattari (1995), de tentar a operação inversa de “Religar os decalques ao mapa, relacionar as raízes ou as árvores a um rizoma” (p. 23), que estes autores propõem à inversão etimológica da metodologia.

Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: *metá-hódos*. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude (PASSOS; KARSTRUP; ESCÓSSIA, 2014b, pp. 10-11).

Dessa maneira, o ponto primordial da cartografia está em assumir um *ethos* de pesquisa. No entanto, isto não exclui o rigor metodológico ou *logometódico*. A questão não se trata, então, se a produção científica é reproduzível, mas ver o que vai sendo escrito pela pesquisa, ou melhor, *excrito*. Não se trata mais de qualificar um trabalho dentro do poder do Estado, avaliar a forma do decalque. Nas palavras de Deleuze e Guattari (1997, p. 28),

Não diremos apenas que já não há necessidade de um trabalho qualificado: há necessidade de um trabalho não qualificado, de uma desqualificação do trabalho. O Estado não confere um poder aos intelectuais ou aos conceptores; ao contrário, converte-os num órgão estreitamente dependente, cuja autonomia é ilusória, mas suficiente, contudo, para retirar toda potência àqueles que não fazem mais do que reproduzir ou executar. O que não impede que o Estado encontre dificuldades com esse corpo de intelectuais que ele mesmo engendrou, e que, no entanto, esgrime novas pretensões nomádicas e políticas.

Passos e Kastrup (2014) vão considerar que a validação de uma pesquisa cartográfica não requer menos esforço e rigor que a ciência tradicional. Para eles, há três indicadores de validação de uma cartografia: o acesso à experiência, a consistência cartográfica e a produção de efeitos.

O acesso à experiência assemelha-se ao atravessamento do corpo não individual, mas coletivo, como apresentado por Cavalcante Junior (2017), para Passos e Barros (2014), p. 17), um “[...] plano de coemergência e produção” do pesquisador com seu campo. Neste sentido, é que a cartografia não trabalha com a coleta de dados, mas com uma colheita de dados: “A pesquisa colhe dados porque não só descreve, mas sobretudo acompanha processos de produção da realidade investigada (PASSOS; KASTRUP, 2014, p. 210).

Portanto, não há no campo dentro de uma cartografia sujeito e objeto, mas “projetos de objetivação” e “processos de produção de subjetividade” (*Ibidem*, p. 226). Alvarez e Passos (2014, p. 131) apontam que

[...] o trabalho da cartografia não pode se fazer como sobrevoo conceitual sobre a realidade investigada. Diferentemente, é sempre pelo compartilhamento de um território existencial que sujeito e objeto da pesquisa se relacionam e se codeterminam.

Assim, a cartografia vê os elementos em um campo de pesquisa como um devir, um não dado, mas uma potência envolvida em um processo de produção de si

mesmo e do mundo. Passos e Kastrup (2014) lembram que agenciamento é “[...] o conjunto de singularidades para a produção de determinada realidade. Tal convergência é o que Deleuze e Guattari entendem por consistência” (p. 226).

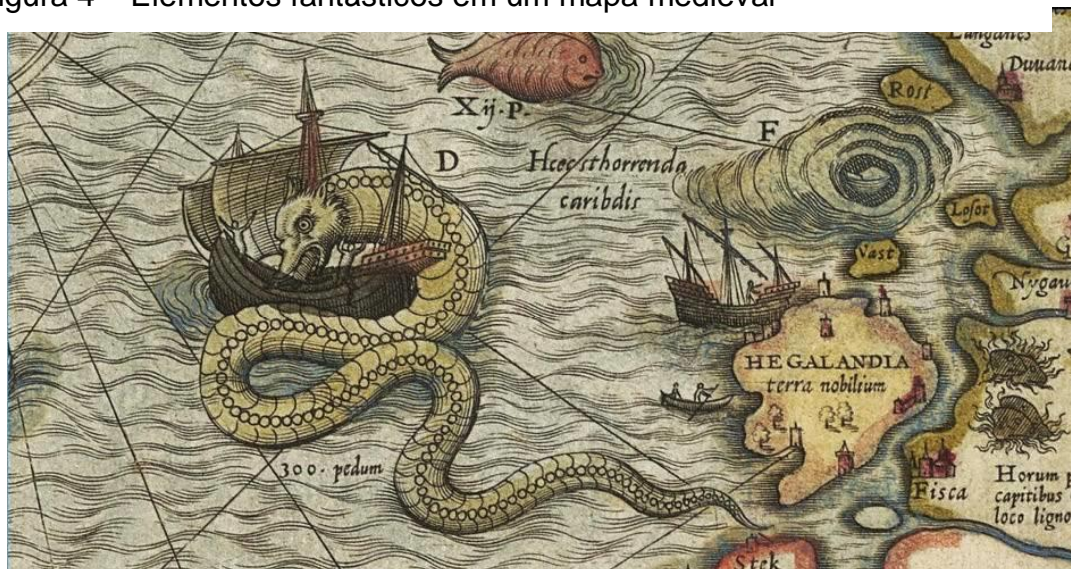
Dessa maneira, as técnicas de pesquisa em cartografia vão estar a serviço de um agenciamento com a construção de dispositivos em um plano de consistência. Se um rizoma é um sistema aberto e em constante movimento, com uma velocidade inerente a si, a questão da cartografia é fazer um percurso comum com os elementos aí presentes, com esse corpo ampliado e não individual, *somaestético* (CAVALCANTE JUNIOR, 2017), realizar uma performance e, daí, construir um mapa desse percurso. Nas palavras de Deleuze (1995, p. 21),

O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; a toca, neste sentido, é um rizoma animal, e comporta às vezes uma nítida distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamento e os estratos de reserva ou de habitação (cf. por exemplo, a lontra). Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida “competência”.

Mizoguchi (2016), em sua cartografia das amizades contemporâneas, aprofunda-se na questão do mapa. Lembra que os mapas, nessa forma geométrica tal qual os conhecemos hoje, nem sempre foram assim. Ao invés dessa visão objetivada e distanciada, redutora e totalizante das observações, os mapas diziam muito mais sobre o itinerário da viagem empreendida pelo cartógrafo, ao processo da viagem e suas marcas; muito mais que reduzir ao máximo a experiência da viagem, a abriam:

Neste naipe de cartografia o catálogo de mapas se desfaz em ato, justamente ao se percorrer determinada paisagem de modo que nada possa ou queira ser replicado. Não há, portanto, a se estabilizar em contornos, cores ou imagens definitivos, já que muito há a acontecer e a contar – e o que acontece e é contado destaca-se justamente na habitação do território existencial [...] Assim, permite-se que a efervescência dos pequenos acontecimentos sempre em aberto constranja as duras fronteiras dos mapas em referências estáveis e generalizantes quaisquer. Para tanto, lembre-se: o insignificante é capaz de interromper os voos totalizadores da razão (pp. 49-50).

Figura 4 – Elementos fantásticos em um mapa medieval



Fonte: <<http://www.museudeimagens.com.br/wp-content/uploads/monstros-marinhos-03.jpg>>

Observando-se os mapas medievais, como o exemplar acima, nota-se bem essas descrições de percurso: monstros marinhos, animais, seres mitológicos, deuses, eventos da natureza, naufrágios e demais acontecimentos de viagem. Também é comum imagens de reis, dedicatórias e textos de homenagens que afirmam o caráter parcial e político de cada mapa. Estes elementos faziam dos mapas composições híbridas, funcionais e científicas, mas também artísticas e poéticas. A racionalidade científica tende a afirmar os elementos fantásticos como composições de uma racionalidade inferior. No entanto, como pontua Deleuze (1995), não se trata de ser superior ou inferior, mas diverso, relacionado a outro tipo de racionalidade.

De todo modo, este tipo de mapeamento científico-fantástico ocorria e está relacionado com cada território que habitamos e transitamos hoje. Os monstros tinham sua realidade e sua funcionalidade, faziam parte da história. A questão é: onde foram parar os monstros dos nossos mapas? Não se vislumbra aqui uma cartografia medieval, mas reabrir os mapas contemporâneos com os seus antigos e novos seres fantásticos.

Abrir o mapa, portanto, faz valer uma ética do espaço vivo – a atenção àquilo que não se presta aos fechamentos formais e que, por outra, entorta pés e olhos imantados por um campo que jamais se deixa moldar em lugares que

se querem eternamente encastelados sob os auspícios de imperativos e impérios quaisquer (MIZOGUCHI, 2016, p. 49).

Considerando então esse *ethos* de estar com o mundo, em uma criação da pesquisa cartográfica, é que Passos e Kastrup (2014) destacam o caráter participativo e interventivo da cartografia.

Neste sentido, validar uma cartografia é também validar os efeitos, as transformações ocorridas nesse corpo que envolve pesquisador e campo. A constatação de validade não é realizada meramente pela individualidade do pesquisador em um relativismo sem rigor, ou em uma postura totalizante de uma avaliação técnica e de competência.

Estes autores sugerem, por exemplo, que os efeitos sejam observados em três níveis: “da autoavaliação, da avaliação dos participantes e, por fim, da avaliação por pares” (p. 231). Ou seja, do próprio pesquisador, das pessoas do mundo pesquisado e dos pares não como técnicos, alguém não necessariamente

[...] perito, alguém que está a par da metodologia cartográfica. É a posição ética do avaliador que faz dele um par: sua habilidade em acompanhar processos de pesquisa nas diferentes etapas da investigação, sobretudo, sua sensibilidade para avaliar os efeitos ético-políticos da investigação” (p. 231).

3.2 Passos e traços da criação de um mapa

Seguindo a inversão metodológica *hódos-meta* da cartografia, o primeiro passo dessa pesquisa foi se despojar e deixar que não só o caminho como o próprio objeto de pesquisa fosse se construindo a partir da experiência no campo, seguindo a direção das afetações da experiência, segundo o que afirmam Passos e Barros (2014): “A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto de pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (p. 17).

Dessa maneira, a primeira pista deu-se com uma afetação do pesquisador, uma lembrança e uma vontade de conhecer o bairro do Bom Jardim em Fortaleza. Durante os anos da faculdade ouvia muito falar sobre a reconhecida tradição de mobilização comunitária desse bairro com a atuação de suas OSCs, da quantidade de movimentos sociais do bairro, de suas lutas, especialmente. Eis que surge o

mestrado como possibilidade para esse mergulho, e o Bom Jardim como significante para mergulho na pesquisa.

Uma vez determinado o local, procedeu-se uma imersão no Bairro buscando me aproximar mais dos movimentos e organizações locais. Daí que, inspirado por Mizoguchi (2016), fui viajar por esse mundo, não como um turista ou um executivo, que rodam o mundo com seu itinerário pronto, com experiências prontas para serem vivenciadas, ou com uma busca de lucros cega à cotidianidade, sem nunca habitar nas experiências locais, uma “viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagem e de comportamento (GUATTARI, 1990, p. 8 *apud* MIZOGUCHI, 2016, p. 43). Permiti-me, então, “zanzar” (*Ibidem*, p. 44) pelo Bom Jardim. Zanzar pelo território e zanzar sobre os conhecimentos a respeito desses locais, em uma pesquisa documental sobre cada um deles.

Visitei vários movimentos, zanzando, encontrei-me com pessoas, prioritariamente como pessoas antes que papéis culturais e funções organizacionais; eis as vantagens de zanzar. Numa das andanças adentrei em um dos movimentos do governo no Bom Jardim, perguntei se poderia entrar. Ao perguntarem quem eu era, não me vesti de pesquisador, vesti-me como eu mesmo, diante de mais insistência de identificação, vesti-me como alguém da sociedade civil e assim me anunciei, parecia pouco, uma vez que ali se encontravam gestores, líderes de movimentos comunitários e um secretário do governo. Era uma reunião organizacional, observei o que ocorria, as pessoas falando da boa e má gestão, da falta de articulação com a população, da falta de dinheiro público no atual momento. Os olhares me estranhavam, perguntaram quem eu era, fui acolhido ali até certo ponto. Para adentrar mais nas *estruturas de cuidado* (LEJANO, 2012), senti que precisava da “roupa” de pesquisador, mas, para manter o *ethos* de pesquisa a que me propunha, também sentia que não poderia deixar que esta roupa cobrisse outras “roupas” que me constituem.

Nesse órgão do governo percebi logo como eles têm mais preocupações com as palavras “pesquisa” e “avaliação”. No entanto, as OSCs me receberam de forma diferente. Nesse mesmo coletivo estava um grupo que representava um dos fóruns que congrega OSCs do bairro, aí me senti convidado a entrar.

Encontrei a diversidade de elementos de força que Ribeiro (2015) destaca na sociedade civil do Bom Jardim. Segundo esta autora, por se tratar de um bairro formado a partir da rota dos retirantes, sempre assolado pela pobreza desde sua origem. Diante de sua situação marginal, tanto geograficamente, como a nível do

poder político do município, a população do bairro encontrou no associativismo uma forma de garantia de suas condições de vida.

Ribeiro (*Ibidem*), destaca uma “febre das associações” no Bom Jardim durante os anos 80 do século passado, estimuladas pelo movimento católico das CEBs e do programa de distribuição de leite do Governo Sarney, programa de assistência social que necessitava das organizações comunitárias para ocorrer. Já nos anos 90, houve a busca de aproximação do governo municipal durante os governos de Juracy Magalhães:

A sociedade foi convocada para um mutirão pelo desenvolvimento de uma Fortaleza para todos e isso foi feito através da Secretaria de Trabalho e Ação Social – STAS, com ações que visavam o fortalecimento da inserção política das entidades comunitárias (RIBEIRO, 2015, p. 245).

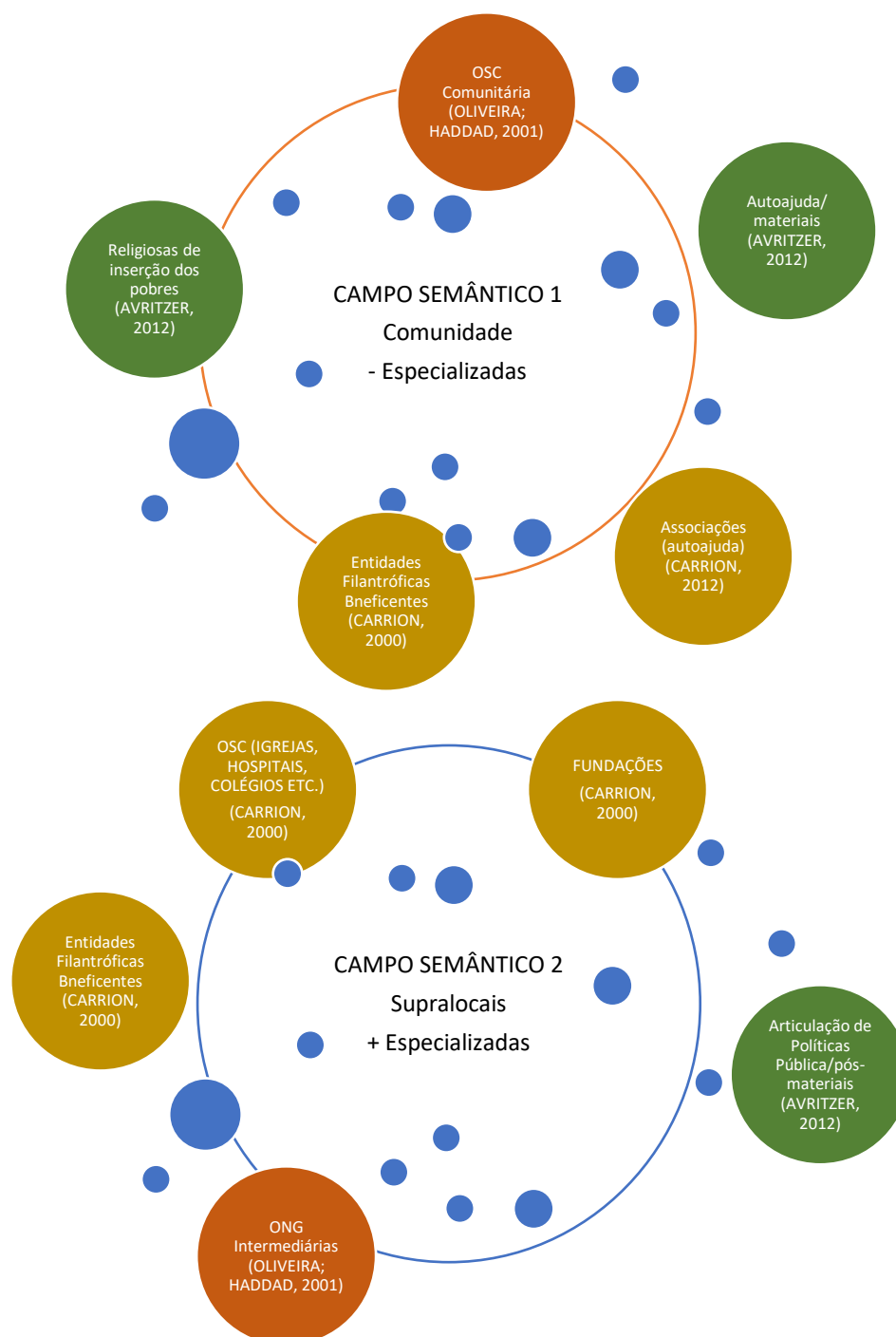
Assim, o bairro abria-se como possibilidade não só de potência, mas de potência em parceria com o governo, que era exatamente por onde pretendia começar o desenho do mapa.

Encontrei realmente um grande número de OSCs no bairro, visitando algumas, percebi OSCs vivas através de pessoas cheias de energia e paixão por aquilo que faziam. Muitas destas tinham como seus funcionários e líderes moradores do bairro e das redondezas pessoas que têm aquilo como um trabalho, sustentando de vida no sentido econômico, mas também sustento simbólico, uma ação social que também é uma forma de se afirmar quase como um povo: o pessoal do Bom Jardim. São organizações bem articuladas entre si²¹, com OSCs de outros locais e com o próprio Estado, embora um discurso crítico com relação a este seja constante entre eles. Este foi o tipo de OSC que causou uma primeira afetação e um primeiro rumo.

Na falta de critérios pré-definidos para as OSCs, busquei criar critérios observando estudos anteriores, mas, sobretudo, construindo-os na experiência. Como qualificar esse grupo que me afetou? Como salientado no primeiro capítulo deste texto, há uma dificuldade histórica de se classificar as OSCs. Como base em uma revisão bibliográfica, pude desenhar o seguinte quadro não definidor, mas aproximativo:

²¹ As OSCs do Bom Jardim formaram a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Bom Jardim (Rede DELIS), órgão importante para a articulação das OSCs do bairro em níveis políticos mais ampliados. Para mais informações sobre esta rede: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/rede-desenvolvimento-sustentavel-do-grande-bom-jardim-ceara/>>.

Gráfico 2 – Categorizações das Organizações da Sociedade Civil



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tal visualização categórica parece mais clara agora, depois de um percurso já traçado, mas, no processo de imersão, foi ficando claro que as afetações se davam mais dentro deste segundo campo semântico de OSCs, aquelas que, de uma forma geral, aqui chamarei de *OSCs comunitárias*.

Durante o momento exploratório tive contato com algumas OSCs desse tipo, nesses três dias preliminares zanzando pelo Bom Jardim, que somaram um total de doze horas de imersão no campo. Entre estas organizações estavam o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ), que gerou novas afetações e surgiu como possibilidade de ancoragem do movimento cartográfico atrelado à uma pesquisa científica.

Há muito tempo, ainda quando acadêmico de Psicologia, ouvia sobre um movimento diferente, organizado por um padre que, ao que dizem, também é xamã, sobre um movimento de saúde mental que ele iniciou e que ganhou corpo, que formou uma comunidade. Queria conhecer esse movimento, acompanhar seus processos, mas nunca havia surgido uma oportunidade que mobilizasse força suficiente para mergulhar nessa experiência. Apesar da influência dessas memórias, decidi realmente me abrir a zanzar pelo bairro, sabendo que ia visitar o MSMCBJ em algum momento.

No segundo dia dessa imersão, apareceu uma oportunidade de ir lá. Já havia notado, nos primeiros momentos, que o MSMCBJ era muito citado nas conversas com as pessoas de outras organizações e foi uma delas que indicou o almoço comunitário lá que ocorre todos os dias como uma forma de conhecer o Movimento (como apelidaram o MSMCBJ) e o tal padre que o fundou.

Mais uma vez me apresentei como cidadão zanzando em busca de uma pesquisa, fui recebido com sorrisos, com lambidas e brincadeiras dos cachorros que livremente também zanzavam por ali. Logo chegaram mais pessoas e fui convidado a comer da mesma mesa com eles e, entre eles, o padre.

Entre as visitas preliminares ao Bom Jardim busquei pesquisas na internet sobre o que ia encontrando no campo. Tanto neste tipo de pesquisa, como no contato pessoal, o MSMCBJ se destacava como um campo a ser mais explorado, uma porta de entrada do rizoma que pretendia cartografar.

A história dessa organização começa com a atuação de uma missão de padres combonianos italianos. A missão chegou ao Bom Jardim nos mesmos anos 1980, mas o MSMCBJ só seria fundado em 1995, pelo padre e psiquiatra Otorino Bonvini (Pe. Rino), que chegaria ao Bom Jardim para substituir outro colega²².

²² Informações dadas pelo próprio Padre Rino durante o período de imersão.

A ideia inicial era reunir algumas lideranças comunitárias para reproduzir a experiência da Terapia Comunitária nos moldes de outro grupo com a mesma base religiosa do bairro Pirambu. Iniciaram-se, então, as atividades com a Terapia Comunitária e a Massoterapia. Com o passar do tempo, aqueles que participavam do movimento passaram a apresentar a demanda por atividades com seus filhos e as crianças do bairro e logo depois com os jovens (GODOY *et al.*, 2012).

Assim, o movimento foi expandindo suas atividades. Pelos dados colhidos para esta pesquisa, o Movimento foi se capilarizando dentro do Bom Jardim e regiões adjacentes. Hoje ele atende a vários tipos de público em sete locais diferentes:

- a) Sede Administrativa/Casa de Formação: onde são realizados cursos profissionalizantes para jovens inseridos em um Programa de Jovens Aprendizes em parceria com algumas empresas apoiadoras. Também a sede do Movimento e onde ocorre o almoço comunitário todos os dias úteis. No andar de cima fica a residência do Padre Rino;
- b) Casa AME (Sigla para Arte, Música e Espetáculo): local onde funciona uma cooperativa de artesanato do bairro, uma escola de gastronomia e outras atividades relacionadas à arte e cultura;
- c) Palhoça: Espaço conjunto ao CAPS Geral da Regional V onde se realizam práticas integrativas, entre elas, a Terapia Comunitária e do Grupo de Autoestima, ações mais antigas do Movimento;
- d) Horta Comunitária e Escola de Gastronomia: localizada ao lado da Casa AME, produz diversos tipos de plantas para elaboração de medicamentos fitoterápicos em parceria com a prefeitura e é local de reinserção de jovens em conflito com a lei. Também há frutas e verduras que são consumidas nas atividades do próprio Movimento. A escola de Gastronomia é uma cozinha industrial, climatizada e bem equipada, junto à uma pequena sala, fica no mesmo prédio da Casa Ame, no térreo, mas com uma entrada própria através da horta.
- e) Palhoça Marrocos: local para reproduzir a experiência da Palhoça na comunidade do Marrocos, conhecida como a mais pobre do Grande Bom Jardim;
- f) Palhoça Pitaguary: também busca a reprodução da experiência da Palhoça na aldeia Pitaguary, no município de Maracanaú;

g) Sítio: local no município de Maracanaú onde se realizam atividades vivenciais para os demais projetos, especialmente para os funcionários e voluntários do Movimento.

Segundo Godoy *et al.* (2012) e entrevistas realizadas durante a imersão prévia para esta pesquisa, o MSMCBJ já atuou e ainda atua com várias parcerias em vários formatos diferentes. Ainda que não se tenha realizado um trabalho de análise documental dessas parcerias, aparentemente elas envolvem tanto fomento, colaboração e cooperação em várias políticas públicas diferentes e de vários setores:

- a) Residência Terapêutica: dentro da Política de Saúde Mental e em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (parceria vigente);
- b) Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Geral da Regional V: criado a partir do movimento articulado pelo MSMCBJ e que passou a geri-lo em cogestão com a Secretaria de Saúde do Município, sendo a coordenadora um membro do MSMCBJ (parceria vigente);
- c) Um Ponto de Cultura do Ministério da Cultura (mantém somente o título, não havendo mais atividades relacionadas a esta parceria);
- d) Um Ponto de Leitura do Ministério da Cultural (encerrado);
- e) Articula o Programa Jovem Aprendiz com jovens do bairro e empresas parceiras (vigente);
- f) Projeto Sim à Vida de prevenção ao uso de drogas com crianças que conta com recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI do município, com o fomento da União Europeia e de uma instituição de fomento alemã (vigente);
- g) Parceria com a Vara de Execução de Penas Alternativas, o Juizado de Menores e Pastoral do Menor para execução de medidas socioeducativas (sem informações);
- h) Parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade Estadual do Ceará – UECE para a execução de cursos e apoio organizacional (vigente).

Estes são alguns projetos mapeados, sendo possível que ainda haja mais parcerias com o poder público estabelecidas. Esse cenário indica o MSMCBJ como um campo privilegiado para a análise da Política de Fomento e Colaboração em várias dimensões.

Para Godoy *et al.* (2012), entre todas as parcerias do movimento, destaca-se a cogestão do CAPS, já diferenciada da maioria das parcerias, por não se tratar somente de fomento. Esta marcou a história do movimento e é uma experiência de referência nacional dentro da Política de Saúde Mental. Várias pessoas ouvidas durante o período de imersão indicavam o CAPS do Bom Jardim como o único que funciona como o esperado segundo esta política no Ceará.

Segundo estes autores, esta parceria, firmada em 2005 durante o governo municipal da prefeita Luizianne Lins, tencionou a própria organização do MSMCBJ. O desafio, a partir desse momento, era profissionalizar o movimento de acordo com as exigências de governança, eficiência e eficácia da política estatal sem perder o laço comunitário que permeava a direção desde suas origens.

O mesmo estudo indica que a direção conseguiu esse equilíbrio e avaliam positivamente essa parceria. Todavia, o estudo de Ribeiro (2015) e algumas informações obtidas em campo apontam para uma tensão entre o Movimento e o governo, tanto devido a conflitos com essa profissionalização, como por dificuldades de apoio com governos atuais que são de oposição ao governo vigente em 2005, quando o MSMCBJ intensificou sua articulação com a esfera pública.

De fato, o MSMCBJ se mostrou um campo potente para este estudo, em especial porque nele se percebe a rede de forças que envolvem essas OSCs comunitárias, com diversos atores envolvidos em diversas formas de poder, entre elas, o Estado, as organizações e a própria população, longe de serem atores sem disputa, mas que se encontram de diversas formas nestas parcerias entre OSCs e Estado.

Apostou-se, aqui, numa pesquisa de avaliação qualitativa, exatamente para alcançar a complexidade dessa relação, uma vez que não foi intenção desse trabalho avaliar a eficiência ou eficácia da parceria, mas trazer à tona a experiência da parceria com toda sua complexidade, toda a sua multidimensionalidade, exatamente como destaca Lejano (2012), ou como dizem Rocha e Aguiar (2003):

Desse modo, o desafio dos pesquisadores é ir além do reconhecimento das representações estabelecidas na comunidade investigada, dos consensos que dão forma e apresentam a vida como uma estrutura definida nos seus valores, produções e expectativas. O qualitativo refere-se, então, à possibilidade de recuperar as histórias dos movimentos dessa comunidade, sendo percebido no plano dos conflitos, nas divergências, nas ações que fazem diferença, que facultam a produção de sentidos outros, frente ao hegemônico, para um futuro indeterminado (p. 66).

Percebeu-se, também, que a cartografia como método de avaliação foi potente no alcance dessa realidade multidimensional, harmonizando bem com uma perspectiva de avaliação pós-construtivista.

Tanto o *sentiment* pós-construtivista de avaliação (LEJANO, 2012), como a cartografia (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014; PASSOS, KARTRUP; ESCÓSSIA, 2014) se aproximam ao mencionarem a produção de conhecimento como a construção de um mapa: *topologia* para aquele, *cartografia* para este. Ao mencionar topologia, Lejano objetiva um tipo de avaliação que adentre a experiência, considerando a multiplicidade da realidade. Da mesma maneira é a cartografia, embora este aspecto não seja tão destacado em Lejano, o pesquisador na cartografia é tido como um interventor. Assim, não há na cartografia uma realidade dada, mas tudo é uma construção, ou seja, o pesquisador, a partir do momento em que se insere no campo de pesquisa, faz parte da teia de relações a qual se pesquisa. Assim, este trabalho manteve o *sentiment* pós-construtivista e buscou fazer a pesquisa avaliativa através da construção de um plano comum cartográfico (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014).

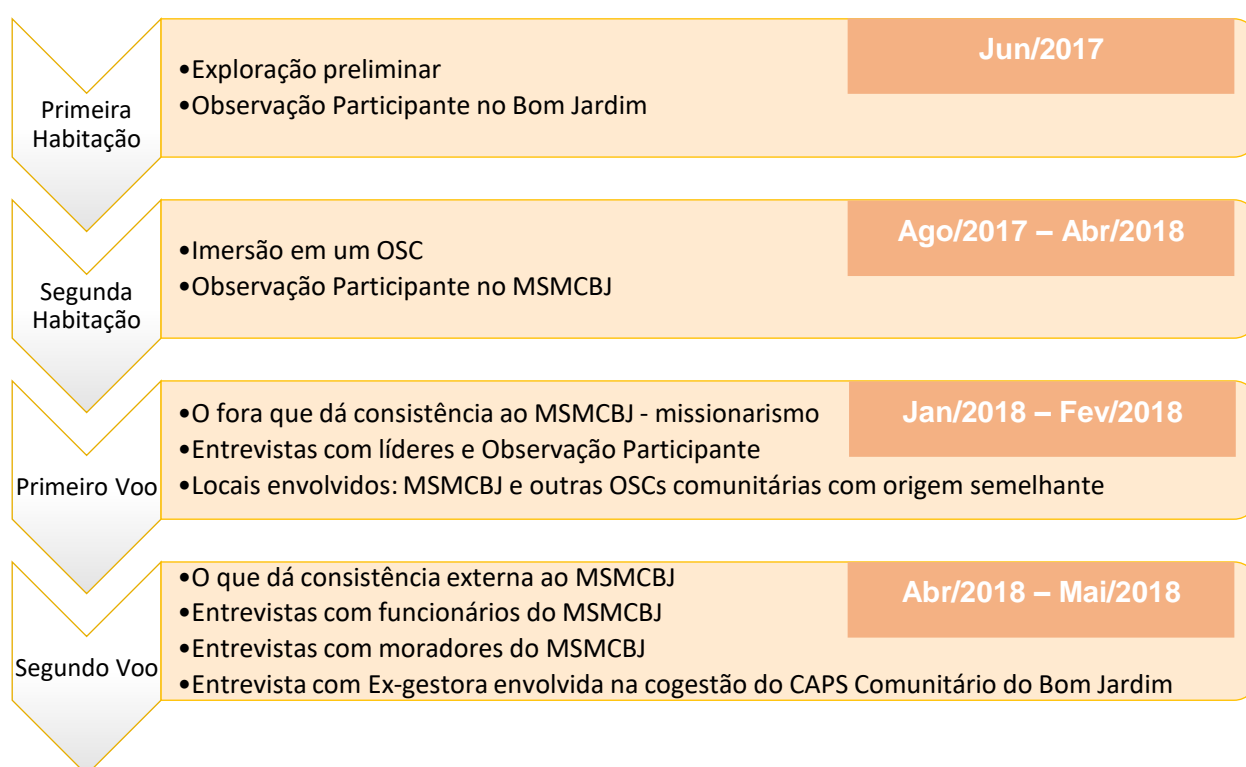
Apesar de uma aparente aversão ao modelo do Estado da filosofia de Deleuze e Guattari, há na cartografia, como no *sentiment* pós-construtivista de avaliação, o objetivo de comunicação da experiência dentro do plano formal, mas sem perder o seu aspecto de multiplicidade. Busca-se, dessa forma, uma construção também no Estado, embora, para Deleuze e Guattari (1995,1997), haja sempre uma resistência por parte deste, dada a sua função essencial instituidora e ordenadora. Configura-se, assim, dois movimentos similares: o *sentiment* pós-construtivista de avaliação que busca do Estado ao seu fora, afirmando de que “precisamos de algum modo unir o intervalo que há entre a experiência, natureza, contexto, campo, objeto, de um lado, e análise, teoria, texto, centro e *sujeito* de outro” (LEJANO, 2012, p. 259); e o objetivo proposto por Deleuze e Guattari (1995) de “Religar os decalques ao mapa, relacionar as raízes ou as árvores a um rizoma” (p. 23).

Neste sentido, grande parte do processo desta pesquisa foi definido no contato, dentro do campo rizomático que se inseriu. Prioritariamente o foco principal foi se localizar no *ethos* de pesquisa defendido por essas duas perspectivas. A inserção no campo de pesquisa se deu pela criação de pequenos campos de pouso, que, ao mesmo tempo, também eram locais de decolagem para uma exploração e

cartografia do plano, voo dado com a capacidade das asas, mas também das correntes de ar locais. O movimento se deu guiado pelo efeito do vento nas asas, pelos afetos do campo no corpo comum do pesquisador.

Assim, do MSMCBJ partiu-se para outros locais, levando e trazendo novos elementos a bordo, mas livre para navegar o desconhecido, respeitando a consistência de um plano comum de pesquisa. De forma retrospectiva, pode-se resumir os passos e pousos deste mapa da seguinte forma:

Gráfico 3 – Passos da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nestes momentos foram usados dois dispositivos de pesquisa: observação participante e entrevista de orientação cartográfica. Tais dispositivos foram tomados com base em uma das pistas do método da cartografia apresentados por Passos, Kastrup e Escóssia (2015): *cartografia é acompanhar processos*, uma oposição à representação de objetos própria da ciência moderna. Acompanhar processo implica em estar na experiência na qual se pretende estudar, estar presente, disponível e daí compor o rumo da pesquisa a partir dos processos que estão acontecendo naquele momento no campo de pesquisa, daí que surgem os problemas de pesquisa em cartografia.

3.2.1 Observar-Participar: a construção do campo e do pesquisador

Dessa forma, as entrevistas neste trabalho surgiram como uma forma de acompanhar processos que apareciam durante a observação participante. Como lembra Angrosino (2009):

A observação participante não é propriamente um método, mas sim um estilo pessoal adotado por pesquisadores em campo de pesquisa que, depois de aceitos pela comunidade estudada, são capazes de usar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber sobre as pessoas e seu modo de vida (p. 34).

Assim como uma etnografia, a cartografia trata de uma imersão do pesquisador dentro do campo, mas, ao contrário das etnografias tradicionais, difere por se tratar de uma composição conjunta na experiência do campo, sem a noção de um pesquisador imerso como uma câmera escondida, captando imagens a serem relatadas, mas realmente como pessoa, como elemento que compõe a experiência do campo de pesquisa.

No entanto, como bem salienta Angrosino (2009), com o passar do tempo, surgiram novas formas de etnografia, embasadas em novos paradigmas e perspectivas filosóficas, entre elas, a etnografia pós-moderna, que segue perspectivas de realidade de filósofos pós-estruturalistas, como a de Deleuze e Guattari aqui abordada. Neste tipo de cartografia, a cultura, alvo etnográfico, é vista como “conceitos resultantes de um processo de construção social não representando entidades objetivas – embora isso não os torne nem um pouco menos ‘reais” (ANGROSINO, 2009, p. 29).

Da mesma maneira que a sociedade é uma construção, a etnografia pós-moderna também o é, pois o “etnógrafo é um ‘autor” (ibidem, p. 30). Certamente esse tipo de etnografia transverte o que seja observação participante tradicionalmente. É dessa perspectiva que a observação surge como estratégia de pesquisa dentro do método da cartografia, como lembra Barros e Kastrup (2014):

Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial. Conforme

aponta Aaron Cicourel (1980), além de observar, o etnógrafo participa, em certa medida, da vida delas, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado pela experiência etnográfica. O tipo de atividade e o grau de envolvimento do pesquisador variam, dependendo do grupo, podendo ir da observação participante à participação observante (p. 56).

Assim, a observação participante foi a estratégia principal desta pesquisa, delimitando o primeiro momento da pesquisa, mas permanecendo durante todo o processo. Nesse primeiro momento, mais do que abarcar todo o complexo de prédios e projetos que formam o MSMCBJ, foi-se deixando guiar pelos afetos, como proposto no *ethos* de pesquisa em que se inseriu. Pode-se dizer que os primeiros contatos tinham muito a ver em ser absorvido pelo local, o que não pareceu fácil inicialmente.

O primeiro pouso que marca o momento em que houve a sensação de fazer parte, estar dentro da experiência, foi através do Projeto Sim À Vida, um projeto de prevenção ao uso de drogas através da socialização, desenvolvimento da cidadania, aprendizado em artes e valores humanos, junto com a Palhoça, um dos dois maiores projetos do Movimento, que já teve parceria com a Secretaria Municipal de Saúde – SMS de Fortaleza, mas que no momento da pesquisa se sustentava através de parcerias com instituições europeias, incluindo a própria União Europeia. As reuniões desse projeto são bem fluidas, consistem basicamente em três momentos: uma acolhida e relaxamento, uma oficina de cultura e arte, lanche, uma pequena roda de conversa e um brincar livre ao final. Tudo isso ocorre no intervalo de quatro horas, um turno de atividades.

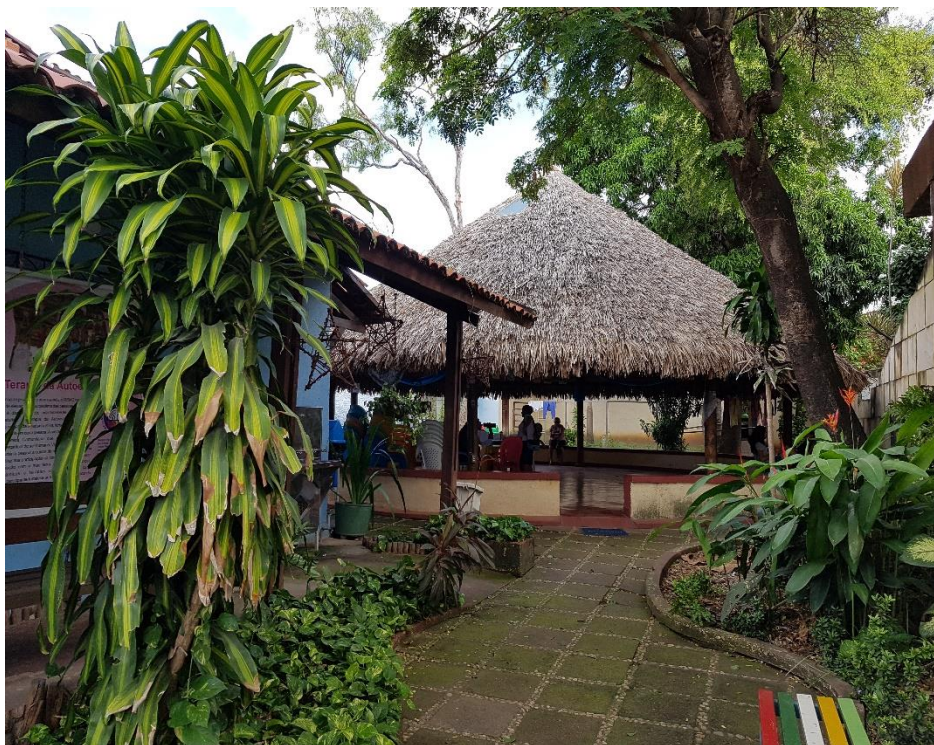
O caráter participativo foi bastante acentuado nesse momento. Ajudava-se no que pudesse na dinâmica do projeto, da mesma forma que se entrava na experiência das crianças, brincando com elas, entrando nos seus movimentos fora de hora que, do ponto de vista da direção do projeto, atrapalhava o processo do grupo. Assim, o pesquisador não era confundido com um voluntário ou com um “tio”, como diziam as crianças, era tudo isso com seus encontros e desencontros, o que não deixou de causar conflitos algumas vezes, quando aquele visto como voluntário atrapalhava a ordem que a educadora do grupo queria dar ao momento, ou quando o pesquisador tinha que explorar outros territórios, mas o “tio” sentia saudade das crianças e queria estar lá com elas.

De forma geral, estar inicialmente no meio das crianças foi crucial, foi uma porta de entrada para realmente estar na experiência do MSMCBJ. Através desse projeto, dava para ir seguindo seu fluxo, que levava ao contato com outros projetos e

locais do MSMCBJ: ajudava-se num lanche e ia parar na cozinha da Escola de Gastronomia através da horta comunitária e conversava-se com uma nova pessoa; no almoço já se sentava mais à vontade com uma educadora do projeto com as crianças e se conhecia pessoas de outros locais; e daí o território dessa pesquisa foi se ampliando. Assim foi possível adentrar em outros territórios, como no espaço na comunidade Marrocos, através do grupo do Projeto Sim à Vida que lá ocorre; no Sítio, através de um convite para participar de um ritual xamânico para funcionários do Movimento e alguns convidados; e a Palhoça, que funciona em cogestão com o CAPS.

A inserção na Palhoça que funciona junto ao CAPS deu-se antes mesmo do Sim À Vida, no entanto, o pouso experiencial nesse território só se deu depois. A Palhoça, além de um local de projetos é um local de encontro, onde as pessoas aproveitam para descansar e conversar nos intervalos e antes dos grupos. Ali foi se estabelecendo uma conversa e outra com vários tipos de atores. No meio dessas conversas foi ganhando corpo o espaço que o CAPS e a Palhoça formam juntos através da parceria como território de pesquisa.

Figura 5 – Vista da Palhoça



Fonte: Arquivo pessoal.

Foi em uma dessas conversas depois do almoço com um grupo de jovens, entre funcionários e membros de movimentos sociais locais, sentados e deitados perto das muretas da Palhoça, que surgiu pela primeira vez um pensar o muro que separa a Palhoça do CAPS, muro este que guarda em si a imagem da Parceria através da cogestão do CAPS. Notou-se como essa parceria aparecia com frequência em várias conversas, em vários locais, de forma espontânea. Especialmente se referindo à suspensão do convênio dos dois locais e aos reflexos dos problemas financeiros, nos serviços prestados e nas relações pessoais.

Junto disso, chamava a atenção exatamente a resiliência do Movimento ante essa crise na parceria com a Prefeitura de Fortaleza, como as pessoas se afirmavam ali mesmo em tantas diversidades. Nisso, aparecia forte o aspecto comunitário e missionário que as relações afirmavam. Assim, antes de explorar o muro com o CAPS, buscou-se explorar o muro que constitui o próprio Movimento, como o próprio nome popular diz, *movimento*, não só organização, algo constituído em outras bases. Para adentrar mais nestes aspectos foi que surgiram as entrevistas.

Neste aspecto, foi de grande valia o artigo de Tedesco, Sade e Caliman (2014), “A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer”. Inicialmente, estes autores salientam que este não se trata de um modelo de entrevista, mas de um *ethos* cartográfico, que consiste na inversão *hódos-meta* do método, este que já havia sido tomado desde o início desta pesquisa. Da mesma maneira que a cartografia em geral, entende-se que a entrevista é construída na experiência da entrevista, dessa maneira, uma performance feita na experiência pelo entrevistado e pelo entrevistador:

Pensamos na entrevista como experiência compartilhada do dizer que, como vimos, em sua performatividade cria mundo, sempre. E é ao assumir esse caráter performativo da fala na entrevista que se torna fundamental pensar sobre que direção queremos seguir, que realidades queremos criar e potencializar em nossas pesquisas e como fazê-lo. O manejo cartográfico visa a, portanto, por meio do redirecionamento ininterrupto das falas, de relances, perguntas e comentários, alimentar e privilegiar a vivacidade da linguagem. A entrevista deve intervir na abertura ao caráter intensivo da experiência do processo do dizer em curso, resistindo aos discursos unificadores e totalizantes (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, pp. 316-317).

É neste sentido que estes autores vão afirmar que a entrevista de orientação cartográfica se assemelha mais ao “diálogo na clínica, do que das perguntas de um repórter ou jornalista que busca informação” (p. 307), sendo assim

um ponto de conforto para esta pesquisa, dada a afirmação em Psicologia do pesquisador.

Um aspecto que serviu como leme nesse tipo de orientação de entrevista foi a busca pela voz plural, conforme salientam estes mesmos autores baseados na própria conceituação da cartografia como acesso ao rizoma feito por Deleuze e Guattari:

Propomos entrevistas que não alimentem binarismos; pelo contrário, como já dissemos, vale aliar o manejo da entrevista a uma conversa definida como agenciamento coletivo de enunciação [...] ou discurso indireto livre [...], nos quais a composição entre discursos expõe o plano intensivo, genético da experiência (*ibidem*, p. 312).

Assim, as entrevistas foram não estruturadas. No entanto, a experiência em uma fase prévia com o campo compôs dois temas norteadores em busca não do indivíduo, mas do adentrar na experiência: a história do entrevistado com a OSC a qual se envolvia, buscando a experiência criadora e estruturadora de OSC, entendimento do primeiro muro; e a experiência do entrevistado com relação às parcerias desta com o Estado, a experiência de compartilhar com o Estado e publicamente aquilo que se produz, o segundo muro. Neste sentido, também que os entrevistados foram escolhidos pela intensidade de sua fala dentro dessa voz coletiva, algo como uma seleção em bola de neve feita em pesquisas bibliográficas.

Foram entrevistados fundadores e líderes de OSCs comunitárias, funcionários dessas OSCs, moradores dos locais e um ex-gestor estatal envolvido com parcerias entre OSC e Estado. Todos estes grupos dizem respeito totalmente ao MSMCBJ, exceto o primeiro, que se relaciona de forma indireta, tendo uma ligação por se tratarem de pessoas envolvidas com um mesmo tipo de OSC, surgidas dentro de um mesmo contexto de comunitarismo cristão, que foi o motivador destas entrevistas, quando este tema se abriu como campo potente dentro do tema de pesquisa.

Iniciou-se com entrevistas em torno do MSMCBJ, destas se destacou um elemento experiência que aqui foi composto como *carisma*, envolvendo especialmente a figura do fundador. Daí se procurou outros líderes que também fundaram suas OSCs dentro da experiência carismática da Teologia da Libertação dos anos 1980 e 1990 em Fortaleza. Esse voo não foi tomado sem uma avaliação

cuidadosa, sendo compartilhado com amigos e pesquisadores experientes para averiguar sua consistência dentro do escopo deste trabalho.

Destacam-se, assim, as contribuições do orientador dessa pesquisa, Cavalcante Junior, nos longos e frequentes encontros de orientação, e as importantes contribuições das professoras Andrea Pinheiro e Renata Rocha durante a qualificação deste trabalho, momento em que fui encorajado a alçar voos, elaborando um comércio experiencial entre idas e vindas entre o Bom Jardim e outros campos potentes para adentrar na experiência dessas OSCs comunitárias de Fortaleza e suas parcerias com o Estado. Uma aposta acertada. Surpreendentemente apareceram conexões não oficiais, virtuais, rizomáticas entre esses campos que deram grande consistência à colheita de resultados.

De forma esquemática, as entrevistas se deram no seguinte perfil:

Tabela 2 – Visão geral das entrevistas

Fundadores e Líderes	Funcionários	Moradores	Ex-gestor
<ul style="list-style-type: none"> • 1 Bom Jardim (MSMCBJ) • 1 Pirambu (Projeto Quatro Varas) • 1 Luxou (CEBS) • 1 Pessoa em Situação de Rua 	<ul style="list-style-type: none"> • 3 MSMCBJ • 1 Projeto Quatro Varas 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 Bom Jardim 	<ul style="list-style-type: none"> • 2 Gestão Luizianne Lins

Fonte: Elaborado pelo autor

As entrevistas foram conduzidas, gravadas e transcritas pelo autor deste trabalho, totalizando um pouco mais que dez horas e vinte minutos de gravação, todas com as devidas autorizações de uso de seus dados em áudio e por escrito dadas pelos entrevistados. Dentro da estética cartográfica de ter a entrevista como uma experiência mais do que uma coleta de informações, o próprio ato de transcrição era

também parte da experiência, uma vez que muitas vezes a escuta prévia de uma entrevista fabricava questões para a entrevista ou observação que viriam em seguida.

Os entrevistados não foram selecionados de forma igual entre as categorias devido exatamente ao maior acesso aos moradores através da constante participação nos diversos grupos do MSMCBJ. A maior concentração das entrevistas entre fundadores e líderes se deu exatamente devido ao pouco acesso a estes através da observação participante em suas atividades cotidianas. Já com relação aos gestores, foi uma questão também de dificuldade de acesso tanto para observação como para entrevistas, especialmente entre os gestores da gestão vigente durante a pesquisa. A figura do ex-gestor apareceu como potencialidade, uma vez que se tratava da gestão Luizianne Lins, na qual se iniciaram as parcerias entre MSMCBJ e Prefeitura de Fortaleza. Mesmo estes eram de difícil acesso, sendo a única entrevista conseguida já no final do período de colheita de dados, mas sendo de fundamental importância para esta pesquisa, por se tratar de uma das pessoas diretamente ligadas à gestão dessa parceria.

Como a cartografia se trata de uma colheita de dados, a observação participante e as entrevistas de orientação cartográfica foram os campos semeados. Mais de uma vez, Deleuze (DELEUZE; PARNET, 1998; DELEUZE; GUATTARI, 1995) cita o rizoma que se forma entre vespa e orquídea, onde ambos guardam entre si um devir comum. Dessa maneira, é preciso entender que a planta colhida tem em si um devir: um devir alimento, ou devir remédio, devir alucinógeno. Os dados colhidos em cartografia, então, são um devir-texto, neste caso, devir-dissertação.

Assim, há o devir questão-resposta das entrevistas aqui realizadas, também um devir observação-texto e entrevista-texto na colheita de resultados. Mais do que o desvelamento de informações, os dados colhidos são colocados nesse devir de evolução conjunta. Neste sentido, a poética aqui apresentada vem a calhar, pois é nesse devir que se dá a *poiesis*, a *ex-crição* campo-pesquisador (CAVALCANTE JUNIOR, 2017).

Já não há máquinas binárias: questão-resposta, masculino-feminino, homem-animal etc. Uma entrevista poderia ser simplesmente o traçado de um devir. A vespa e a orquídea são o exemplo. A orquídea parece formar uma imagem de vespa, mas, na verdade, há um devir-vespa da orquídea, um devir-orquídea da vespa, uma dupla captura, pois “o que” cada um se torna não muda menos do que “aquele” que se torna. A vespa torna-se parte do aparelho reprodutor da orquídea, ao mesmo tempo em que a orquídea se

torna órgão sexual para a vespa. Um único e mesmo devir, um único bloco de devir (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 3).

Nesse corolário, a primeira transformação das observações e entrevistas em texto se deram através da composição de diário de campo. As notas de campo foram compostas em um estilo alternando a *descrição densa* e a poética de uma *escrita cartográfica*. *Descrição densa*, num sentido de criação detalhada de imagens da experiência, conforme já colocava Geertz (1978), mas não tomada aqui no sentido de produção de subjetividade, não de interpretação. Dessa maneira, se Geertz (*ibidem*) dizia que:

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não como os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (p. 20).

Tomando uma perspectiva pós-estruturalista, a interpretação dada por esse tipo de etnografia hermenêutica já é uma composição mais do que um desvelamento. A questão, por exemplo, da diferença entre a piscadela por um tique e a “piscadela conspiratória” que compõe o problema de pesquisa, está para o leitor toda no afeto do pesquisador, e para o leitor do texto científico, está na qualidade *poética* que ele põe seu afeto como *ex-criação* em texto.

Na etnografia de Geertz (1989) a questão é ler um texto esquisito, na cartografia, é estar nele, compor esse texto esquisito. Assim, a *escrita cartográfica* assume como texto o que a etnografia tradicional tomava como contexto, o que ela mesmo veio se aproximando, como já dito antes aqui, os diários de campo escondidos que foram se aproximando do texto científico, como o fez Ruth Berrar (GIAXA, 2006), até a própria construção de etnografias pós-modernas.

Neste sentido, a *escrita cartográfica*, colocou-se nesta pesquisa como uma poética *ex-criação* na descrição. Eles ajudam na elaboração dos afetos que guiam a cartografia, fazem parte da experiência como entidade, assim também fazem parte do texto produzido, não só como texto produzido com base neles, mas como texto composto com eles:

Para a pesquisa cartográfica são feitos relatos regulares, após as visitas e as atividades, que reúnem tanto informações objetivas quanto impressões que emergem no encontro com o campo [...] Esses relatos não se baseiam em

opiniões, interpretações ou análises objetivas, mas buscam, sobretudo, captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos. Podem conter associações que ocorrem ao pesquisador durante a observação ou no momento em que o relato está sendo elaborado. É interessante ressaltar que o momento da preparação do relato funciona muitas vezes como um momento de explicitação de experiências que foram vividas pelo cartógrafo, mas que permaneciam até então num nível implícito, inconsciente e pré-refletido [...] Longe de ser um momento burocrático, sua elaboração requer até mesmo um certo recolhimento, cujo objetivo é possibilitar um retorno à experiência do campo, para que se possa então falar de dentro da experiência e não de fora, ou seja, sobre a experiência. Há uma processualidade na própria escrita. Um processo aparentemente individual ganha uma dimensão claramente coletiva quando o texto traz à cena falas e diálogos que emergem nas sessões ou visitas ao campo (BARROS; KASTRUP, 2014, pp. 70-71).

Vale destacar que a entrevista da forma aqui tomada torna-se também um campo de observação participante. Considerou-se como parte da pesquisa todo o campo experiencial da entrevista e mesmo o caminho para chegar até elas, o que implicou em cartografar também o campo e o contato com as pessoas entrevistadas OSCs que não o MSMCBJ, seguindo a pista de que o guia é a experiência e os afetos que ela provoca, que não cabem nas gravações. Apesar do voo, por força do afeto e da consistência da experiência, o MSMCBJ esteve envolvido em todas as atividades da pesquisa, como um campo de pouso central nessa performance, um oásis no nomadismo desse movimento.

4 UMA AVALIAÇÃO EM DOIS MUROS

4.1 Primeiro muro: o poder atrativo das portas

Figura 6 – Primeiro muro



Elaborado pelo autor.

O local do Movimento chama atenção pelo pequeno muro do terreno, não é um local destacado, como o estatal Centro Cultural do Bom Jardim, é um muro como o das casas ao redor, porém muito bem pintado em um azul forte que chama atenção, criando um contraste com a logo do Movimento nele grafada. Talvez chame tanta atenção quanto as plantas exóticas, com suas flores em um tom vinho marcante, plantadas ao longo de toda a base do muro. Ao entrar, vê-se um espaço amplo, bem organizado e arborizado. Logo a esquerda, uma pequena construção onde fica a recepção, e as quatro salas onde ocorrem os atendimentos individuais. O terreno é comprido, formando um retângulo, sendo os muros da entrada e o dos fundos bem menores que os laterais.

À direita há um jardim, emoldurado por uma borda em pedra cariri em forma de onda, assim como o revestimento do muro desse lado. No chão, árvores e algumas plantas ornamentais de pequeno porte, todas muito bem cuidadas. Nos fundos há um portão que dá acesso ao CAPS. A palhoça que dá o nome social do local, fica bem ao centro, uma tenda, embaixo feita com uma mureta de alvenaria e chão de cimento batido colorido, a cobertura em uma estrutura praiana, com troncos e palha de carnaúba. É um ambiente acolhedor e muito ventilado, entrar ali dá uma arejada no clima quente do claustro dos muitos muros e das poucas árvores do bairro. (NOTA DE CAMPO)

“Porque o primeiro pilar do Movimento é o acolher, acolher de qualquer jeito, em qualquer religião, de qualquer forma.” (ENTREVISTA FUNCIONÁRIA MSMCBJ)

O espaço descrito é constituído para essa acolhida, o jardim cuidado, o espaço aberto, o vento, o verde. Ficou claro, durante as observações, como as pessoas o entendem como um espaço público. Alguns entram por essa porta para ir para o espaço oficialmente público, vizinho de fundo que têm um portão em comum, o CAPS; alguns entram em busca de um banheiro público, outros somente para arejar a vida, como se percebeu em vários momentos no local, mesmo quando não é o que se procura:

“Oi! Bom dia! O que a senhora quer? [interrompe a entrevista falando com uma senhora que entrou na Palhoça] É o Banheiro [responde a senhora]. O banheiro é ali, ó.” [...] “Oi! Bom dia! A senhora está procurando alguém? [fala com outra senhora que entrou no local] Não, estou só olhando as plantas” (ENTREVISTA PADRE RINO).

Essa primeira porta é uma porta de sedução, de refúgio, espaço da loucura, por que não? De forma diferente do Estado, uma OSC precisa se afirmar, precisa seduzir, precisa de um carisma. Assim, essa pesquisa também foi atraída por esse carisma do Movimento, pessoas que diziam com entusiasmo: “Há ali no Bom Jardim um local fundado por um padre diferente”, “ele é um xamã”, “as celebrações deles são diferentes”, “lá realmente a Saúde Mental é o que é pra ser”, “tem várias tipos de terapia lá, tudo de graça”, “o Pe. Rino é um psiquiatra diferente”. Também os meios oficiais trabalham a atração recorrentemente; em apenas um mês é possível escutar a chamada para conhecer o Movimento várias vezes: “Movimento de Saúde Mental abre loja em shopping de Fortaleza”²³, “Escola de Gastronomia transforma a realidade e é contraponto à violência no Bom Jardim”²⁴, “Projeto social abre loja de roupas e artesanatos”²⁵.

²³ Diário do Nordeste, Fortaleza, 5 junho 2018. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/movimento-de-saude-mental-abre-loja-social-em-shopping-de-fortaleza-1.1949966>>.

²⁴ O Povo, Fortaleza, 10 junho 2018. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=Movimento+De+Sa%C3%BAde+mental+Comunit%C3%A1ria+do+Bom+Jardim&rlz=1C1EJFC_enBR802BR802&tbn=wns&ei=sj4wW_CpOcWBwgTjvlqwCg&start=0&sa=N&biw=1266&bih=629&dpr=1.5>.

²⁵ Diário do Nordeste, 1 junho 2018. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/projeto-social-abre-loja-de-roupas-e-artesanatos-1.1948441>>.

Quando se chega na sede do Movimento, as paredes continuam o encantamento: troféus, prêmios, as entrevistas do fundador emolduradas na parede. Na hora do almoço, o padre na cabeceira, sempre aberto a mais um na mesa, primeiro a oração, feita sempre por um novato do meio, pessoas novas do Brasil e do mundo, a combinar em ações e parcerias; também durante os grupos, sempre aparece uma cara nova para conhecer aquilo que ouviu falar.

É esse poder atrativo que configura o poder de uma OSC dentro de uma comunidade, ou mesmo sua capacidade de formar a própria comunidade, reunindo-a, congregando-a, criando espaços público-familiares, não só no sentido de acesso de qualquer indivíduo, mas exatamente na possibilidade de reunião em um corpo ampliado, não individual, comum-idade; mas o que sustenta essa sensação de comunidade?

4.1.1 O Carisma do líder

Lá se firmou logo um regímen modelado pela religiosidade do apóstolo extravagante. Jugulada pelo seu prestígio, a população tinha, embravecidas, todas as condições do estádio social inferior. Na falta da irmandade do sangue, a consanguinidade moral dera-lhe a forma exata de um clã, em que as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis. Canudos estereotipava o *facies* dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros. O sertanejo simples transmudava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto²⁶.

Carisma é termo inserido na Sociologia quando Weber (1999) procurava responder à pergunta: O que provoca as mudanças sociais? Ele levanta a hipótese de que um fator crucial para tais mudanças é a emergência de um carisma. O termo que tem em sua própria genealogia uma ligação com o religioso, um dom divino que recai sobre uma pessoa.

Weber (1999) já indicava que o carisma, apesar de exterior ao Estado, também mantém uma relação intrínseca com a *vida cotidiana*, afinal, não sendo dessa maneira, não seria exatamente uma teoria sobre a mudança social. Nesse ponto é que esse conceito precisa de atualização. O carisma sempre é tratado por Weber

²⁶ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984, p. 84.

(*ibidem*) numa perspectiva ideológica, um *carisma puro*. Dessa forma, totalmente exterior ao racionalismo do Estado, mas, “o carisma sempre está presente no cosmo do racionalismo fundamentalmente contraditório em si mesmo”, como afirma Bach (2011, p. 53). Assim, é possível inserir esse conceito dentro da perspectiva *esquizo* da realidade de Guilles Deleuze e Félix Guattari: o carisma e o Estado são antagônicos ao mesmo tempo em que guardam entre si uma virtualidade, o devir-carisma do Estado, o devir-Estado do carisma,

cada um destes devires assegurando a desterritorialização de um dos termos e a reterritorialização do outro, os dois devires se encadeando e se revezando segundo uma circulação de intensidades que empurra a desterritorialização cada vez mais longe. Não há imitação nem semelhança, mas explosão de duas séries heterogêneas na linha de fuga composta de um rizoma comum que não pode mais ser atribuído, nem submetido ao que quer que seja de significante (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 18).

Eis aí o estado rizomático em que se encontra essa relação entre Estado e estas OSCs carismáticas. O carisma cria esse modo de ser missionário que funciona desenraizado do Estado, ao mesmo tempo em que busca uma territorialização política. Blanes (2014), num estudo mais recente sobre carisma, atualiza o termo, rompendo com a noção de pureza dada por Weber, o dentro e o fora vão se reportando nele, para ele “mais do que refletir um processo de sacralização do político, o carisma extravasa e complexifica a relação entre ambos os campos, provocando, frequentemente, mais descontinuidades do que continuidades” (p. 113). Dessa maneira, está envolvido com a quebra da ordem ao mesmo tempo que vai dando uma nova ordem.

O carisma se opõe à *vida cotidiana*. Quando Weber (1999) menciona *vida cotidiana* relaciona com o *racionalismo*; *tradicionalismo*; *ordem burocrática*; em suma, à *economia*, no sentido nato da palavra: o cuidado patriarcal da casa que é transportado para o Estado. Por outro lado, carisma é relacionado ao *irracional*, mistério, uma lógica estrangeira, de fora. O carisma é antieconômico, pode até usar-se da economia, mas não depende desta como a *vida cotidiana*; é *antitradicionalista* no sentido de não permanência das estruturas dadas, *antiburocrático*. De forma geral:

Para Weber, o “cotidiano” é, em termos gerais, um código para a esfera do mundo de vivência social, em que existe uma regularidade e previsibilidade da dinâmica social das ações; em que, portanto, as estruturas de expectativas dos atores apresentam uma medida relativamente grande de estabilidade e “naturalidade” — ou em que isso, pelo menos, pode ser presumido. Sob

essas condições, e além de uma garantia de sustento e uma contínua satisfação de necessidades econômicas, também se tornam possíveis a diferenciação e a institucionalização das posições de poder e status (BACH, 2011, p. 62).

Dessa maneira, o *cotidiano* de Weber tem uma distância do *carisma* como da mesma forma que o rizoma de Deleuze e Guattari dista do Estado, mas pelo carisma, ambos remetem-se um ao outro, criando uma intensidade de movimento, o carisma é um “mestre da desordem” de acordo com Bertrand Hell (1999 *apud* BLANES, 2014, p. 112). O conceito de carisma, a partir de seu enquadramento sociológico, criou um campo de estudo vasto dentro da sociologia e da antropologia no estudo das religiões, espiritualidade e liderança, especialmente a partir de etnografias de culturas minoritárias. Em todo caso, há uma concordância que tal conceito é, além de um articulador dos campos numinoso, social e político, um termo híbrido desses campos (WEBER, 1999; BACH, 2011; BLANES, 2014).

É interessante perceber que o MSMCBJ nasce em torno da figura carismática de seu fundador. Chamou atenção, durante a imersão no campo, como as pessoas se referiam ao Movimento ligado à imagem do seu fundador. Logo em uma das primeiras imersões, um dos funcionários do Movimento disse em um desses almoços comunitários: “Eu só estou aqui por causa dele” (NOTA DE CAMPO). De onde surge essa figura que sustenta subjetivamente o trabalho de alguém numa OSC?

Houve no Brasil duas remessas de padres e religiosos missionários: primeira dentro do projeto de colonização, atraídos por uma valorização da cultura europeia; a segunda, pós Segunda Guerra Mundial, fugindo da falência do projeto civilizatório europeu, em busca de uma nova cidadania. Se aqueles eram enviados, estes últimos foram atraídos.

O horror da guerra e dos regimes ditatoriais não destruiu só as cidades, mas a subjetividade do europeu que, no pós-guerra, assim como as cidades, buscava se reconstruir ao mesmo tempo que refletia sobre o que tinha sido tudo aquilo que aconteceu. Entre outras coisas, refletia a religiosidade, um dos pilares de produção de subjetividade dos povos, buscavam uma coerência religiosa ante a crítica dos regimes ideológicos e de dominação, de intolerância às diferenças, entre os quais a Igreja Católica, que historicamente está relacionada a esse tipo de regime.

Respondendo a esse contexto, o Concílio Vaticano II chamava a Igreja Católica a uma reformulação, onde o tema central era como a Igreja se inseriria nesse novo mundo, fora do Estado, capaz de lidar com as diferenças culturais, entre ricos e pobres, capitalistas e socialistas, países com diversos regimes de governo.

O discurso construído no Concílio Vaticano II abriu uma porta para um rizoma profético-messiânico na árvore da Igreja. Por essa porta entrou a experiência rizomática sul americana e caribenha, numa proposta mística de lidar com a igualdade em meio à imensa desigualdade que o sistema mundial imprimia entre os povos latino-americanos. Junto disso também entrou o discurso socialista, uma árvore diversa, crescente no pós-guerra com a crítica ao sistema dominante e opressor do Estado, que ressoava em bom tom com as imagens de resistência e redenção dos pobres dessa tradição: o Jesus morto por um consenso entre o Estado Romano, genitor do Estado ocidental moderno, e a religião judaica instituída e sua ressurreição nesse mundo a despeito destes poderes. Eis aí uma máquina de guerra em potência.

Essa imagem foi como um buraco negro de imensa atração para aqueles que buscavam uma coerência no seu mundo caído. Religiosos latino-americanos que largavam suas estruturas para morar, viver ou/e morrer entre os pobres nos interiores do continente e nas favelas, posicionavam-se contra o poder dos Estados ditatoriais, tornavam-se fortes junto à imagem do crucificado. Atraíram aqueles europeus em busca de uma nova estética de vida, muitos vieram e passaram, outros lançavam ramos de alimentação dos novos movimentos nas comunidades pobres e outros ficaram para fazer parte da construção desse novo mundo, em oposição ao velho mundo europeu, entre eles, o fundador do MSMCBJ:

Mas a experiência-chave pra eu entrar nos missionários foi o encontro com três jovens missionários. O que aconteceu foi que, eu estava na faculdade com essa... “O que é que eu vou fazer com isso?”. Medicina sem Fronteiras? estava lendo, estava me informando. Rapaz, um dia perdi o trem e encontrei três jovens que eram noviços combonianos. Aí eles me deram carona até a faculdade e fomos conversando. Quando me disseram que eram missionários eu fiquei logo: “Epa!”. Quer dizer, como é que um jovem vai ser missionário? Aquilo pra mim naquela época era uma coisa esquisita, né. Mas eles começaram a me falar da experiência deles, da Igreja latino-americana, da Igreja do Brasil, onde tinha uma Conferência Episcopal, onde tinha a Campanha da Fraternidade, que tinha um trabalho social, que tinha jovens que estavam morrendo, mártires porque estavam trabalhando à serviço dos pobres. “Que igreja é essa?!”. “A Igreja Católica!”. “Vocês são católicos?!”. “Somos!”. Aí, eles me convidaram pra conhecer o lugar onde eles estavam se formando, encontrei missionários que estavam trabalhando no Brasil, no Equador, na América Latina, que me abriram à uma visão totalmente diferente da Igreja que eu tinha naquela época, né. E foi através desse encontro que

se iniciou o contato com os missionários combonianos e a participação em grupos, encontros, retiros e tal e tal, que no final me levou ao discernimento que talvez poderia ser interessante fazer essa experiência e estudar Teologia, porque eu também gostava de estudar, né. Então, no começo foi mais... “Vamos ver como é”, tá entendendo? Ai depois, vai, vai, vai e estou aqui, né, vinte e dois anos aqui no Bom Jardim como missionário comboniano (ENTREVISTA PE. RINO).

Esses corpos eram atraídos para a América Latina e, uma vez aqui, buscavam morar entre os mais pobres, atraindo-os. Porém, esse movimento ia ficando cada vez mais imanente, rizomático, e a as linhas de fuga se multiplicavam, os corpos iam ficando mais indefinidos, abertos às novas construções. O desapego das estruturas possibilitava a criação de novas relações com a política, com a ciência, com filosofias e práticas orientais, com as culturas tradicionais, negras e indígenas.

Obviamente, nesse contexto, cria-se uma diversidade que, embora muitas vezes mantendo relação com a estrutura arbórea da instituição Igreja Católica ou da congregação, já não parecia pertencer a ela:

As congregações têm sua própria lógica, vamos dizer [...] A nossa congregação, eu diria que o nosso grupo de Redentoristas aqui dessa região sempre tinha padres trabalhando nessa linha da CEBS e padres numa paróquia tradicional, aqueles que procuravam dirigir a paróquia mais no sentido de formação de comunidades, mas também sempre tinha padres que não se interessavam pelas comunidades e continuavam trabalhando numa linha de paróquia tradicional [...] na época tinha este movimento, como eu digo, de vida religiosa inserida, já tinha feiras abrindo casas nos lugares pobres. Dentro de nossa congregação um grupo de quatro ou cinco começaram a desenvolver essas ideias e começamos um trabalho com os confrades circulando estudos e notícias e etc., e conseguimos aprovação em um capítulo para abrir uma casa numa favela. Foi um grande passo para a nossa congregação, foi uma virada [...] então, na minha história pessoal foi nestes anos que fui me convertendo aos poucos e nunca mais voltei para uma paróquia tradicional, desde de setenta e oito que estou morando nas periferias (ENTREVISTA LÍDER COMUNITÁRIO LUXOU²⁷).

Logo, a abertura do catolicismo à diferença, ao desconhecido, ao mistério da América Latina começou a gerar medo e rejeição. Se antes a atividade missionária primordial era se misturar à cultura para ensinar, surgia um se misturar para aprender, os próprios métodos eram locais, como a Educação Popular de Paulo Freire (BETTO, 2006). Mas até que ponto a mistura ainda pode ser considerada dentro da unidade da árvore católica? Surgiram missas com samba, com instrumentos negros e indígenas, muitos desses católicos passavam a assumir a cosmologia das comunidades ocultas

²⁷ Favela localizada no Bairro Vicente Pinzón, às margens da Praia do Futuro em Fortaleza.

às estruturas de poder onde eles se inseriam. Dessa forma, a Igreja Católica foi incentivadora desse movimento, mas logo seria também sua opositora:

A minha recordação pessoal sobre isto é que no tempo de [um arcebispo de Fortaleza] [...]ele não tinha, não dava nenhum valor a CEBS. E ele veio para uma assembleia da CEBS da arquidiocese e ele saiu com isto: que a Igreja fez a opção pelos pobres e os pobres fizeram a opção pelos crentes. Eu tive muita vontade de dar a minha resposta, mas não achava prudente e só disse pra mim mesmo, mas vou dizer agora: A Igreja diz que faz opção pelos pobres, mas a Igreja não faz e por isso que os pobres estão fazendo a opção pelos crentes [...] E ele é um exemplo, ele tem o discurso, mas não tem nada na prática. E a Igreja não fez a opção pelos pobres, adotou como lema, falou e tudo mais, mas na prática não [...] há uma queda na quantidade vamos dizer de comunidade e de lutas. Eu não sei como explicar, sei que nos anos setenta e oitenta tinha muito mais comunidade de base por aí, o movimento era muito mais forte, tinha muito mais padres envolvidos. A razão da queda, em parte, eu atribuo à própria Igreja que começou a desconsiderar a Teologia da Libertação e deixou de apreciar e a incentivar as comunidades de base. Porque numa época, por exemplo, de Dom Aloisio, ele incentivava e apoiava, e as comunidades de base tinham muito respaldo e depois dele, e não só em Fortaleza, mas no Brasil, seguindo uma linha do Vaticano que era contra Teologia da Libertação, eles começaram a tirar o apoio da CEBS. (ENTREVISTA LÍDER COMUNITÁRIO LUXOU).

Como campo católico alternativo surgem várias instituições dentro da Igreja que acabaram por entrar nesse confronto ideológico com a própria Igreja Católica o que perdura até hoje. Só recentemente, com um papa latino-americano, parece haver uma reaproximação dessas novas árvores e desses frutos rizomáticos. Mas nem tudo são instituições, pelas linhas de fuga permanece o rizoma que faz brotar formas de ser e fazer *esquiz-itas* à vista do Estado, como no caso recente do padre que costumava chamar uma *dragqueen* para fazer a homilia da missa e dar a comunhão²⁸, ou do padre xamã do Bom Jardim.

Muitos os envolvidos com essa energia que deram início a outras experiências cristãs, como as chamadas igrejas católicas independentes²⁹, outros desembocaram em movimentos carismáticos políticos desvinculados da ordem religiosa, como o MSMCBJ, e muitas outras OSCs comunitárias. Atualmente, a Igreja romana parece menos preocupada com esses movimentos, ficando mais focada em sua adaptação nesse mundo de rizomas e em como as coisas desse mundo afetam sua tradição, percebendo cada vez mais a primazia dos afetos e não só as

²⁸ <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/drag-queen-participa-de-missa-e-fieis-pedem-saida-de-padre-da-zona-leste-de-sp.ghtml>>.

²⁹ <<http://blitz.sapo.pt/principal/update/padre-travesti-faz-furor-nos-topes-americanos-veja-o-video=f49319>>.

estruturas³⁰, uma linha semelhante à que toma o próprio Estado diante do poder carismático socialista, mais governamentalidade e menos disciplina como estratégia de sobrevivência num mundo pós-moderno. Assim, salienta-se a rivalidade complementar indicada por Deleuze e Guattari (1995; 1997) entre o rizoma e suas máquinas de guerra e o Estado e sua essência instituinte que busca o controle social.

Dessa maneira foi que os conflitos na história do MSMCBJ não se deram só com a tradição da Igreja Católica, mas com outros tipos arbóreos. Em dado momento houve uma ruptura dentro da própria articulação local daqueles que lançavam as bases do Movimento, um conflito de subjetividades com o movimento comunista, que, embora contestador, é fortemente arbóreo, uma vez que tem em si um forte discurso de unidade estatal:

A questão é que, depois da queda do Muro de Berlim ficaram duas tendências: uma ainda achando que o Muro de Berlim estava em pé, então, tem que ter alguém contra, tem que ter uma luta contra alguém, temos que estar sempre contra, a luta contra; e há outras pessoas que depois que o muro caiu, começaram a trabalhar para a integração das diferenças, para o diálogo com as diferenças. Então, nós podemos ter um ponto de vista diferente, ideológico, político, religioso, mas não nos impede de ter um objetivo comum e contribuir para o bem comum, e ponto de vista diferente, sem ter uma separação que é cartesiana, que é só lógico-matemática entre uma coisa e outra [...] Então, a desavença foi porque essas pessoas nostálgicas, nostálgicas de algo que não existia mais, que não existe mais, de uma luta política e social, de uma revolução que passou pelas armas, que hoje é irrealizável, ficavam achando que a terapia era uma maneira para diminuir a carga emocional que é necessária alimentar para que se possa transformar a revolução, você tem que gerar raiva para que as pessoas virem rebeldes e vão pegando as armas. Isso aqui tinha sentido nos anos 60, eu já passei por isso, eu vi onde as pessoas depois iam, iam se emboscar nas multinacionais procurando um canto pra si. A mesma coisa aconteceu aqui: aqueles que eram, aqui, fazendo críticas 20 anos atrás, todos estão em determinados lugares de poder, ganhando dinheiro no bolso e fazendo parte de coisas que não estão transformando uma [palavra deixada muda] nenhuma (ENTREVISTA PE. RINO).

Boris Groys (2015) lembra que um discurso sobre o que é pós-moderno começou ainda nos anos 1930, quando se discutia o stalinismo como o fim da história, porém, com a queda do muro de Berlim. No entanto, é exatamente o fim do stalinismo que cria de fato o pós-modernismo, que passa a se relacionar ao capitalismo de livre-mercado que prevaleceu após a Guerra Fria. De todo modo, se o socialismo definia o que era a história na luta de classes, o fim da história e o pós-modernismo seria o

³⁰ Ver, por exemplo, a homilia de Pe. Fábio de Melo, padre bem popular entre a massa de católicos brasileiros e ainda ligado à sua tradicionalidade: <<https://www.youtube.com/watch?v=FCn8hONA-Ko>>.

estado permanente de poder, o Estado permanente, somente de microevoluções, como o macaco que vira homem e daí passa a ser eternamente homem, eterno presente, não mais futuro, “pós” porque nunca se afirma completamente, porque é líquido, adaptável a qualquer realidade e cultura, não há inimigos para ele, apenas realidades que vão somar, a hegemonia do mutável operando no desejo, o produto, a mercadoria não é mais a terra ou o objeto, mas o desejo.

Mas a escolha do presente em detrimento do futuro não pode ser refutada por argumentos factuais, já que esta implica no fatual e em todos os argumentos que se referem a ele como mera recorrência eterna do mesmo – e, assim, daquilo que já foi historicamente superado. Não há nada mais fácil dizer que a luta continua, já que isso é obviamente a verdade da razão humana saudável. É mais difícil reconhecer que os envolvidos na luta não estão, na verdade, lutando de forma alguma, mas simplesmente ossificados em posição de batalha [...] Assim, a arte pós-comunista é a arte que passa de um Estado após o fim da história, para outro, também após esse fim: de socialismo real para capitalismo pós-moderno; ou do idílio da expropriação universal, que segue o final da luta de classe, para a resignação definitiva em relação ao infinito depressivo no qual as mesmas lutas por distribuição, apropriação e privatização são permanentemente repetidas. A arte ocidental pós-moderna, que reflete sobre essa infinitude ao mesmo tempo em que a saboreia, quer algumas vezes parecer combativa, algumas vezes cínica, mas quer ser em todos os casos crítica”. (GROYS, 2015, p. 210)

É nessa mesma construção que se insere o grande valor da liberdade individual e a elevação do status da sociedade civil. Ainda que haja um esquema de dominação, o mundo pós-moderno institucionalmente reprime menos novos tipos de sociabilidade. Com a quebra do controle unificador, as instituições ficam mais livres para ser e agir na sociedade, embora a luta por liberdade seja transportada das estruturas e seu controle para a subjetividade e sua produção com a governamentalidade.

Nesse contexto foi que ocorreu esse racha histórico no MSMCBJ, como também destaca Sousa (2017):

[...] um segmento ficou pé em permanecer somente no processo de mobilização social e política até então desenvolvido; outro, seguindo a orientação do padre Rino concentrou suas energias no cuidado àqueles e àqueles que padeciam de sofrimentos e ‘dores da alma’ (p. 47).

Antes se seguia um carisma próprio da Teologia da Libertação e da Igreja, a partir daí, embora ainda com traços nela, o MSMCBJ toma uma linha de fuga para criar um carisma próprio.

4.1.2 O Carisma coletivo

Mais tarde, no mesmo dia em que aquela pessoa afirmava a ligação entre sua permanência no Movimento ao Pe. Rino, enquanto estava na recepção da Palhoça:

[...] uma mulher chega perguntando pelos atendimentos que a Palhoça oferece. A recepcionista responde. Ela olha ao redor e começa a falar um pouco da sua experiência com o Movimento: “eu sou do tempo do Pe. Rino [...] Fui daqui do Movimento um bom tempo, mas deixei” (NOTA DE CAMPO).

O tempo a que essa senhora se refere é o tempo onde ele se encontrou com algo de fora aquela realidade cotidiana, onde, de alguma forma, ela conviveu num círculo de pessoas em torno do fundador.

Muitos podem perceber o MSMCBJ somente como uma organização de prestação de serviços à comunidade tecnicamente eficiente, mas, se assim fosse, dificilmente ele sobreviveria e cresceria nestes tempos pós-modernos, onde cada vez mais OSCs comunitárias fecham as portas, como afirmaram alguns dos entrevistados nesta pesquisa.

Mas essa sobrevivência não se dá sem enfrentar as dificuldades do seu tempo. Com o drama dos recentes cortes de recursos do Estado em todos os níveis do governo, houve a queda nos investimentos do Estado em OSCs desse tipo, o que fez o MSMCBJ usar sua potência para tirar seu sustento de outras estratégias:

O convênio terminou em março de 2017 e aí ficou pra ser renovado, e renovado, e nada, nada, nada e nada. [...] um ano, certinho, né. Aí a gente fica aguardando e presta conta, encerra convênio, faz isso, faz aquilo e num dá. E aí se não tivesse outras ações por enquanto, como é que ia ser? Ia ficar um ano com as portas fechadas? Não, eu fui vender lasanha, começamos a Lasanha Mama Mia, saímos vendendo lasanha em todo canto, fizemos um evento, que foi o Jantar Solidário, as pessoas compraram o ingresso e foram jantar [...] A gente arrecadou um dinheiro pra ir pagando as contas, a gente nunca fechou porta [...] Não tinha, não tinha e eu não vou pagar! A gente tá aqui no Bom Jardim há vinte e dois anos oferecendo atividade gratuita. Imagine aí: hoje a massagem é cinquenta reais. A comunidade não tem condições de pagar. A cultura é que “as ações lá no Movimento são gratuitas” e as pessoas já sabem e já vem pra isso. E, enquanto tava parado, eu reduzi. Porque só tinha uma massoterapeuta, mas não deixamos parar e fechar as portas. Mas era fazendo isso, vendendo aquilo, vendendo aquilo, faz rifa, faz isso, faz aquilo e consegue [...] se eu tiver que vender lasanha todo dia na Beira Mar, né, nós vamos. Pelo menos eu não vou deixar de atender o público (ENTREVISTA FUNCIONÁRIA MSMCBJ).

Certamente o Estado, ou mesmo uma empresa, não poderia colocar como estratégia, com coerência e consistência, os profissionais e gestores municipais para venderem lasanha de porta em porta, ou um jantar solidário para manter a mesma estrutura de serviço. Assim, nesses momentos, onde o profissionalismo não sustenta por si só, o carisma fica mais evidente com a sua produção de subjetividade, criando um compromisso ético com a solidariedade dentro da sociedade civil. Assim, a subjetividade e objetividade andam juntas em um devir mútuo. Embora haja esse compromisso extraprofissional, o crescimento contínuo do Movimento em estrutura, por outro lado também sustenta a subjetividade, as pessoas precisam ver e avaliar os frutos sociais do seu investimento ético-subjetivo. Se “nem só de pão vive”³¹ uma OSC, outrora também não vive só de palavra, mas de toda estrutura e subjetividade que sua potência puder angariar.

Nesse momento também surge um compromisso de fraternidade com o Movimento, soma-se ao carisma do líder que guia em uma nova tradição o carisma naqueles que fazem o MSMCBJ, um missionarismo próprio que sustenta a si e ao Movimento nesses momentos de crise, em uma instantaneidade entre si, a vida do Movimento e a vida da sociedade que se faz parte. O que dá consistência a essa ligação é o carisma que tem um *pathos*, uma afetação coletiva, uma *sim-patia*:

Não, não é só trabalho, eu tenho muito amor [...] Eu saí do convento porque disseram que eu não tinha vocação e eu tô vivendo a minha vocação aqui, de doação às pessoas. É tanto, que toda vida que eu digo: “eu vou sair do Movimento”, mas eu fico pensando: “eu acho que eu não consigo viver sem o Movimento”, porque é aqui que eu levo o que eu quis sempre levar, né... para as crianças, pra comunidade. Se você vier lá de casa até aqui, por onde eu passo é “Tiiiiiii!” , é as mães e as crianças, né. E meninos que nem passaram no Sim à Vida. Os pequeninim que me chamam de tia porque eu ficava aqui no Ponto de Leitura, né. Tão uns grandão gigante que é tia para cá, tia pra lá, [...] Acabei me tornando uma referência da comunidade também, né, por conta de tanto tempo que eu tô por aqui. E, aí, é encarnado, sabe? É uma missão, que eu acho que se eu tivesse conhecido antes eu não tinha nem entrado nem no convento [...] aqui no Movimento é como se fosse o sonho que eu tivesse encontrado: “Ah, pronto, me encontrei aqui!”, eu me encontrei no Movimento [...] É a minha missão, eu sempre digo: “essa é a minha missão” (ENTREVISTA FUNCIONÁRIA MSMCBJ)

Outra funcionária relata algo bem semelhante:

Isso vai me mantendo feliz! Porque isso é uma demanda da minha comunidade, consideravelmente, minha também, né, e é bom pro Movimento

³¹ Alusão à passagem bíblica do livro Evangelho de Mateus, capítulo 4, versículo 4: “nem só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus”.

e quem é que não gosta de estar trabalhando num lugar que tu tá dentro, que tá na minha casa. Eu faço tudo isso, ganho muito com isso e muita gente é curada. Eu sou psicóloga de profissão e como eu gosto de ver que as pessoas melhoram, que vão mudando de vida. E se eu esse trabalho, que gera isso nas pessoas, rapaz, eu quero é ficar aqui. Tanto que eu estou aqui há dez anos, né. Então pra mim é uma missão, minha missão de ajudar as pessoas, de ajudar o povo, de oferecer uma melhoria, não tenho dinheiro pra dar, mas eu tenho boca pra pedir e, quando eu ganho, eu dou (ENTREVISTA FUNCIONÁRIA MSMCBJ).

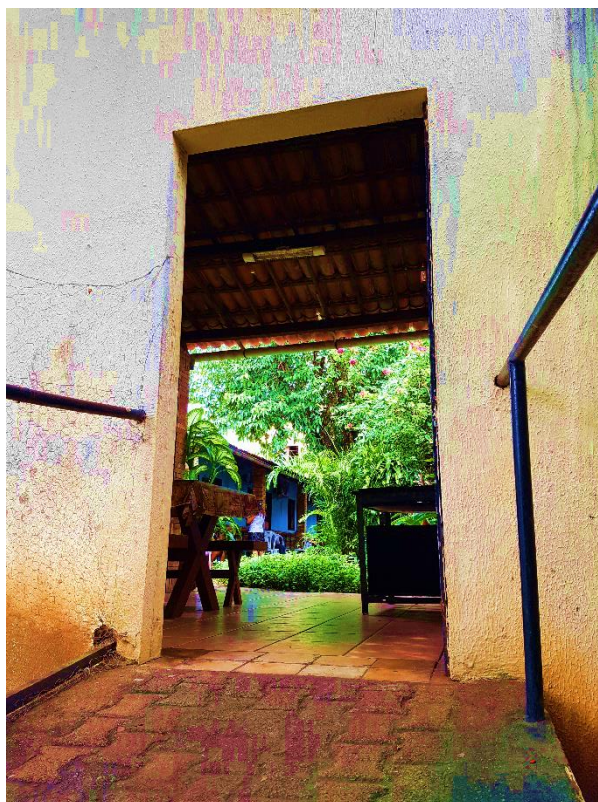
Bach (2011) salienta a *estimulação circular* do carisma no sentido de que este não funciona em um esquema causal, mas antes seus efeitos são suas próprias causas, assim, os ditos “dominados pelo carisma” nos termos de Weber (1999), são exatamente aqueles que legitimam o carisma, não o líder ou o indivíduo portador do carisma. Neste sentido é que na poética de *Os Sertões*, Euclides da Cunha via a beleza daquele tipo que ele considerava lunático, mas que se transformou em herói pela forma carismática que se insere no coletivo:

Por isto o infeliz, destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a História como poderia ter ido para o hospício. Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais — vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade. Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu. O temperamento mais impressionável apenas fê-lo absorver as crenças ambientes, a princípio numa quase passividade pela própria receptividade mórbida do espírito torturado de reveses, e elas refluíram, depois, mais fortemente, sobre o próprio meio de onde haviam partido, partindo da sua consciência delirante. É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade... (CUNHA, 1984).

Dessa maneira circular, então, é que o carisma produz subjetividade e ganha uma vida própria, configurando-se assim além de carisma individual e coletivo, carisma do MSMCBJ, um afeto de multidão que perpassa o contato com aqueles que fazem parte do Movimento.

4.2 Segundo muro: A parceria OSC e Estado como unidade metonímica

Figura 7 – Ponto de encontro entre MSMCBJ e CAPS



Fonte: Arquivo pessoal.

O terreno do CAPS tem um formato semelhante, talvez rigorosamente igual. No entanto a estrutura é bem diferente. Na entrada há a recepção, como em um posto de saúde: apertada, à esquerda de quem entra locais para as pessoas sentarem, à direita, um balcão onde ficam as apressadas recepcionistas e ao fundo uma série de pastas com documentos, tão diferente do tempo da recepção da Palhoça e suas palavras cruzadas. Também são diferentes as portas: abertas e penetráveis na Palhoça e vigiada pelas seguranças do CAPS, talvez por isso as trancas do portão que separa os locais fica para o lado do CAPS e a porta abre com a Palhoça invadindo o espaço do CAPS. Saindo da recepção, há um espaço mais aberto: à direita a maior estrutura, uma construção com vários consultórios, banheiros e salas, ao centro uma árvore de azeitonas pretas que mancham por todo lado com um roxo escuro. À esquerda um jardim, que chama atenção pela semelhança com o jardim da Palhoça: as plantas parecem ter um cuidado e perfil diferente, mas a moldura é do mesmo estilo, o que faz crer que os dois locais foram planejados juntos, de forma complementar. Ao fundo, a cozinha e o lavabo. Pelos espaços pessoas com suas caras tristes e preocupadas, aparentemente esperando seus atendimentos, receitas e remédios. Apesar da diferença com o clima da Palhoça, tem um ar mais leve que os muitos órgãos públicos de saúde que conheci: as cores são leves, os tijolos aparentes dão um ar rústico e o clima é arejado pela presença das árvores, além da boa limpeza e organização, mas risos e leveza pessoal, só percebi nos funcionários de serviços gerais. A diferença de clima criou algo como uma

correnteza que eu fui naturalmente conduzido para o repouso na Palhoça.
(NOTA DE CAMPO)

Sem dúvida, a primeira estrutura de poder da qual se sustenta o Movimento é em seu fundador. Não foram poucas as referências que ligam o MSMCBJ a ele, alguns usam seu nome como uma metonímia da organização: “a parceria com o Rino” (ENTREVISTA EX-GESTORA), “o Pe. Rino trouxe”, “o Pe. Rino comprou” (ENTREVISTA MORADORA). Oficialmente todas essas ações eram do Movimento, mas como é próprio de uma metonímia, há uma continuidade de sentido entre dois termos distintos, provocando uma indistinção, como na relação entre o copo e sua água, entre o autor e sua obra, uma desterritorialização dos termos, que passam a ficar ligados pela força da ação e de seus efeitos na vida. Poucos lembram o nome dos alemães, dos italianos que doaram o dinheiro para a compra dos terrenos da Palhoça e do CAPS: “o Pe. Rino comprou”, dizem os moradores e funcionários.

Muitas formam – e ainda são – as parceiras nesse nível mais pessoal. Pouco se fala dos missionários combonianos, aos quais ainda pertence a sede do Movimento e ao qual seu fundador ainda está ligado por um vínculo de obediência. Tudo o que existe é o Movimento, todo o resto orbita virtualmente.

É interessante perceber que essa mesma lógica metonímica vai sendo aplicada a tudo, inclusive à parceria do Movimento com o Estado: “Por mais que a Luizianne tenha feito, por mais que a gente tenha feito pro Bom Jardim e que tenha feito pro Pirambu, as pessoas ainda colam muito as coisas no que já tinha lá” (ENTREVISTA EX-GESTORA).

Isso se dá exatamente pelo agenciamento proporcionado pelo acolhimento do Movimento. Virtual ao acolhimento que cada pessoa do Movimento procura exercer, está o *Movimento acolhedor*. O acolhimento agencia os afetos. À medida que as pessoas são acolhidas pelas pessoas Movimento, configura-se um ciclo carismático.

A relação entre acolhedor e o acolhido no Movimento é como a relação entre amante e amado, um dispor do outro não só sua estrutura, como sua autoprodução subjetiva. Aquele que acolhe tem uma estrutura que, no momento do encontro, o acolhido não tem, e a põe à disposição, mas coloca também a própria produção da estrutura à disposição para o acolhido.

Faz isso exatamente porque esta ação social é o que dá coerência e consistência social ao acolhedor. A intenção é que entre na subjetividade da

organização, obviamente, adaptando-se, mas também produzindo-a. Por isso que uma das principais estratégias do Movimento é inserir, na sua estrutura organizacional, os acolhidos, que, a partir daí, passam também a ser acolhedores.

É a *circularidade do carisma*, indicada por Weber (1999), onde os efeitos do carisma são suas próprias causas. Essa é intenção primordial do Movimento sobre a qual ele se estrutura desde as ações não institucionais e pessoais, até a construção de suas atuais estruturas e tecnologias sociais:

Aí, quando eu subo a escada do Seminário da Prainha, eu acho que eu fui a última pessoa a chegar lá, aí, lá se vem o Pe. Rino, né, subindo a escada todo sorridente. Aí eu disse:

– O senhor veio?!

– Vim querida.

E me deu um abraço, só que eu pensando que ele era o Pe. Alderi [risos]. Aí durante toda a missa ele olhava para mim, olhava e olhava e não parava de olhar. Assim, captando, né, porque eu tava com os olhos inchados de tanto chorar e ele não entendia o que era, ele meio que ficou confuso.

Aí no final da missa alguém foi apresentar ele para mim. A minha amiga ficava dizendo que ele era médico e a minha irmã dizia que ele era padre. Aí ficou aquela coisa. Aí chamaram ele:

– Ô, Pe. Rino, essa aqui é a J..

– Você quer falar comigo, né?

– Eu mesmo não!

– Quer sim.

– Quero nada.

– Você quer, querida, falar comigo.

E olhou bem dentro dos meus olhos e eu comecei a chorar. Eu disse:

– Num é com o senhor não.

Aí peguei o papelzinho na bolsa e disse:

– Eu quero ir pra esse endereço aqui, eu tô precisando me cuidar [referindo-se ao endereço de um núcleo de saúde universitário].

– Querida, eu faço esse trabalho é no Bom Jardim!

Aí eu pensei: “esse homem tá é doido: primeiro ficou a missa toda me olhando, depois disse que eu queria falar com ele, se eu não tinha dito nem boa noite direito pro cara. E depois me convida pra eu ir pro grupo!”. Eu fiquei desconfiada.

– Não, isso aqui, Pe. Rino, é um grupo de Psicologia.

– Querida, eu faço esse mesmo trabalho, eu tô falando sério! Você quer ir lá?

Aí eu disse:

– Eu tô precisando.

– Pois vá quarta-feira.

Era o Grupo de Autoestima. Aí eu vim na primeira semana de novembro, primeira quarta de novembro eu vim, de 99 (ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIA MSMCBJ).

Essa mesma funcionária indica o percurso de beneficiário a missionário traçado por muitos outros, segundo a entrevistada: desse encontro citado, há a acolhida em um grupo; depois, concomitantemente ao grupo, ofertou-se para ser voluntária; em seguida, as pessoas do Movimento, vendo que ela gostava da atividade e não se encontrava no mercado de trabalho, contratam-na para trabalhar na cozinha

da casa do Pe. Rino, que é também a cozinha da sede administrativa do Movimento; em seguida, é chamada para coordenar esta casa como um todo, o que incluía os cursos e atividades do Movimento que lá aconteciam e daí mudou de função e se apresenta nesta entrevista como funcionária e missionária do Movimento.

O acolhimento é, então, o ponto carismático que vem da origem espiritual do Movimento na Teologia da Libertação. Não à toa percebe-se traços desse mesmo carisma no Projeto Quatro Varas durante as imersões nesse espaço, exatamente devido à ligação comum da Terapia Comunitária, baseada no acolhimento do pobre proposto pela Teologia da Libertação.

Os fundadores dessas duas OSC também relatam, em suas histórias de vida³², a vivência de uma crise ético-estética no início da pós-modernidade, refletindo sobre novas formas de fazer diante do poder médico que adquiriram em suas formações e do afeto que os pobres causaram em suas vidas. Adalberto destaca afetação de sua vida sertaneja em Canindé, o afeto de fazer parte desse povo “simples”, de um “estádio social inferior”, pobre em todos os sentidos, nas palavras do cientista positivista³³. Quando Adalberto Barreto se vê um cientista reconhecido pelo Estado, um sonho o alerta para os pobres:

Minha mãe me disse: “Ai, meu filho eu tive um sonho com você [...] Eu sonhei que você se tornava-se uma pessoa importante, que vinha pessoas do mundo inteiro pra lhe assistir. Ai eu via aquela multidão, cheguei lá e era você que estava falando, fiquei orgulhosa de ver que era o meu filho que estava falando ali e sentei bem na frente. “E o lado triste?”. “Era que você não me reconhecia. Pra mim não foi um sonho foi uma mensagem [...] você passou seis anos na Europa [...] foi pra lá porque queria ajudar os desvalidos do Canindé [...] agora você é professor da universidade [...] Toma tua decisão: ou você vai investir na tua vida privada, ganhar teu dinheiro, ou você vai fazer um trabalho social (BARRETO, 2016).

Esse *pobre*, esse excluído estrangeiro do sistema estatal refletido no lema carismático da Teologia da Libertação, *opção preferencial pelos pobres*, é o acolhido, que a partir de seu acolhimento se torna acolhedor. Esse é um grande projeto subjetivo e político que está no cerne dessas ações e que ressoa na política devido

³² A respeito da história de vida do fundador do Projeto Quatro Varas, as informações foram colhidas através de várias entrevistas disponíveis online, per exemplo: <<https://www.youtube.com/watch?v=C9d2SrRyyAc>>.

³³ Referência à descrição do sertanejo por Euclides da Cunha em *Os Sertões*: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984, p. 84.

sua força estética na cultura brasileira e que se inseriu como raiz na Constituição de 1988 e em toda a construção do Sistema Único de Saúde (SUS).

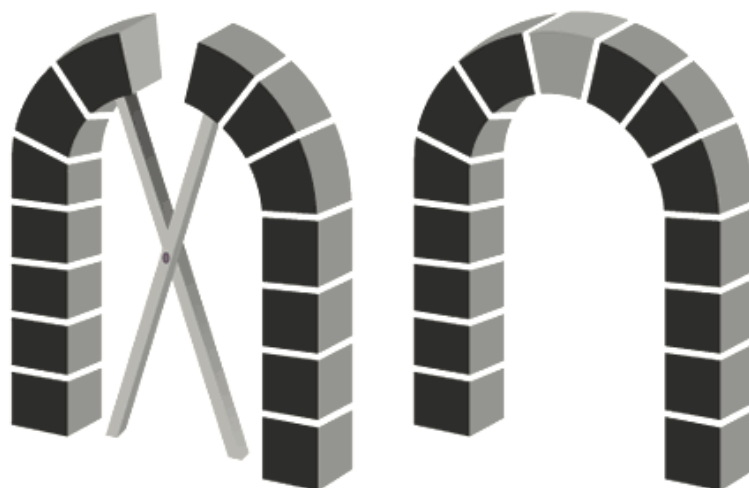
Os pobres contêm em si uma estética da pedra no meio do caminho. São algo que não era para estar ali, mas o encontro com eles é inevitável e, quando se esbarra com um, o afeto provocado é inevitável, inesquecível. O que fazer a partir disso é o grande problema político do mundo:

No MEIO do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra.

No meio do caminho tinha uma pedra
Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra.³⁴

“A pedra que os construtores rejeitaram e que agora se tornou a pedra angular.”³⁵

Figura 8 – Pedra angular



Fonte: <<http://ew-willianlira.blogspot.com/2014/01/a-pedra-angular.html>>. Fonte:

A fundação do Movimento, bem como seu carisma, está ligada a essa lógica da Teologia da Libertação de entrar no mundo dos pobres, ser o máximo

³⁴ Poesia de Carlos Drummond de Andrade: ANDRADE, Carlos Drummond. **Alguma poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁵ Verso do Salmo 118: BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

possível um pobre com eles, acreditando que daí surge a própria política. Não foram poucos os casos em que essa estratégia política apareceu nesta cartografia, ela é presente em boa parte dos funcionários do MSMCBJ, desse tipo que entraram em contato com o Movimento e aquilo passa a ser algo que constitui o próprio ser. No traço deste mapa de pesquisa, apareceram pessoas em várias etapas desse processo de inserção no Movimento: “Eu queria ajudar e o Pe. Rino disse pra eu vir aqui ajudar com alguma coisa” [dizia um usuário do CAPS ao chegar num projeto de geração de renda] (NOTA DE CAMPO); “O Pe. Rio disse que era pra eu ir crescendo, né [...] então eu aceitei a coordenação” (ENTREVISTA FUNCIONÁRIA MSMCBJ).

Assim, pode-se se dizer que o carisma do MSMCBJ é o *carisma do acolhimento*, a força sedutora presente que guia as ações. Talvez exatamente por isso que o Movimento tenha sua inserção dentro de políticas de Saúde, já que o *acolhimento* é um termo central nessa política.

5.2.1 O acolhimento na Política de Saúde

O acolhimento ganha destaque no sistema de saúde brasileiro com a Política Nacional de Humanização (PNH), que embora criada em 2003, trata-se de uma política transversal, tendo sua constituição a partir do próprio texto da política, que estabelece o SUS e outras de áreas específicas da saúde (LEGISLAÇÃO..., 2011). Neste sentido, foi criada, dentro da Biblioteca Virtual em Saúde, uma página para a atualização de toda a legislação que envolve os temas divididos entre legislações estruturantes e legislações complementares. As bases estruturais, então, começam com a própria lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, legislação que marca o nascimento do SUS e tem como marcos finais o Pacto pela Saúde de 2006³⁶, passando pela Norma Operacional de Assistência à Saúde de 2002³⁷, esta de forma especial, por ser um marco para a construção do discurso sobre humanização, um tema que vinha sendo trabalhado em anos anteriores dentro da rede de atendimento hospitalar³⁸.

³⁶ Portaria nº 399 GM/MS, de 22/02/2006.

³⁷ Portaria nº 373 GM/MS, de 27/02/2002.

³⁸ **Portaria MS/GM nº 569, de 01/06/2000:** Institui o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde; **Portaria MS/SAS nº 202, de 19/06/2001:** Estabelece diretrizes para a implantação, desenvolvimento, sustentação e avaliação de iniciativas de humanização nos hospitais do Sistema Único de Saúde; **Portaria MS/GM nº 881, de 20/06/2001:** Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Humanização da

O discurso sobre a humanização surge na virada para o atual milênio, exatamente com a acentuação da inserção do país no sistema neoliberal com a reforma da gestão pública, uma estratégia de governo ao longo dos anos 1990 (PAULANI, 2012). Nesse contexto, o SUS completa seus vinte anos em meio a críticas, em contraste com o crescimento vertiginoso dos sistemas particulares de saúde. A humanização surge, então, como ponto chave de resgate da ideia original do SUS, vide a menção da própria criação do SUS como marco da Política de Humanização.

O acolhimento, então, aparece como elemento primordialmente ético para operacionalizar essa humanização, embora o controle desse elemento não caiba nas normativas. No entanto, a definição de acolhimento dada em cartilhas e orientações do MS guiam os profissionais e gestores em seu caráter ético/estético/político:

Essa atitude implica, por sua vez, estar em relação com algo ou alguém. É exatamente nesse sentido, de ação de “estar com” ou “estar perto de”, que queremos afirmar o acolhimento como uma das diretrizes de maior relevância ética/estética/política da Política Nacional de Humanização do SUS [...] O grande desafio a ser enfrentado por todos nós, trabalhadores da saúde, gestores e usuários, na construção e na efetivação do SUS como política pública, é transpor os princípios aprovados para o setor de saúde nos textos constitucionais para os modos de operar o trabalho da atenção e da gestão em saúde (BRASIL, 2010, p. 6;10).

No entanto, como o Estado dá conta de um aspecto ético-estético-político se ele por si se funda em uma relação técnico burocrática? Este aspecto fica claro nos mecanismos de avaliação previstos, todos baseados em critérios que podem ser reduzidos à mensuração: “redução de filas”, “tempo de espera”, “presença de usuários em órgão de gestão participativa”, “conhecimento do nome dos profissionais pelo usuário” (BRASIL, 2004, p. 10), que, embora digam respeito à uma intenção qualitativa, são um resultado visível de um longo processo de mudança subjetiva que pode implicar em seu percurso não diretamente nestes resultados visíveis, que podem também ser reduzidos a aspectos puramente instrumentais (GOYA, 2017).

A inserção da humanização desde a concepção do SUS foi uma *ex-criação* do espírito daqueles que participavam do movimento de redemocratização, em

especial do movimento sanitarista, da mesma forma que a tentativa de resgate disso reflete o espírito de atores sociais influentes no campo da saúde atualmente.

Dessa forma, OSCs como o MSMCBJ e o Projeto Quatro Varas já operacionalizam essa política de atenção à saúde muito antes da humanização se tornar uma política estatal nos anos 2000, havendo, assim, uma maior continuidade entre estes e a discussão de reforma sanitária que gerou o SUS do que com os próprios equipamentos desse sistema de saúde geridos pelo Estado, que trazem uma continuidade com a forma burocrática que o Estado geria a saúde antes da Reforma Sanitária, através da hegemonia e do controle disciplinar.

Acolhimento para a Política de Humanização é bem mais do que a superficialidade de um tratar bem, polidez, educação. Na verdade, prevê o conflito entre o saber estatal de saúde, ou seja, o saber biomédico, e os saberes populares e, nesse terreno conflituoso, estabelece a gestão do cuidado. Não na forma de decalque, de padronização e aplicação das lógicas de cuidado, mas exatamente para criar uma gestão do cuidado particular de acordo com as particularidades de cada comunidade na qual o sistema estatal de saúde se insere e que estas próprias particularidades passem a gerir, não só os equipamentos de saúde local, como o próprio sistema de saúde nacional (BRASIL, 2010).

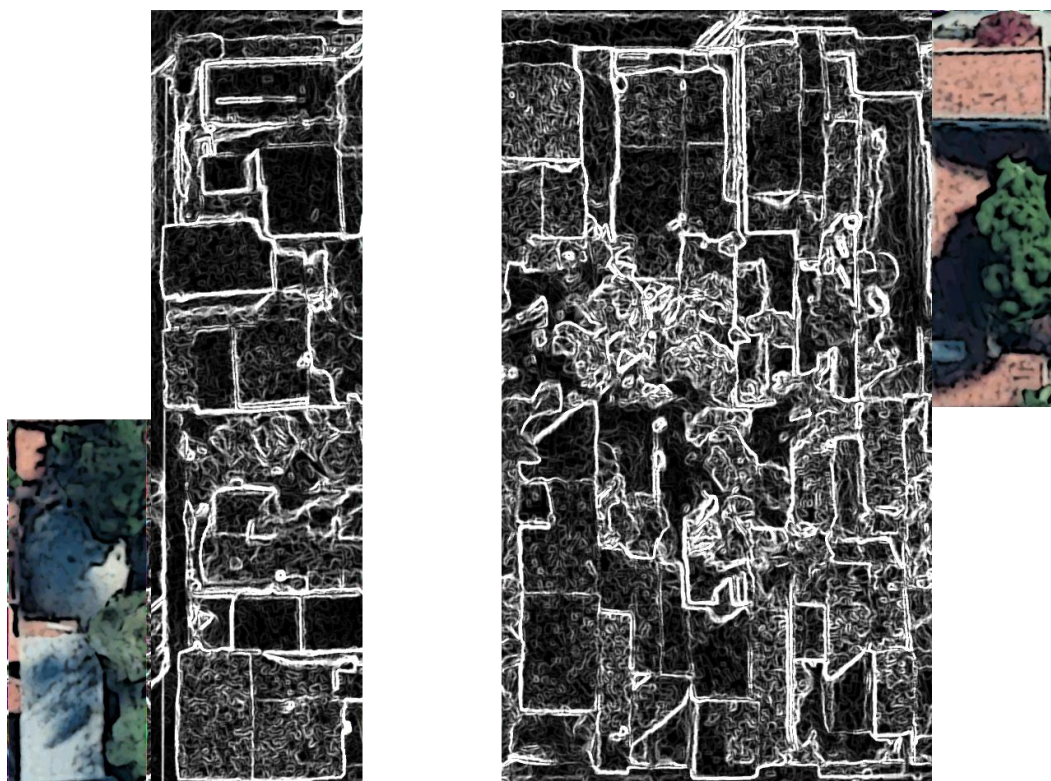
Assim, o carisma acolhedor sustenta a coerência e a consistência das parcerias estabelecidas entre a Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e essas OSCs comunitárias. Parcerias estas estabelecidas por convênio, um tipo de contrato originalmente estabelecido entre dois órgãos estatais e que, a partir da Constituição de 1988, é atribuído também para as OSCs devido a uma preocupação com a competência técnica-estrutural do SUS. No caso dessas organizações comunitárias, como o MSMCBJ, não há somente uma justificativa com relação à competência técnica, de firma pioneira, também se considera a competência ético/subjetiva dessas organizações comunitárias em uma lógica de humanização.

Um exemplo de como o aspecto ético/subjetivo interfere na estrutura visível é a forma que se dá o crescimento estrutural do MSMCBJ. A partir das demandas acolhidas e partilhadas primeiro na Terapia Comunitária, surgiram os demais projetos do Movimento: as mães falavam de sua preocupação, surge um grande projeto com as crianças; as crianças foram crescendo e a comunidade se preocupava com seu futuro, surgem projetos de educação e profissionalização para jovens; uma nova geração se preocupa com a falta de oportunidades no mercado de trabalho, surgem

projetos de cooperativas e assim por diante. Este aspecto já aparecia em estudos anteriores (GODOY *et al.*, 2012; SOUSA, 2017). Entretanto, estes estudos não consideram o papel de liderança carismática do Movimento nesse processo, de seu fundador, mas também daqueles que foram seguindo os passos do carisma que primeiro e de forma forte se manifestou nele e que passa a habitar o Movimento em si.

4.2.2 O caso da cogestão do Centro de Atenção Psicossocial Comunitário do Bom Jardim

Figura 9 – Convênio: composição a partir da vista aérea do Bom Jardim



Fonte: Arquivo pessoal.

Quando os entrevistados se reportam a um momento seminal, onde as coisas iam emergindo da população e ganhando intensidade. No entanto, entrevistas de pessoas de OSCs diferentes relatam um caminho natural rumo à institucionalização. Esta, dessa forma, surge tanto como uma forma de realização da potência do carisma, como uma exigência externa do poder arbóreo-estatal de que aquela atividade seja previsível e controlável:

Porque quando tudo começou nós recebíamos ajuda da Itália e da Alemanha, porque eu tinha amigos italianos e alemães, tinha um padre muito meu amigo que comprou esse terreno, esse sítio, aí vinha da Alemanha ver nossa administração. Aí foi assim que começaram a dizer: “Padre, mas você não pode continuar assim, você tem um trabalho enorme, e depois tem regras, você tá fazendo uma coisa caseira!” [...] aí começaram a questionar a gente e aí nós tivemos que começar a nos organizar, tinha os editais e nós tínhamos que nos escrever, dar um estatuto, dar um rosto de ONG pra ser reconhecido pelo governo, também o juizado começou a vir e nos questionar. Então, a ONG nasceu com a exigência de organização, mas nós nunca começamos com organização, nós começamos com o grito da vida e nós nos adaptamos e construímos aquilo que era para responder ao grito (ENTREVISTA LÍDER OSC PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA).

Para o MSMCBJ, o grande momento de intensificação da institucionalização começa quando se estabelece uma grande parceria na gestão do cuidado em saúde mental local, concordando com Godoy *et al.* (2012), há a passagem do trabalho prioritariamente voluntário e carismático, para um trabalho que passaria a dialogar com o organizacional e estatal:

E: Eu nem perguntei, agora que está me vindo na cabeça aqui, todo mundo coloca a fundação como 96, né?
 R: Sim.
 E: O que é que marca a fundação? Porque não é o CNPJ, né?
 R: Não. O CNPJ foi criado depois. É como eu estou te dizendo, a gente estava se formando ainda.
 E: E que que marca o aniversário do Movimento, que dia é?
 R: Acho que é 23... 23... formalmente, né, formalmente.
 E: Pois é, o que é que marca. Qual foi o acontecimento que “agora nasceu o Movimento”, qual foi?
 R: Eu não marquei essa data [risos] [...]
 E: Quando começou a Palhoça?
 R: Noventa e sete.
 E: No outro ano?
 R: É. Foi, porque, quando começou a gente já trabalhando aqui, o Pe. Rino conseguiu esse terreno pra comprar, uma pessoa da Itália que doou, né, e aí foi construído a palhoça e aquelas salinhas ali. Aí passou os grupos de Terapia Comunitária, de autoestima, Biodança também foi de noventa e seis. Que tinha uma voluntária, a Margarida que vinha e fazia.
 E: Tudo voluntário, né?
 R: Naquela época era tudo voluntário, tudo voluntário.
 E: Quando foi que começou as pessoas que eram profissionais.
 R: Profissionalização mesmo assim de... é... acho que eu, foi com o CAPS. Assim, de assinar a carteira, essas coisas.
 E: 2005?
 R: 2005 (ENTREVISTA FUNCIONÁRIA MSMCBJ).

Para Avritzer (2012), as OSCs brasileiras fizeram, ao longo do tempo, movimentos de aproximação e afastamento em relação ao Estado. Houve um primeiro período de aproximação em que o próprio Estado estimulava o associativismo na sociedade civil, mas de forma controlada por um poder disciplinar, momento que vai

desde o governo Getúlio Vargas, passando pelos governos militares. Já nos anos 1980 e 1990, as OSCs passaram a buscar autonomia, iniciando o movimento bem separado do Estado. A redemocratização do Brasil mudou esse panorama, fazendo com que as OSCs buscassem uma aproximação com o governo de forma a efetivar as pautas dos movimentos sociais democráticos nos quais elas se inserem. A avaliação deste movimento de aproximação é complexa e exige o contato com uma grande teia de relações que envolvem também elementos virtuais ao debate estabelecido dentro do Estado, entre eles a influência carismática.

Um exemplo dessa complexidade está na polêmica em torno da impopular reforma trabalhista, apontada com o fim da CLT, especialmente no que diz respeito ao contratado sobre o legislado, ou seja, a ordem das relações sobre a ordem estável do Estado. A este respeito, Betto (2006) relembra-se das pautas de um grande movimento sindical em que ele estava presente com Lula: “Como metas, o fim da CLT, contrato coletivo de trabalho e estabilidade no emprego [...] negociação direta entre empregados e patrões” (p. 60). Notas de um tempo em que um grupo da sociedade civil se sentia seguro porque não tinha medo da quebra do Estado e de todas as suas garantias, firme e acolhida na solidariedade dos companheiros e sua sociabilidade, o que mudava o rumo de sua política.

A relação do MSMCBJ com o Estado não foge dessa figura, acompanhando os movimentos políticos a nível nacional apontados por Avritzer (2012). As bases do MSMCBJ estão na luta por redemocratização e nas estratégias de cuidado que surgiram no seio dessa luta, por exemplo, a Terapia Comunitária, criada no Brasil dentro dessa conjuntura, e seguindo a linha de outras estratégias, como a Educação Popular de Paulo Freire, base para a construção do Movimento. Em 2005, o movimento amplia sua relação com o Estado a partir do crescimento da popularidade dos governos de esquerda, a partir da eleição de Lula em 2002. Nesse momento, como indica Godoy *et al.* (2012), há uma mudança no balanço carisma/burocracia dentro da estrutura dessa organização. Apesar da assertividade da parceria com o texto da política de saúde, ela não se deu com base na mensuração de eficiência e eficácia:

E: Como foi a chamada dessas propostas?

R: As pessoas simplesmente chegaram e entregaram as propostas.

E: Mas vocês abriram, divulgaram?

R: Não. Não precisou, as pessoas já estavam na campanha e quem chegou sabia que a gente tinha o compromisso de fazer uma rede e trouxeram as

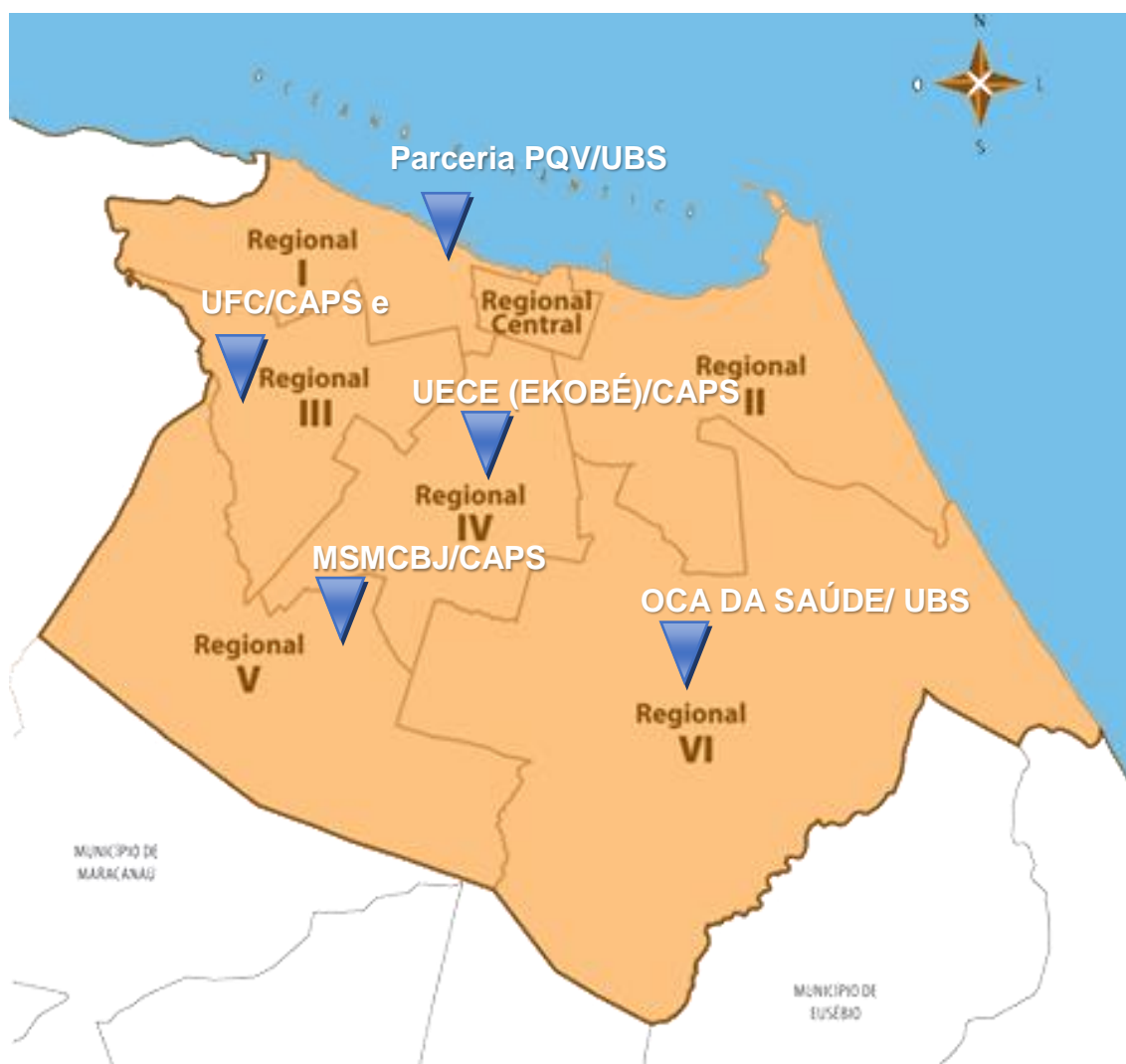
propostas. Aí, nós fizemos alguns debates, teve um debate no Bom Jardim, na oca lá. A gente foi lá, discutiu com eles a proposta que o Rino estava trazendo lá pro Movimento e, entre as propostas que o Movimento trazia, era uma proposta de parceria já, né (ENTREVISTA EX-GESTORA).

As relações pessoais e históricas das OSCs, especialmente dos seus fundadores e diretores, tiveram uma importância grande no estabelecimento dessa parceria. Traçando uma linha do tempo com base na colheita de dados, a proposta da parceria começou a ser desenhada ainda na gestão anterior de Luizianne Lins (2005-2012); foi oficializada, mas foi engavetada. Ela, na verdade, começa a ser estabelecida na campanha, quando um grupo de médicos psiquiatras, amigos, afeitos às práticas integrativas e com um histórico de envolvimento com os movimentos populares da Teologia da Libertação passam a debater juntos a Saúde Mental dentro da campanha eleitoral, de onde surge o compromisso de Implantação da Rede de Atenção Psicossocial que ainda estava em crescimento pelo país. Assim surge a iniciativa pioneira dos convênios de cogestão. Dessa maneira, esses líderes militantes da Reforma Psiquiátrica e suas OSCs se inseriram na saúde mental estatal de forma mais próxima, inclusive com a alocação de equipamentos de saúde de forma contígua aos prédios das OSCs.

Percebe-se o plano de gestão da saúde mental de Fortaleza nesta gestão através da parceria com essas OSCs, que já desenvolviam um trabalho de referência nas comunidades que se inseriam, potencializando o trabalho através da aproximação com equipamentos de saúde de cada Regional, onde a cogestão e a abertura de portas entre os prédios do governo e da OSC era o seu vínculo máximo.

Tal plano chegou a abarcar as Regionais mais populosas e mais pobres de Fortaleza, mas, para isso, incluía no plano aproximações de equipe e não de prédios, no caso da Regional IV e III, e de uma tentativa de criação de movimento comunitário de iniciativa do próprio governo com a equipe do Projeto Quatro Varas. Pode-se, então, visualizar esse plano:

Figura 10 – Parcerias comunitárias da Rede de Atenção Psicossocial de Fortaleza



Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível categorizar esses projetos de parceria em três tipos: aqueles realizados com OSCs já estabelecidas nas Regionais I e V; outros estabelecidos via universidades públicas, através de professores específicos e seus projetos dentro das universidades nas Regionais III e IV; e uma experiência mais ousada de tentativa de criação de um movimento comunitário, a Regional VI, na falta de um já existente para se estabelecer parceria.

Interessante notar que todos estas envolviam médicos, em grande parte psiquiatras, militantes da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica brasileira, que já realizavam trabalhos comunitários envolvendo Práticas Integrativas em Saúde (PICS), que, segundo a ex-gestora entrevistada, reuniram-se para propor um projeto

de política pública em saúde mental em Fortaleza em torno da campanha e governo Luizianne Lins.

No caso do MSMCBJ, a parceria estabelecida não era numa visão técnica biomédica que trabalha com a especialização e compartimentalização da saúde, mas englobava o Movimento como um todo, considerando que o trabalho na cultura, na educação, na profissionalização desenvolvidas pelo Movimento também diziam respeito à saúde:

Essa cogestão ela supria assim muitas, muitas coisas. A gente tinha alimentação, tinha o material didático, tudo[...] a compra dos móveis, a gente não quis comprar móveis, assim... porque a gente sabia que ia se acabar. Aí a gente comprou todos aqueles de madeira boa, até hoje os birôs continuam do mesmo jeito, os armários. Se não me engano é cedro, alguma coisa assim, boa mesmo que era pra nunca acabar[...] Aí geladeira, tudo isso a gente montou, a gente foi pro centro, foi muito interessante, porque os profissionais que iam atuar, né, a gente ia, fazia os orçamentos, não foram profissionais lá da administração da prefeitura, “vamos comprar isso tudo igual”, nós que fomos e organizamos tudo (ENTREVISTA FUNCIONÁRIA MSMCBJ).

Interessante que atores sociais entrevistados em comunidades diferentes indicam que uma característica particular dessa gestão municipal era uma política de aproximação com esses movimentos comunitários, indicando, senão uma aproximação histórica, pelo menos ideológica, com o mesmo tipo de movimento comunitário que atuou no desenho comunitário e humanizado da política de saúde a partir da Constituição de 1988. Por outro lado, também é muito recorrente o lamento pela interrupção desse diálogo a partir do governo Roberto Cláudio em outros locais que não os dessa parceria no campo da saúde. Em uma das entrevistas, esse tema aparece quando o entrevistado falava mais amplamente das parcerias com o Estado:

na prática muitas vezes entramos em choque porque estamos lutando pelos direitos dos pobres que estão sendo negados ou negligenciados pelo poder público. Então, basicamente é uma situação de oposição, mas teve momentos em que não era. Por exemplo, quando Luizianne Lins era prefeita ela dava valor ao trabalho das comunidades no sentido de criar cidadania e lutar pelos direitos e sempre nos recebia e a gente na época dela as reivindicações do povo de nossas comunidades eram sempre atendidas. Em outras administrações nem tanto, mas pelo menos para nós foi um período de ser reconhecidos e valorizados principalmente como movimento cívico e cidadania. O prefeito atual acho que tem um certo respeito, mas não temos a mesma aproximação ou o mesmo acesso e talvez as comunidades de base não tem muito peso em relação a ele[...] foi uma ilha. Geralmente é confronto (ENTREVISTA LÍDER LUXOU).

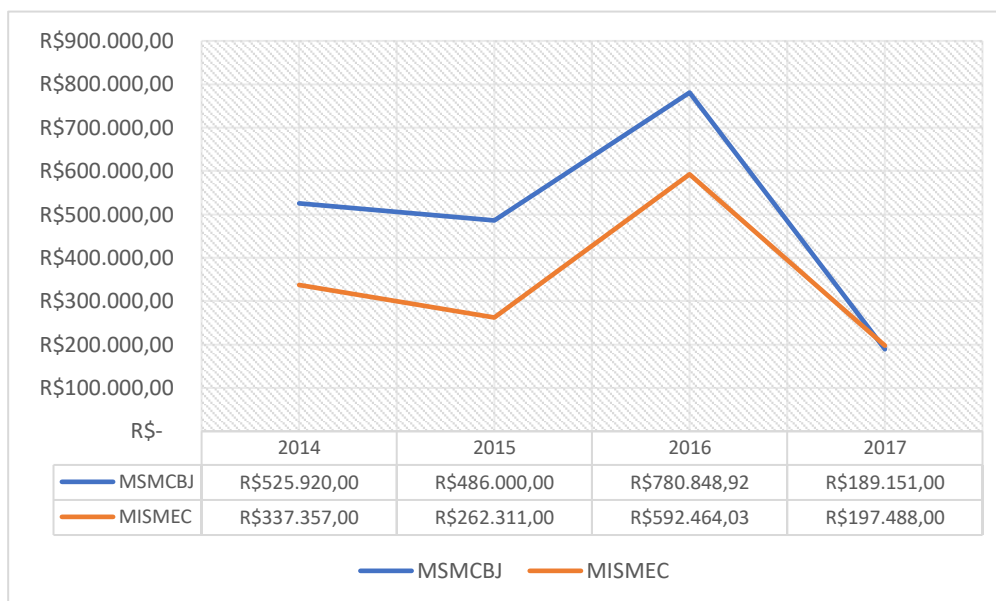
De forma resumida, os pontos indicados para justificar a piora de qualidade do governo de Roberto Cláudio são: essa falta de proximidade com a comunidade e escuta dos movimentos comunitários, suspensão dos convênios firmados para a gestão local da saúde, redução da abrangência dos convênios e rotatividade dos profissionais que provocam uma quebra de vínculo com a comunidade.

Os traços aqui mapeados se dão exatamente em um momento tenso dessa cogestão do CAPS. Em um dia, enquanto participava de um grupo, como de costume, “uma senhora entrou na Palhoça e buscou atravessar o portão que dava para o CAPS. “Tá fechado aí”. Perguntei porque o portão estava fechado: ‘Eles não renovam esse convênio, aí a gente decidiu fechar o portão’” (NOTA DE CAMPO). Depois ficou claro que o fechamento físico do portão não era por esse motivo, mas esse discurso mostra o fechamento relacional do momento. O convênio permaneceu um ano suspenso, sem uma posição quanto a sua renovação, um período que abrangeu exatamente esta pesquisa. Algum tempo depois, no Pirambu, funcionários de lá informam que o convênio de lá também estava suspenso, mostrando uma lógica de gestão com relação a todo esse projeto que envolvia vários atores sociais.

Em consulta no Portal da Transparência da Prefeitura de Fortaleza³⁹, percebe-se de fato uma queda vertiginosa no repasse para o MSMCBJ no ano de 2017:

³⁹ A série histórica aqui demonstrada se refere aos anos completos com dados disponíveis neste portal. Não há dados referentes a anos anteriores à 2014.

Gráfico 4 – Repasses da SMS de Fortaleza para o MSMCBJ e Projeto Quatro Varas (MISMEC)



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Fortaleza.

Percebe-se que há uma queda considerável no repasse desses convênios, porém o maior repasse do ano de 2016 mantém a média nos dois últimos anos (2016/2017) iguais aos dois primeiros anos (2014/2015) dessa série histórica. Nesta série histórica, a Secretaria Municipal de Saúde celebra dois convênios com o MSMCBJ: um em 2014, outro em 2016⁴⁰. Há um aumento de quase trezentos e noventa mil reais na verba destinada, porém, há diferenças consideráveis entre os convênios estabelecidos em 2014 com vigência até 2015, e o celebrado em 2016, que não inclui totalmente o ano de 2017. Dessa maneira, a queda no repasse em 2017 se dá pelo menor tempo de vigência e maior demora na renovação dos convênios na gestão Roberto Cláudio. Assim, ainda que o montante investido possa não ser uma mudança relevante, a descontinuidade se reflete na queda da estrutura dos equipamentos de saúde, como relatam os moradores locais:

“Aí não faltava nada, no refeitório, comida na cozinha, hoje em dia até gás a coordenadora teve que arrumar emprestado na outra regional [...] também já foi coordenadora, daí a L., também era uma boa coordenadora, ela saiu porque ela não tava mais aguentando” (ENTREVISTA MORADORA).

⁴⁰ Há um convênio com menos valor de repasse ano de 2014, mas que se desconsidera aqui na comparação por motivos didáticos.

Este mesmo período em 2017 não é tenso somente em termos financeiros, mas em termos de gestão. Um ponto importante na cogestão do CAPS é o acordo de que o cargo de coordenação desse equipamento é indicado pelo MSMCBJ, uma lógica de que o Movimento representa a saúde mental para a comunidade do Bom Jardim estabelecida na gestão Luizianne Lins.

A indicação do coordenador era uma estratégia importante para manter o CAPS, da forma como ele é chamado: CAPS Comunitário do Bom Jardim. Nesse mesmo período em que há uma quebra da regularidade financeira ,há também uma quebra nesse modelo de gestão, sendo demitida uma coordenação indicada pelo MSMCBJ e colocada outra indicada por uma nova Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde:

E: Porque você falou assim, que tem profissionais que estão aumentando essa separação entre as duas instituições.

R: Por exemplo... num sei o que que leva, né, num sei... da nossa parte nem tanto, a gente sente mais de lá pra cá. Agora não estou vendo muito isso, mas na época que eu fui... o momento da saída, a questão do coordenador que entrou depois de mim. Pense num negócio meio... sabe?! A gente dizia uma coisa, quando chegava lá era outra coisa, que estava interpretando de outra forma [...] Um coordenador que não, acho que ele, ele... criava também, né [...] a gente chamava ele pra ir almoçar lá, pra ver se ele se integrava, ele não ia. Sabe, ele vinha muito... o que a coordenação... que agora já saiu também, né.

E: Que era a coordenação da saúde mental.

R: Era. Ele estava muito ligado a elas.

E: Que era a coordenação da saúde mental do município?

R: Era. Que agora já é outra. Passou uma, passou nem um mês e agora já é outra [...]

E: Aí, tu sabe porque foi que mudou de novo? Tem alguma ideia?

R: Porque que mudou ele?

E: É. Porque que voltou pra alguém mais íntimo?

R: [risos] Posso falar?

E: Tu quer que eu desligue?

R: Anham (ENTREVISTA EX-GESTORA CAPS).

Esse fato não atingiu somente os cargos de gestão, todos os tipos de grupos entrevistados indicam que a partir da gestão Roberto Cláudio passou a haver uma maior rotatividade em todos os cargos, desde a coordenação até os serviços gerais. Por outro lado, indicam que durante a gestão Luizianne Lins havia menos mudanças na equipe. Nas entrevistas, as pessoas lembram os nomes dos profissionais da antiga gestão, enquanto o da atual conhecem somente alguns, e muitos destes já são lembrados como imagens do passado dado a rotatividade:

Os profissionais um dia tá, mas noutro dia não tão! Porque terceirizado é assim, passa um mês, dois meses [...] Porque na época da Luizianne eles eram contratados pela prefeitura diretamente, né? Todos os anos eles renovavam, um negócio aí que eu não entendo, sabe? Era a N., a psicóloga, era a T., era um bocado de gente, sabe? Nesse tempo aí tinha gente [...] Tinha mais profissional e era tudo conhecido, macho (ENTREVISTA MORADORA).

Neste novo cenário contemporâneo, há uma mudança no muro do convênio, naquilo que une e separa as instituições do Estado e da sociedade civil da gestão Luizianne para a gestão Roberto Cláudio. No primeiro projeto há a criação de um espaço virtual da cogestão. Espaço de disputa? Sim, exatamente por isso virtual: “A prefeitura dava mais” (ENTREVISTA FUNCIONÁRIO MSMCBJ), “nós fazemos tanto para a prefeitura” (ENTREVISTA EX-GESTORA); “o governo atrasa” (ENTREVISTA FUNCIONÁRIO MSMCBJ), “teve um problema na prestação de contas” (ENTREVISTA EX-GESTORA). Disputas onde é possível que não haja inocentes nem culpados, ou talvez os dois. Entretanto, as pessoas que participaram desta pesquisa, resolvem essa questão da dualidade compondo um conceito de convênio como um território virtual comum.

O pacto virtual territorializa e desterritorializa o espaço num movimento simultâneo. Há os territórios simbólicos de cada lado, mas estes se colocam também fora disso a partir do território simbólico do convênio:

Mas a ideia é não ter muro [...] a ideia é fazer uma cogestão, se é cogestão, tem competências da Oca lá do Pirambu, tem competências da Atenção Básica, tem que fazer, assim, uma capilaridade, da mesma forma o do Bom Jardim, agora, dependendo da gestão, você tem ou não tem muros, né, isso é muito relativo. Mas a ideia de cogestão que a gente trabalhava não era pra ter muro [...] toda aquela área era utilizada pelo convênio. No convênio estava claro: aquela área toda era do convênio (ENTREVISTA EX-GESTORA).

O terreno e os prédios podem ser do MSMCBJ, mas ao se celebrar a cogestão nesses termos, ele também passa ser do convênio, essa terra de ninguém e de todos ao mesmo tempo.

Em 2017, o que ocorre é que não há essa percepção a partir da gestão municipal, e o muro entre os dois órgãos, que antes parecia mais com o atestado da permeabilidade, passa a ser o atestado da divisão. Se a estratégia do SUS é a humanização pelo acolhimento, que textualmente nessa política envolve o compartilhamento da gestão em todos os níveis numa postura ética de desapego do seu lugar e abertura à virtualidade do encontro com o outro, uma lógica de gestão de

compartimentação, de produção de saúde em série, abala as estruturas desse tipo de parceria.

No entanto, como dito aqui antes, é ilusório perceber esse território virtual de um convênio como um campo de paz, é um campo de guerra, de rizomas, e não só por parte da OSC. Vale lembrar que não há avaliação moral quando se fala em rizomas, logo, quando se fala em rizoma não se trata de algo com uma aura de santidade, algo que está do lado dos pobres.

No caso da cogestão do CAPS do Bom Jardim, tanto o estabelecimento da parceria como sua suspensão envolvem rizomas que perpassam a estrutura institucional do Estado. Os contratos e normas tentam tornar tudo controlável e estável, mas há uma grande complexidade de coisas não institucionais que envolvem a celebração e a suspensão das parcerias: jogos políticos, amizades e inimizades, articulações de todos os tipos estão envolvidas, especialmente quando se trata de uma parceria tão longa e que se pretende permanente.

Assim, da mesma forma que junção de instituições em um convênio desse tipo se espalha por toda a teia de complexidades rizomáticas, a divisão passa a aparecer não só entre as instituições, mas se espalha por todos os lados, logicamente também na relação entre a população e o serviço de saúde.

Essa lógica se reflete, por exemplo, em uma política de rotatividade e terceirização, e, daí, em vínculos emocionais entre as pessoas. Que o leitor permita a citação mais longa, mas útil para a construção dessa imagem:

Ela estava sentada na grande mesa de refeições cortando cascas de laranja. A outra mulher mais uma vez me olhava estranho, com cara de raiva, a boca e os olhos [...] andava para um lado e para o outro e batia as portas da cozinha com força sem girar os trincos [...] Dizia ela que está ali desde o começo do CAPS e da cogestão, teve só um momento que ela saiu, na atual gestão, quando ela passou para a empresa que faz os serviços de limpeza para os equipamentos de saúde a partir da gestão Roberto Cláudio. Disse que, apesar de toda sua história com aquele espaço, foi logo enviada para o rodízio nos equipamentos, como todos os funcionários dessa empresa. Foi mandada para a UPA da mesma regional, segundo ela, um momento muito triste. Consegui voltar quando uma profissional da antiga gestão voltou brevemente para a coordenação do CAPS: “Aperriava ela todo dia, até que ela conseguiu trazer eu pra cá de novo. Sou muito grata a ela. Ave Maria! Se não fosse ela eu ainda estaria por lá”, disse.

No meio da conversa uma senhora que passava por ali falou com ela gritando, era sobre algumas ervas. Fiquei interessado, pensando que fosse algum tipo de fitoterapia, mas ela explicou que ela vendia ervas que plantava em casa e que tinha combinado de comprar com ela. Tu conhece todo mundo aqui, né?”, perguntei. Ela respondeu afirmativamente e falou de sua relação amistosa com os pacientes e suas famílias. No meio disso falou que era atriz nas horas vagas, inclusive recentemente atuou como Maria em uma via sacra nas ruas

da comunidade, também que já havia atuado em muitas peças com os pacientes do CAPS [...] Disse que sempre quis fazer teatro, era algo que queria desde de criança, foi quando o Movimento ofereceu aulas de teatro na Palhoça para os pacientes. Queria muito participar, como era perto do final do expediente, pediu para a coordenadora da época se ela poderia libera-la para participar das aulas, a coordenadora achou uma ótima ideia, assim ela passou a ser atriz, como pode se aproximar mais daquelas pessoas para quem trabalhava [...] Em dado momento, mais para início da conversa, a moça raivosa sentou conosco [...] Ela não falou nada e continuou com a mesma cara de raiva. Abriu a boca quando a moça simpática falava da mudança nos seus vínculos empregatícios. Dizia ela que antes era contratada para trabalhar no Movimento. “Não! Você é pra trabalhar é daqui!”, interrompeu aquela raivosa [...] “Assim, eu limpo lá porque os pacientes usam lá, né. Se eles usam a gente tem que limpar”, respondeu. A outra bufou e continuou discordando, mas não rebateu esse argumento: “Mas você vai porque quer!”, disse se indispondo à discussão [...] “E você”, perguntei à raivosa. “Eu ajudo aqui dois dias só, ela que está aqui todos os dias”, respondeu [...] “Mas você fica aqui direto?”, falei me dirigindo à simpática. “Eu, é” [...] Parece que aquela mesma coordenadora em seu breve retorno à coordenação conseguiu uma exceção no regime da empresa terceirizada para ela, considerando o seu tempo de casa e sua relação afetiva com o equipamento (NOTA DE CAMPO).

Vale ressaltar que a Política de Humanização visa a criação de uma realidade onde “Todo usuário do SUS saberá quem são os profissionais que cuidam de sua saúde, e os serviços de saúde se responsabilizarão por sua referência territorial” (BRASIL, 2004, p. 10).

Dessa maneira, o rompimento do vínculo profissional mina essa consistência, mas o afeto proporcionado pelo acolhimento faz com que o ser busque táticas de realização da sua potência. Neste sentido, essas pessoas que trabalham no CAPS são convidadas para participar dos almoços do Movimento, entrar na casa, talvez fazer parte do Movimento. Num desses almoços estava lá o novo médico do CAPS, logo ouve-se um grito de alegria: “Oh! Ele veio!”; noutro um estrangeiro combinando uma nova coisa com a diretoria do Movimento, uma nova prática, uma nova técnica; noutro um pesquisador; e assim são os dias por lá.

Tendo em vista tudo isso, percebe-se que, embora a parceria tenha sido renovada, em muitos aspectos com termos semelhantes, a configuração do muro não é a mesma. Não é a mesma subjetividade e não é a mesma produção de subjetividade, daí as concepções de todo o entorno vão ficando diferentes e estranhas. Assim, que a avaliação constante desse aspecto subjetivo é necessária, visando sempre a consciência dos envolvidos nos caminhos de produção que estão tomando em parceria.

Há uma história que fala sobre muros, interessante para se perceber esse tipo de processo: diz essa história que um uruguaio morava em quarto feito de latas em um belo terreno, em cima de um penhasco, à beira do Atlântico, onde recebia, entre outros amigos, um brasileiro. Este, sempre curioso com a estranha casa que o amigo dizia que iria construir com suas próprias mãos, assim como os passarinhos fazem com seus bicos. Mas, toda vez que chegava à casa, encontrava a casa do amigo sempre por fazer. Foi quando construiu a casa de uma vez com um poema:

Era uma casa muito engraçada
 Não tinha teto, não tinha nada
 Ninguém podia entrar nela, não
 Porque na casa não tinha chão
 Ninguém podia dormir na rede
 Porque na casa não tinha parede
 Ninguém podia fazer pipi
 Porque penico não tinha ali
 Mas era feita com muito esmero
 Na rua dos bobos número zero⁴¹

Com o tempo e com a força da potência do uruguaio, a casa foi crescendo também fisicamente, toda feita a mão, até ficar como aparece abaixo.

Figura 13 – *Casapueblo* de Carlos Vilaró



Fonte: <<http://destinoliberdade.com/museo-casapueblo-em-punta-ballena-uy/>>.

⁴¹ MORAES, Vinicius de. La Casa. Intérprete: Moraes, Vinicius de. *In*: MORAES, Vinicius de. **Nossa Filha Gabriela**. Rio de Janeiro: Universal Music Oy, 1972. Faixa 7.

Chama-se *Casapueblo* (Casa do Povo)⁴². Hoje essa casa é um complexo turístico com um resort, um museu, restaurante, entre outras coisas. Com alguns dólares qualquer um pode habitar por alguns dias nessa *Casa do Povo*.

É possível que, enquanto ia sendo construída à mão pelo seu autor, a casa realmente não tivesse muros, não tivesse nada, daí seu crescimento para todos os lados. Será que hoje ela ainda não tem paredes?

Será que ainda tem potência para se construir? Essa é a pergunta-resposta construída desta cartografia.

⁴² Sobre a relação entre a Casapueblo de Vilaró e Vinícius de Moraes, ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/folhinha/2013/10/1358732-casa-muito-engracada-da-musica-de-vinicius-de-moraes-existe-de-verdade.shtml>>.

5 RETICÊNCIAS DE UM PROCESSO CARTOGRÁFICO

Recentemente um ministro do Supremo Tribunal Federal disse em debate com juristas do país: “Não tem um projeto nacional, da direita ou da esquerda. Tem pessoas. Infelizmente continuamos tendo (só) pessoas”⁴³, em seguida defende a abertura do processo eleitoral para pessoas idealistas, ou seja, que tenham não só um projeto, mas um reconhecimento popular, pessoas que despertem comunidade.

De forma paradoxal, nessa mesma fala, ele exalta o empirismo, mas destaca sua escolha de não ir para o empirismo de um mestrado, exaltando seu crescimento como advogado em meio aos movimentos populares, o que, ao cargo maior do judiciário, alto interior do Estado. Foi em cursos semelhantes que as OSCs comunitárias adentraram no Estado. O que esses movimentos pareciam não esperar era que o Estado brasileiro continuasse com o seu afã de palco de disputa de elites, mesmo com a ascensão de governos de esquerda.

Embora a Política de Fomento e Colaboração vise um princípio de justiça e de inclusão com sua perspectiva de eficiência e eficácia, o mapa aqui traçado mostra que a própria noção de eficiência e eficácia já pode não ser uma inclusão, uma vez que isto diz respeito à uma racionalidade própria do Estado, que é ser eficiente e eficaz dentro de uma lógica racional gerencialista, tradicional de um Estado elitista. Às vezes é preciso largar boa parte daquilo da potência para adentrar nesse jogo da eficiência e eficácia.

Também fica claro aqui que nesse estado rizomático, cada vez mais atuante na pós-modernidade, há o discurso empírico, mas reina as linhas de fuga do “jeitinho brasileiro”. Não se coloca esse jeito brasileiro aqui numa perspectiva moral, o bom ou mau, isso vai de acordo com a performance feita, afetos provocados e ações que se decide tomar. O “jeitinho brasileiro” é um rizoma brasileiro. A questão é que, dentro do Estado, só há jeitinho para “a elite do atraso”, como nomeia Jessé Souza⁴⁴, mas pouco jeito para lidar com os pobres, as maiorias do país.

A experiência aqui analisada parece indicar que durante a ascensão do Partido dos Trabalhadores, em um jeitinho aqui e ali no Estado, abriu-se uma pequena

⁴³ Ministro Dias Toffoli, em comunicação oral em debate da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,qual-e-o-projeto-do-pt-dem-psdb-questiona-toffoli,70002201092>>.

⁴⁴ Referência ao *best seller* A Elite do Atraso: SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

porta para essas maiorias: “Ah, mas as pessoas dessa esquerda em ascensão também se tornaram elite com o poder estatal?”. Para muitos parece que sim, mas talvez seja precipitado generalizar. De qualquer modo, só a pergunta já é demasiado pesada para quem constrói uma carreira embasada no cristal da pureza moral, mais ainda quando surge a imagem da mesma corrupção de sempre naqueles imantados de pureza pela mídia.

Nesse ínterim, a porta dos pobres no Estado vai aos poucos se fechando hoje em dia, e com ela morre toda a utopia de nação. Assiste-se no Brasil à morte da utopia de Estado. Não à toa as imagens distópicas correm soltas. Há vários caminhos para a montagem imaginária de um “The Walking Dead”⁴⁵ brasileiro: um surto de doenças que o Estado não é capaz de combater com seu sistema de saúde, o encarceramento dos cidadãos nas suas casas pelo crime, uma guerra civil entre e contra facções criminosas, entre outros. Situações mais iminentes para os pobres que para aqueles que mais espalham o medo: a classe média e os ricos.

É o Estado dos indivíduos que só reclamam seus direitos e não se percebem como construtores da noção de Estado, simplesmente os basta pagar impostos, no sentido que não se faz neste trabalho um louvor à pós-modernidade, simplesmente a realidade é assim. A pós-modernidade é construída com pedaços de imagem da modernidade, daí o nome “modernidade” ainda estar presente.

Há no coração deste trabalho uma crítica aos louvores tanto modernos, como pós-modernos, entre eles os próprios cientistas que trabalham o tema sem o contato afetivo com o “lixo ocidental”, como dito aqui antes, não só do Sul, mas de toda uma grande faixa mundial em torno da linha do Equador. Pós-modernismo é o paraíso dos indivíduos e o inferno das comunidades, como deixa claro Zygmunt Bauman (2003).

Na realidade das favelas que esta pesquisa adentrou, não há a plenitude desse indivíduo europeu, classe média, cidadão, cheio de direitos, buscando exílio do lixo em paraísos europeus ou desertos tropicais. A sina das pessoas nesses locais é encontrar um local para viver, tanto estrutural como simbólico: uma igreja, um time de futebol, uma facção e também uma OSC comunitária, que guardam relações com estes outros tipos de sociabilidades. No entanto, todas estas aparecem como

⁴⁵ Série distópica que apresente um futuro dominado pela selvageria entre humanos e zumbis: WALKING Dead. Direção: Frank Darabont. Produção: Jolly Dale; Caleb Womble; Paul Gadd; Haether Bellson. Nova Iorque: AMC, 2010 – presente.

estranhas para o projeto de indivíduo do Estado, que estabelece relações com estes ainda mais próximos do controle e da disciplina.

Mesmo com a tentativa brasileira de inserir a comunidade como estrutura do Estado durante a redemocratização, na prática, essa forma de vida passa a ser subjugada ao indivíduo. Mesmo a família, léxico um tanto comum entre Estado e favela, é algo que vai se transformando em formas irreconhecíveis pelo Estado na realidade da pobreza, ou se quebrando e dando espaço para outros tipos de comunidade, nem sempre afeitas às formas estatais.

Tomando-se como base o sentido etimológico de u-topia, o não lugar, ou o lugar imaginado, na favela ela ainda vive, só não há mais a nação na utopia, é micro, a pessoa e os seus. As OSCs comunitárias seguem esse mesmo fluxo da utopia micropolítica. Dessa forma, vê-se aqui que a pós-modernidade brasileira não se trata da perda do conceito de “uno”, eles mesmos é que formam a diversidade, o problema é um Estado que se propõe como “o Uno”, hegemônico e global. Se o conceito de Estado pode, de fato, encarar esse tipo de diversidade, é alvo de pesquisas adiante. Sugere-se, através deste estudo, que mais que um conceito de guerra, antagonismo, dualidade, há um desdobramento da realidade estatal, uma poética, um isso e aquilo do devir.

É interessante notar como a história de institucionalização, ou seja, de inserção no Estado dessas OSCs, acompanham a história do movimento de esquerda no Brasil. Não se diz isso aqui num sentido de conluio, mas de movimento rizomático, devir, evoluções paralelas, mas cheias de linhas de fuga entre si.

Tanto os políticos como os fundadores de OSC se engajaram na utopia de Estado, no devir carisma-política desse movimento no Brasil. No entanto, uns tomaram linhas mais políticas, outros mais carismáticas, e a partir dos anos 2000 estes voltam a se encontrar, alinhando-se, pondo o assunto em dia, como amigos que foram morar longe um do outro e que testam a reaproximação a partir de um encontro.

As OSCs comunitárias reencontram o Estado, mas logo o Estado volta a se afastar, ou pior, se torna um patrão mais que um parceiro. Desacreditadas do Estado, as OSCs buscam sua sobrevivência, alimentar a imagem de um desenvolvimento local, a forte preocupação com a autossustentabilidade da organização, já que que essa vai ajudar a sustentar as pessoas do local.

O carisma está ligado à utopia e a utopia precisa de um estrangeiro que conte uma história de terras distantes mais reais. É preciso um apelo real, forte para

criar um afeto real e presente para que se engaje, uma utopia. O próprio termo utopia surge em Thomas More, quando este ouviu um viajante falar do paraíso que encontrou em uma viagem às Américas⁴⁶. Os fundadores das OSCs aqui estudadas são profetas-contadores de imagens de terras estrangeiras. E um bom contador precisa de carisma, e este não é construído só com *em-patia* (sentir o outro em si), há também a *sim-patia* (ser com o outro).

A empatia cria uma ponte, mas mantém cada um em seu lugar, a simpatia cria um tipo de união sem quebrar a diferença, a empatia é um “eu reconheço você”, mas a simpatia é um “eu também sou você”. Esse tipo de união carismática-simpática é uma estética brasileira, mas a racionalidade moderna criou uma aversão à simpatia, uma antipatia, não sem razão, diante da experiência de simpatizantes de Estados totalizantes. O máximo que se pode reconhecer oficialmente é a empatia, mas a simpatia é o elã vital de uma comunidade. Se quiser ser comunitário, há de se ser mais simpático. É como a arte dos contadores e cordelistas nordestinos como Jessier Quirino, que transitam entre a cidade e o sertão, fronteira, mestiço, no sentido sincrético, um e outro⁴⁷.

Assim, o Estado, quando faz parcerias hoje com as OSCs, com seus profetas contadores, busca deixar de fora da parceria algo estruturante daquela comunidade, o carisma, a simpatia, embora seja algo que busque para si com a Política de Fomento e Colaboração. Sem esse reconhecimento do carisma, a OSC se sente obrigada a ser menos simpática e assumir mais a função de Estado, às vezes ser menos comunitária e mais empresarial, enquanto o Estado não parece fazer uma recíproca.

Não dá para julgar de todo o Estado por isso. Segue-se aqui a pista de Deleuze e Parnet (1998), quando defendem que as conclusões sejam mais construção de questões para se continuar um caminho do que respostas. Há razões para temer a simpatia, mas não de todo tipo, nem toda simpatia e carisma é dominação, como pensava Weber. É provável que esteja nessa reflexão algum caminho para a atual crise do Estado, se é que ele tem algum interesse verdadeiro

⁴⁶ MORE, Thomas. Utopia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

⁴⁷ Aconselha-se aqui a degustação dessa simpatia em através da história “O matuto no cinema”, contada no Programa Sr. Brasil da Tv Cultura em 25 de maio de 2008: <<https://www.youtube.com/watch?v=sB2qYX0NdA0>>.

em alguma nova forma de sociabilidade, “um novo acordo com a sociedade civil”, um religar de sua árvore ao rizoma.

No caso da gestão da Rede de Atenção Psicossocial, a avaliação geral daqueles que compuseram esta cartografia é de que o Estado é tão antipático quanto a cara de desdém de algumas atendentes do CAPS desenhada pelos moradores entrevistados. O Estado é distante mesmo quando está em um equipamento dentro da comunidade. Por outro lado, as OSCs, mesmo estando em parceria com esse mesmo Estado criticado, têm uma visão positiva, talvez um tanto mais distante que outrora, dentro da percepção dos moradores.

As parcerias estabelecidas para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial de Fortaleza foram um ícone de um projeto político de parceria entre Estado e OSC bem característico de um governo, a cogestão. No novo marco regulatório da Política de Fomento e Colaboração há uma qualificação dos tipos de parceria apenas do ponto de vista do que o Estado cede: se dá dinheiro ou não, se a OSC entra para cumprir uma política. Este trabalho mostra a necessidade de que as parcerias tensionem a forma de funcionar dos dois lados, realmente o que uma parceria sugere, uma relação de iguais, podendo esta dar alguma potência ao Estado, um devir-Estado.

A frase de um dos fundadores entrevistados apresenta-se como uma voz comum: “nós [as organizações] temos o poder de carismatizar o Estado”, “sem isso ele é um corpo sem alma”. É uma voz comum com a própria Constituição de 1988, especialmente com a política de saúde, que teve uma vanguarda na criação de estruturas participativas, como os conselhos e conferências, que se espalham em todas as outras políticas, entre elas a própria Política de Fomento e Colaboração.

Entretanto, só ter o espaço no Estado para a participação não é suficiente, uma vez que o estado é incapaz de garantir uma ética de abertura à comunidade. É preciso participar da política antes desses espaços, que, como bem ensinou os movimentos populares nos quais se embasaram as OSCs aqui estudadas, trata-se de participar de forma integral da solução dos problemas da comunidade ao seu redor. Na verdade, esse próprio engajamento é o que constitui uma comunidade. O aspecto comunitário, então, é fundamental para a efetivação dos atuais direitos da constituição brasileira.

O que se percebeu aqui é que o carisma em torno dessas OSCs dá consistência e resiliência à uma comunidade, esteja ela representada por uma OSC

ou não. No entanto, as OSCs comunitárias são uma forma de mediação para o carisma entrar em contato com o Estado, uma vez que este precisa de instituições para entrar em parceria.

A construção da RAPS de Fortaleza, na gestão da ex-prefeita Luizianne Lins, traçou uma proposta neste sentido, como salientou a ex-gestora entrevistada: “A ideia era potencializar o que já existia”. Porém, a abertura que esta gestão criava não foi seguida pela gestão do atual prefeito, Roberto Cláudio, como foi exemplificado neste trabalho. A crise financeira encarada pela gestão do referido prefeito poderia ser um aspecto explicativo, mas como mostrado aqui, não foi o aspecto preponderante, sendo destacado na avaliação aqui feita em relação à mudança na gestão da saúde com a suspensão na política de cogestão, independente das condições financeiras.

É interessante perceber como o MSMCBJ contempla, em seu escopo, os três tipos de parcerias propostos pelo MROSC: fomento, colaboração e cooperação⁴⁸. Do ponto de vista legal – embora considerando a recente vigência do MROSC –, nenhum destes estão sendo firmados através dos termos do novo marco regulatório. No caso da cogestão do CAPS, trata-se de um velho problema para os marcos regulatórios, que é a prescrição do convênio com as OSCs dentro da constituição, especialmente no que se refere à saúde.

Entretanto, devido ao próprio fim original do convênio, que era estabelecer parcerias entre estatais, este aproxima as organizações conveniadas da política de governo de forma mais intensa e resiliente, especialmente quando se trata de uma cogestão. Esta prática, embora se apresente como rara no universo das OSC comunitárias, é algo comum e cada vez mais praticado, porém mais voltado para um tipo de OSC empresarial ou profissional (conforme o espectro semântico apresentado no Gráfico 2).

Assim, há uma discussão complexa em torno dos convênios. Por um lado, em algumas gestões vinculadas à OSCs de um tipo empresarial, podem apresentar um distanciamento do caráter comunitário e da visão de saúde integral presente no SUS (GOYA, 2017), por outro, podem ajudar no viés constitucional de participação da sociedade civil, quando se ligam à uma OSC comunitária, como no caso do MSMCBJ.

⁴⁸ Lembra-se que a delimitação destes três termos se encontra na página 36 deste trabalho.

No caso da cogestão do CAPS aqui mapeada, o convênio se manteve exatamente pela representatividade social construída com o carisma do MSMCBJ diante da população, representatividade esta que o próprio convênio ajudou muito a construir quando estabelecido na gestão Luizianne Lins. Assim, o convênio criou um legado simbólico de uma gestão, através da intensificação da potência de uma OSC comunitária. Este aspecto é notável quando, com o insucesso de uma tentativa de rompimento da cogestão, o CAPS passa a ser mal avaliado pelos moradores com quem se entrou em contato neste mapa e, com a retomada da cogestão, com um novo convênio no início de 2018, mudou novamente essa percepção, renovando a esperança na política pública que o CAPS representa.

Vale ressaltar aqui algumas estratégias criadoras de resiliência na gestão Luizianne Lins. Primeiro, uma renovação do convênio no final do mandato, fazendo o que este se estendesse até os primeiros anos da gestão seguinte. Também, algo que parece um detalhe, simbólico e, exatamente por ser simbólico, forte, mexe com a consciência e com o inconsciente coletivo da comunidade: a porta no muro.

Uma porta estética, físico-imagética. Talvez não haja nada mais antipático em uma construção do que um muro onde antes havia uma porta. Uma porta transverte um muro, o simpatiza. A junção física criada com equipamentos do Estado, tanto com o MSMCBJ, como com o Projeto Quatro Varas, criou uma estrutura que também une a própria concepção diferenciada desses equipamentos de governo. Essa mesma lógica se dá no batismo desse CAPS como “comunitário”, que, no mapa aqui traçado, poderia se chamar “CAPS carismatizado do Bom Jardim”.

Há, dessa maneira, uma complexificação em torno das parcerias, muitas vezes apontadas como parte da terceirização e da falência das políticas públicas no Brasil, como sugerido pelo próprio campo cartografado. Um aspecto aqui apontado como importante para a avaliação dessas parcerias está na generalização do termo OSC pela própria política, sendo necessário entender os tipos de OSC (comunitárias ou empresariais), com quais tipos os governos fazem parceria e que tipo de parceria. Estes termos avaliativos podem ser de grande valia para o desenvolvimento da Política de Fomento e Colaboração.

No âmbito da criação de uma política comunitária, os dados deste estudo apontam que há OSCs envolvidas na contratação de profissionais, especialmente os de nível superior, que em nada contribuem, nem para a gestão comunitária, sendo um órgão invisível no campo, sem poder decisório na gestão, a não ser o de cumprir os

contratos temporários que os governos os chamam a cumprir. Ou seja, um atravessador, quase sem atuação política, amoral, numa “inocência” semelhante ao caso Eichman⁴⁹, com um apelo de quem diz “eu só cumpro ordens”. Dessa forma, não parece contribuir para a avaliação das parcerias o fato das OSCs comunitárias e empresárias estarem em num mesmo pacote de dados.

Ainda com base nisso, fica claro a importância de avaliações qualitativas das parcerias, abrindo a questão se as parcerias e quais tipos de parceria valem a pena, não só no sentido eficácia do contrato estabelecido, mas no âmbito dos objetivos subjetivos das políticas, como é o caso da gestão comunitária para a política brasileira de saúde. Também se salienta o valor de avaliações pós: pós-modernas, pós-construtivistas, pós-estruturalistas; capazes de trazer elementos de fora, de diversas perspectivas, fora da própria racionalidade do Estado, uma possibilidade de incluir na avaliação e análise a potência de elementos virtuais, invisíveis, a racionalidade estatal e da ciência moderna.

O contato com outras racionalidades torna-se importante quando se considera que os pobres funcionam em outra realidade e que eles são a grande questão política do Estado. Um aspecto fundamental é trocar a pergunta do “O que fazer com eles?”, para simplesmente estar com eles e daí ver o que dá. Esta parece ter sido uma aposta acertada dessas OSCs comunitárias, o problema está exatamente nas parcerias tensionarem estas a irem para a lógica do Estado, o que implica no velho problema da ética, aspecto muito difícil de ser avaliado.

Há algumas indicações de que o MSMCBJ se distanciou um pouco da comunidade com a aproximação do Estado, mas não será isso um movimento para trazer mais para o povo do Bom Jardim, ou simplesmente para o Movimento? É aí que a avaliação tem que ser uma prática constante, não só como Estado Avaliador, mas como sociedade avaliadora, e também havendo uma variedade nos tipos de avaliação.

De todo modo, é preciso que a avaliação esteja consciente de seu papel de construtora da própria política. Na perspectiva aqui adotada se propõe o uso da avaliação como forma das comunidades construírem a realidade social. Independente de para onde vai a mudança, o importante é estar aberto à mudança. Se o modelo moderno de Estado está falindo e suas utopias já não têm força, aqui se vê que ainda

⁴⁹ Referência à análise da judia Hannah Arendt sobre a *banalidade do mal* durante o julgamento do tenente-coronel Adolf Eichman, acusado da morte de centenas de judeus.

há pequenas utopias comunitárias que movem as pessoas politicamente, só resta saber se o Estado vai ao seu encontro ou vai insistir em controlá-las e lutar contra elas. Resta, então, apenas dizer que

No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais
No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais

Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem novo
Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer⁵⁰.

⁵⁰ BECHIOR. *Velha Roupa Colorida*. Intérprete: Belchior. *In*: BELCHIOR. **Alucinação**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976. 1 LP. Lado A. Faixa 2.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção Referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 648-663, 2007.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 3. reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2014, v. I, p. 131-149.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed, 2009.

AQUINO, R. S. L. D. *et al.* **Sociedade brasileira: uma história a partir dos movimentos sociais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ARAÚJO, I. M. M.; NASCIMENTO, D. F. D. Movimentos populares em saúde e a reforma sanitária brasileira: saúde e subversão na Paraíba nos anos 70 e 80. **Tempus**, actas de saúde coletiva, Brasília, v. 8, p. 11-25, jun 2014. Disponível em: <http://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1510>. Acesso em: 17 nov. 2017.

AVRITZER, L. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, p. 383-398, nov 2012.

BACH, M. Carisma e racionalismo na sociologia de Weber. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, p. 51-70, junho 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752011000100051. Acesso em: 12 jan. 2018.

BARRETO, A. **Projeto Quatro Varas**/Adalberto Barreto/TEDx Fortaleza. TED Talks. Fortaleza, set. 2016. Palestra concedida ao TED Talks.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, v. I, 2014. p. 52-75.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BETTO, F. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BLANES, R. L. O líder é o profeta, o profeta é o líder: continuidades e descontinuidades da liderança carismática no contexto angolano. **Anthropológicas**, Recife, v. 25(1), p. 107-127, 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/viewFile/373/254>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BOFF, L. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. 9 ago. 2011. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional no 39, de 19 de dezembro de 2002. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Decreto Nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8726.htm. Acesso em: 8 mar. 2017.

_____. **Entenda o MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13019/2014**. Secretaria de Governo da Presidência da República. Laís de Figueiredo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Brochardt. Brasília: Presidência da República, 2016, 130p.

_____. Lei Nº 91, de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-91-28-agosto-1935-398006-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Lei Nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9637.htm. Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. **República Federativa do Brasil**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. Lei Nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. **República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm. Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. Lei Nº 13.249 de 13 de janeiro de 2016. Institui o Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2016. Seção 1, 348p. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/lei-no-13.249/view>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2 ed. Brasília: Editora MS, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS Política Nacional de Humanização: A Humanização como Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS**. Brasília: Editora MS, 2004.

BRESSER PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. **ENAP: texto para discussão 32**, Brasília, 2001.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CAVALCANTE JUNIOR, F. S. **Travessias de cigano**: feitura e feitiços. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2017.

_____. Ciência poética: insólita poesia. *In*: CAVALCANTE JUNIOR, F. S. **Corpos insólitos**. Curitiba: CRV, 2018. p. 11-40.

CARRION, Rosinha Machado. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-255, nov. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2017.

CEARÁ. Lei Nº 12.554, de 27 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a Concessão de Título de Utilidade Pública à Instituição de Natureza Privada e revoga as Leis No

10.044/76 e 10.616/81. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis96/12554.htm>. Acesso em: 5 mar. 2017.

_____. Lei Nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997. Institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, dispõe sobre a qualificação destas entidades e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**. Disponível em: <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/seguridade-social-e-saude/item/6185-lei-n-12-781-de-30-12-97-d-o-de-30-12-97>. Acesso em: 7 mar. 2017.

CHARMAIN, L. Influência e contribuição: A Igreja Católica progressista brasileira e Fórum Social Mundial. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 177-197, 2009. ISSN 2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872009000200009. Acesso em: 18 nov. 2017.

CHINELLATO, D. D. **Por uma razão estética: um elo entre o inteligível e o sensível**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das Políticas Públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a Lei 9.970/99 como alternativa para o terceiro setor**. Elisabete Ferrarezi, Valéria Rezende. 2. ed. Brasília, 2002. 108p.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984

DEFENSORIA Pública do Ceará promove debate sobre Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que entra em vigor amanhã. **Defensoria Pública do Estado do Ceará**, 22 janeiro 2016. Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/defensoria-publica-do-ceara-promove-debate-sobre-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-que-entra-em-vigor-amanha-dia-23/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

DELEUZE, G. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)**. Tradução de Francisca Elevine Barbosa de Castro, Hélio Rebello Cardoso Júnior e Jefferson Alves de Aquino Angelo Rocha Fragoso. Fortaleza: EdUECE, 2009. 292 p.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 1, 1995. 94 p.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 5, 1997. 94 p.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998. Disponível em: <http://www.filoczar.com.br/filosoficos/Deleuze/Gilles%20Deleuze%20e%20Claire%20Parnet%20-%20Di%C3%A1logos.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2017.

FEYERABEND, P. K. **Ciência, um Monstro**. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FERREIRA, Francisco Carlos. **A colonização de terras e a ação da Igreja Católica em Rondônia nos anos 1980**: estudo de caso sobre a formação da Comunidade de Nossa Senhora Aparecida da Cachoeirinha. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americana) - Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Faculdade Católica de Rodônia. Rondônia, 2015.

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**, 7, mai-nov 2016. 163-180.

FONSECA, B. C.; FIÚZA, A. L. C. Ação coletiva e mediação religiosa no campo no Brasil: evidências históricas na Aquidiocese de Mariana – Minas Gerais. **Holos**, v. 3, 2015. ISSN ano 31. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2694>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FOSCHIERA, A. A.; BATISTA, L. S.; THOMAZ JUNIOR, A. Organização e atuação do movimento dos atingidos por barragens: o caso do MAB/TO. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 10, p. 134-146, jun 2009. ISSN 1. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1684>. Acesso em: 21 nov. 2017.

FOULCAULT, M. **Ditos e escritos IV: estratégia poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

GALLO, S. Em torno de uma poética do/no pensamento. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, p. 350-363, nov-abr 2015.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIAXA, R. R. B. **Aprendendo a ser cientista-artista**: viagem etnográfica ao universo de Sérvulo Esmeraldo. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2006.

GODOY, M. G. C. *et al.* O compartilhamento do cuidado em saúde mental: uma experiência de cogestão de um Centro de Atenção Psicossocial em Fortaleza, CE, apoiado em abordagens psicossociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 152-163, 2012. supl. I.

GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GROYS, B. **Arte poder**. Tradução de Virgínia Starling. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. 238p.

GOYA, Neusa. **Regionalização da Saúde**: cartografia dos modos de produção do cuidado e da gestão do Sistema Único de Saúde. 2017. 441 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora UNICAMP, 2011.

JOÃO PAULO II. **Carta de João Paulo II aos bispos da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil**. Vaticano, 1986. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986/documents/hf_jp-ii_let_19860409_conf-episcopale-brasile.html. Acesso em: 21 out 2017.

LACERDA, P. M. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, Belém, v. 8, p. 153-168, jan-abr 2013. ISSN 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n1/v8n1a09.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LEGISLAÇÃO federal publicada em 2011 relacionada aos princípios, diretrizes e dispositivos da Política Nacional de Humanização. Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde, 2011.

LEJANO, R. **Parâmetros para a análise de políticas**: a fusão entre texto e contexto. Campinas: Arte Editora, 2012.

LEONARDO, A. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, p. 383-398, nov 2012.

LEVY, T. S. **A experiência do fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIBANIO, J. B. Teologia em revisão crítica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, p. 1328-1326, out-dez 2013. ISSN 32. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1328/5841>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MACHADO, M. A cura dos corpos e a libertação das almas: o caso da Pastoral da Saúde em Florianópolis. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 7, p. 191-206, jan-abr 2015. ISSN 21. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26002>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe e status social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTELLI, C. G. G. Entre o saber revelado e o saber aprendido. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, p. 127-149, 2003. ISSN 14. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106758?locale-attribute=en>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MARTINES, W. R. V.; MACHADO, A. L.; COVERO, L. A. A cartografia como inovação na pesquisa em saúde. **Revista Tempus Actas Saúde Coletiva**, v. 7, p. 203-210, set 2017. ISSN 2. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1354/1158>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MAUÉS, R. H. Comunidades “no sentido social da evangelização”: CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 13-37, 2010. ISSN 2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-85872010000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov 2017.

MENEZES NETO, A. J. A Igreja Católica e os movimentos sociais no campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, p. 331-341, mai-ago 2007. ISSN 50. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792007000200010&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 19 nov. 2017.

MIZOGUCHI, D. H. **Amizades contemporâneas**: inconclusas modelações de nós. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MPCE debate com a Controladoria do município de Fortaleza adequações a convênio com entidades do terceiro setor. **Ministério Público do Estado do Ceará**, 2017. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2017/05/10/mpce-debate-com-controladoria-do-municipio-de-fortaleza-adequacoes-convenios-com-entidades-do-terceiro-setor/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MÜLLER, G. L.; GUTIÉRREZ, G. **Ao lado dos pobres**. Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014.

OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Caderno de Pesquisas**. São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000100003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 21 mar. 2017.

ONU. Sociedade Civil. **ONU**, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/sociedade-civil/>. Acesso em: 1 jul. 2017.

_____. Alto comissariado das Nações Unidas para os direitos humanos. **Guia prático para a sociedade civil**: o campo de ação da sociedade civil e o sistema de direitos humanos das Nações Unidas. Genebra, [201-]. 19p. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/AboutUs/CivilSociety/CS_space_UNHRSystem_Guide_PT.pdf. Acesso em 1 jul. 2017.

PASSOS, E.; BARROS, L. P. D. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. D. **Pistas do método da**

cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, v. I, 2014. Cap. 1, p. 17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. *In:* PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia:** a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: [s.n.], v. 2, 2014. p. 203-237.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Apresentação. *In:* PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2014. p. 7-16.

_____. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2014.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia:** a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, v. II, 2014.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão da situação atual à luz da história. **Boletim da economia e política internacional**, abr-jun 2012.

REIS, Guilherme; LIMA, Renata. **Captação de recursos pela Lei Nº 13.019/2014.** 15 set. 2016. Disponível em: <https://www.filantropia.org/informacao/captacao-de-recursos-pela-lei-nº-13019-2014>. Acesso em: 7 jul. 2017.

RIBEIRO, Kelem Gomes. **Os Determinantes Sociais da Saúde no Grande Bom Jardim - Fortaleza (CE).** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual do Ceará; Universidade Federal do Ceará; Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2015.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Editora Ática, 1989.

SACAVINO, S. B. **Democracia e educação em direitos humanos na América Latina.** Rio de Janeiro: Novamerica, 2009.

SANTOS, B. D. S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica Ciências Sociais**, p. 11-32, jun 1997. ISSN 48. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF. Acesso em: 27 mai. 2017.

SAYER, J. Prefácio à edição alemã. *In:* MÜLLER, G. L.; GUTIÉRREZ, G. **Ao lado dos pobres:** Teologia da Libertação. Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 17-24.

SEIBEL, Erni José; GELINSKI, C. R. O. G. Concepção do Estado na escolha da metodologia de Avaliação em Políticas Públicas. **Caderno de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 13, n. 102, p. 119-134, jan/jul, 2012.

SOBRINHO, J. D. Avaliação ética e política em finção da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação e Sociedade**, 25, n. n. 88, Especial - Out. 2004. 703-725. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SOUSA, A. E. de. **Abordagem Sistêmica Comunitária: avaliação em um serviço socioterapêutico de saúde mental em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, 2017.

SOUZA, R. S. R. O comunitarismo cristão e suas influências na política brasileira: uma revisão bibliográfico sobre o comunitarismo católico no Brasil. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 6, p. 41-68, jun 2008. ISSN 12. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/439>. Acesso em: 18 nov. 2017.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALEMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal, Rev. Psicol.**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 299-322, Maio/Ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200006. Acesso em: 20 mar. 2017.

VIANA, Keyla Christina Albuquerque. As Organizações Sociais no âmbito do Governo do Estado do Ceará: celebração, acompanhamento e fiscalização dos contratos de gestão. Congresso CONSAD de Gestão Pública, 3., 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: CONSAD, 2010. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_18/as_organizacoes_sociais_no_ambito_do_governo_do_estado_do_ceara_celebracao_acompanhamento_e_fiscalizacao_dos_contratos_de_gestao.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017.

WAMPLER, B.; TOUCHTON, M. Contracting, Contesting, and Co-Optation: Civil Society Organizations' Strategies under New Institutional Arrangements in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 7, p. 3-44, 2015. ISSN 1. Disponível em: <http://nbn-resolving.org/urn/resolver.pl?urn:nbn:de:gbv:18-4-8206>. Acesso em: 4 set. 2017.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editor Universidade de Brasília, v. 2, 1999. 586p.